

# **Identidade e arquitectura de memória**

## Um projecto de reabilitação

Mariana Carvalho de Melo Teixeira Rodrigues

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Mestrado Integrado em Arquitectura

Orientação do Prof. Doutor Carlos Prata

2018





*Aos meus pais, ao meu irmão*



## Agradecimentos

Ao Prof. Doutor Carlos Prata, pela disponibilidade, atenção, crítica e pródiga orientação na construção desta dissertação.

Ao Arquitecto Miguel Frazão, pela partilha entusiasta de memórias e histórias sobre Guimarães, a minha cidade do coração.

Ao Grupo Zegnea, pela experiência que tem vindo completar o meu percurso académico, permitindo-me crescer cada dia mais e absorver o mundo da arquitectura. Agradeço especialmente aos arquitectos Hugo Lobo, António Póvoas e Diogo Rodrigues, pelos ensinamentos constantes, pela paciência, pela motivação.

A todos os colegas que, durante este percurso académico, partilharam comigo a paixão pela arquitectura. À Maria, agradeço pela amizade permanente, pela partilha de angústias e felicidade, pelo apoio infundável.

À Sara, à Carol, à Mariya, à Ana, ao Jota, pelo incentivo constante, pela compreensão das ausências, pela verdadeira amizade.

Ao Ricardo, companheiro de todos os momentos, o meu profundo agradecimento. Pelo incentivo e confiança, pela ajuda e compreensão. Pelo apoio constante, pela paciência. Pelo carinho. Pelo amor. Por tudo.

À minha família, meu porto seguro, agradeço o apoio incondicional. Ao meu pai, exemplo de força e perseverança, agradeço pelos conselhos sábios, pela força que transmite diariamente, pelos abraços mais revigorantes. À minha mãe, exemplo de determinação e confiança, agradeço pela cumplicidade, pelo sorriso constante, pelos beijos mais carinhosos. Ao meu irmão Gonçalo, personificação de amor incondicional, agradeço o carinho imutável, o mimo incomparável, o amor eterno.



## Resumo

Esta dissertação visa o entendimento analítico e interpretativo de uma casa no centro histórico de Guimarães, que tem por base a temática da reabilitação no património edificado. Com isto pretende-se estudar, através de um projecto, a relação entre o passado e o presente, a transformação e a permanência, levantando questões de cariz intemporal sobre condicionalismos subjacentes à intervenção no património.

A investigação e análise teórica surgem complementarmente ao processo criativo, visto que o caso de estudo motiva a reflexão sobre as problemáticas de intervenção no património.

Assim, procura-se divulgar a pertinência da reabilitação e da conservação da memória, através da adaptação de um edificado às necessidades contemporâneas, exaltando o valor arquitectónico do mesmo.



## Abstract

This dissertation aims to analyse a house in the historic centre of Guimarães, based on the theme of building rehabilitation. Through this project we also studied at the relationship between the past and the present, raising questions about the constraints underlying historic patrimony interventions.

This theoretical investigation and analysis are complementary to the creative process, as this the casa study motivates the reflection about intervention problems in the heritage.

Thus, it is imperative to highlight the importance of the rehabilitation and the conservation of memory, through the adaptation of a historic building to the contemporary necessities, while emphasising its architectonic value.





A presente dissertação, por decisão da autora, não segue o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. As citações de língua estrangeira foram alvo de tradução livre pela autora. Algumas das imagens apresentadas foram recortadas e/ou sofreram alteração para cor monocromática relativamente às originais.



## Índice

Agradecimentos	5
Resumo	7
Abstract	9
Introdução	15
Metodologia	17
I. Cidade	
Sobre a memória	25
Sobre a dicotomia	29
Sobre a ordem do espaço	35
Sobre a identidade	45
II. Lugar	
Sobre o lugar	67
Sobre a percepção do edificado	73
Sobre o construído	77
Sobre a história do edificado	97
III. Interpretação	
Sobre as circunstâncias	113
Sobre o processo	117
Sobre reabilitar o construído	127
Sobre materialidade	141
Considerações Finais	151
Bibliografia	153
Iconografia	161



Vista da Rua Doutor Joaquim de Meira.

## Introdução

Estamos em Guimarães, cidade carregada de história, de memórias, de um povo que defende a sua pátria com o coração cheio. Guimarães é história e identidade.

Temos o Castelo, imponente, sob pano de fundo, na nossa linha de horizonte, na Rua Doutor Joaquim de Meira. São precisos poucos segundos para nos apercebermos na sua existência, tão harmoniosa é na composição com os edifícios adjacentes. Integra um alçado de rua ritmado, estruturado. Nos seus três pisos parece esticar-se para espreitar o pôr-do-sol, a cidade que se estende aos seus pés. A sua fachada revestida a azulejo salienta-a das demais, tornando-a especial. É uma casa burguesa marcada pelos anos, onde o tempo deixou as suas cicatrizes, onde histórias foram escritas por quem a percorreu, viveu e sentiu.

E ali permanece, em silêncio, deixando que o tempo se apodere dela. Criando memórias e recordações das vidas humanas que já vivenciaram o seu espaço. Olhamos para ela e aspiramos a olhar por ela. A tratá-la, a mimá-la, a devolver-lhe o que o tempo foi desconstruindo.

Assim se inicia um longo percurso de experimentações e aprendizagens, de conhecimentos e percepções. De retrocessos e progressos. De procura e de descoberta. Assim se inicia a nossa metamorfose.



## Metodologia

O objecto de estudo desta dissertação prende-se com a definição da proposta de intervenção de uma casa burguesa, no centro histórico de Guimarães. O trabalho surge como um exercício teórico-prático, que se materializa numa proposta de reabilitação do edificado, cujas condicionantes assentam em questões reais.

Procura-se compreender o contexto do projecto, através da observação do caso de estudo por si mesmo, aliado à exploração da composição das tipologias habitacionais na cidade de Guimarães. No desenrolar da procura por uma identidade, vários aspectos intemporais na arquitectura e na questão do património foram surgindo, revelando uma relação intrínseca entre a componente teórica e a prática. Desta forma, este trabalho pretende estudar a preservação do património edificado adaptado às exigências contemporâneas, permitindo a aplicação de conhecimentos e métodos apreendidos durante o percurso académico.

Entendemos que a procura da força num projecto de reabilitação advém de um longo processo de investigação, onde o conhecimento exaustivo do objecto de estudo e de todas as condicionantes subjacentes, são fundamentais. Nesta perspectiva, estruturamos o nosso trabalho segundo três componentes, complementares e paralelas, fazemos uma aproximação gradual ao edificado, partindo do geral para o particular.

O primeiro momento incide sobre a contextualização da temática do património ao longo do tempo, como premissa para uma melhor compreensão da evolução de Guimarães, reavivando a memória da cidade. As concepções da discussão internacional surgem neste capítulo, aliadas à evolução do pensamento urbanístico e arquitetónico vimaranense de modo a compreendermos a ordem do espaço da cidade. O património e todas as suas questões adjacentes foram e continuam a ser muito discutidas na cidade vimaranense, assim, pretendemos compreender esse pensamento e filosofia arquitectónica, que possibilita que a identidade de Guimarães continue a ser preservada.

Na sequência do pensamento da cidade, a segunda parte procura inserir o nosso objecto de estudo no território, permitindo assim um breve enquadramento na tipologia habitacional da cidade.

Após o entendimento do lugar, interessa-nos a percepção do edifício, que é conseguida através do levantamento métrico e fotográfico, sendo complementada





pela descrição espacial e construtiva do mesmo. Na perspectiva de reflectir numa proposta de intervenção, parece-nos pertinente entender a história da casa, através da forma e função dos seus espaços que permitem deduzir diferentes fases de construção.

Na terceira parte, é abordado o percurso criativo aliado ao pensamento projectual, consolidado na proposta de intervenção. Assim, começamos por entender as circunstâncias em que o mesmo se insere, seguido da exposição do pensamento projectual que permitiu chegar à solução que melhor sumaria a evolução deste pensamento. Esta, que surge como síntese do trabalho desenvolvido, é complementada por referências que serviram de apoio à experiência projectual e definição de princípios de intervenção. Deste modo, trata-se, através da concretização de um projecto prático, a questão da reabilitação do contruído, onde a materialidade é fundamental como complemento do mesmo.



## **I. Cidade**



Figura 1

Esquisso. Cidade

*“(...) cidade que quem a viu uma vez nunca mais pode esquecer. Mas não por ela deixar como outras cidades memoráveis uma imagem fora do comum nas recordações. Zora tem a propriedade de ficar na memória ponto por ponto, na sucessão das ruas, e das casas ao longo das ruas, e das portas e das janelas das casas (...).*

*O seu segredo é o modo como a vista percorre figuras que se sucedem como numa partitura musical em que não se pode mudar ou deslocar nenhuma nota. (...)*

*Entre todas as noções e todos os pontos do itinerário poderá estabelecer um nexo de afinidades ou de contrastes que sirva de mnemónica, de referência instantânea para a memória. E assim é de maneira tal que os homens mais sábios do mundo são os que conhecem Zora de cor.”*

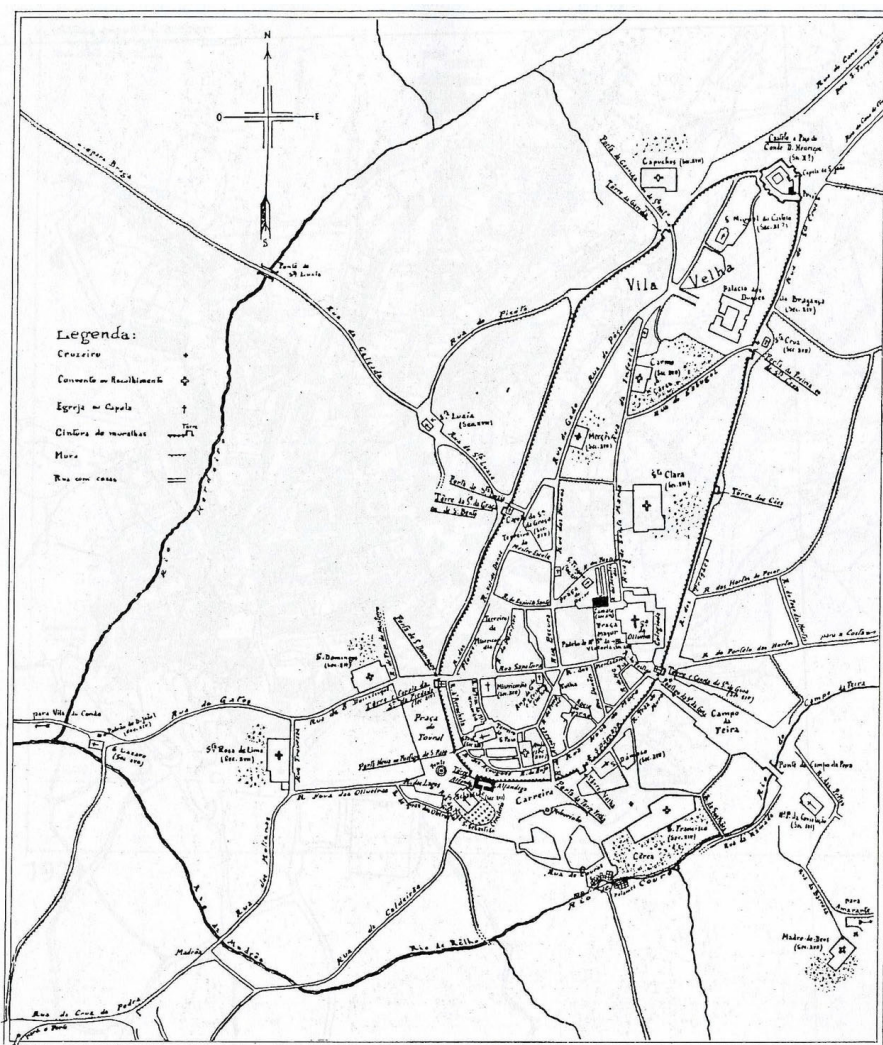


Figura 2

Mapa da cidade de Guimarães no século XVII

## Sobre a memória

1. TÁVORA, Fernando — *Plano Geral de Urbanização de Guimarães*, 1982. Arquivo da Fundação Maques da Silva

*“Património é, como a palavra significa, aquilo que herdamos dos nossos pais ou, em sentido lato, o conjunto de valores que os homens foram criando e conservando ou transformando ao longo do tempo e que os identificam como comunidade.”*<sup>1</sup>

Ao longo dos tempos, a cultura vimaranense, relativamente à problemática suscitada pelo seu património arquitectónico, urbano e ambiental, foi assumindo determinadas posições, resultantes das diversas interpretações e subjectiva valorização de dois conceitos, qualidade e memória.

Segundo documentação do séc. XV, apenas com autorização régia se podiam movimentar pedras de já então velhas e significativas edificações, o que evidencia que a presença do monumento começa a assumir importância. Surgem assim, nesta época, em Guimarães, sinais dessa preocupação.

No séc. XVII, impõe uma das Câmaras Municipais contemporâneas que as fortificações vimaranenses estejam limpas e mantidas, promulgando-se várias posturas contra a sua destruição.<sup>Fig.2</sup> Por outro lado, em 1653, os procuradores da cidade pedem nas cortes que se proteja o castelo e muralhas que estavam a arruinar-se.

No século seguinte, no contexto urbano vimaranense, surgem indicadores de uma sensibilidade coletiva aos valores simbólicos expressos em certas construções, consensualmente consideradas como excepcionais, que justificam a exigência e desejo da sua conservação, evidentes na consciência popular, em autorizações régias, em posturas municipais, em apelos nas cortes e em reclamações públicas.

Em 1793, D. Maria reconhece a inutilidade da muralha, face ao obstáculo que a mesma constituía para o aumento da povoação. Isto, num contexto iluminista onde permaneciam dois conceitos opostos: vandalismo e conservação. Também neste século, surgem em Guimarães as primeiras experiências, assumidas, de renovação de edifícios pré-existentes. Ainda, a área urbana vimaranense assume um posicionamento patrimonial paradoxal, simultaneamente demolidor e conservador, justificando-se as atitudes destruidoras pela necessidade de reformar e ampliar a cidade.

Nos finais do século XVIII, como resultado da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, isto é, devido ao progressivo desenvolvimento tecnológico que provocou a ruptura com o passado e marcou o início da idade contemporânea,

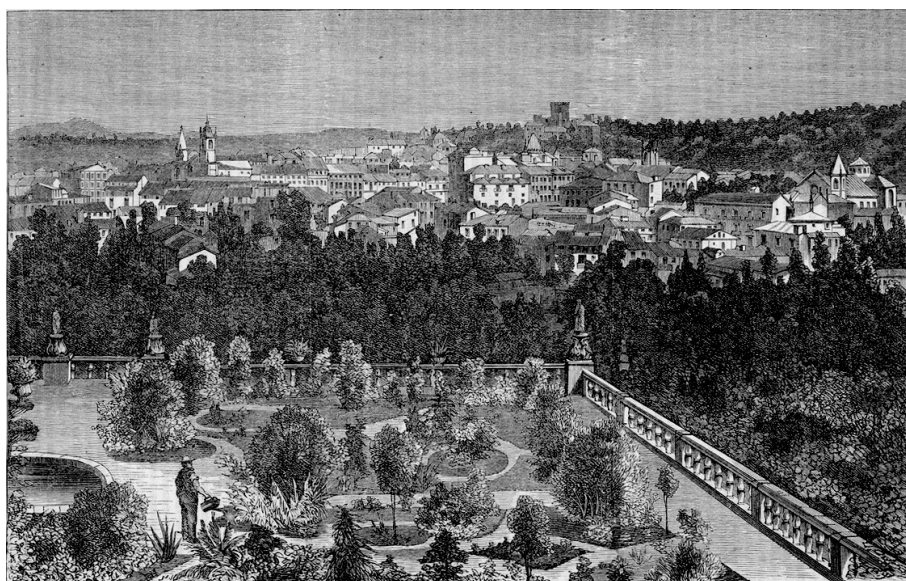


Figura 3

A cidade de Guimarães, vista a partir dos jardins de Vila Flor



2. LOPES, Flávio — *Evolução do pensamento contemporâneo através da leitura de normas internacionais* in LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito — *Património Arquitectónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, página 18

surge uma corrente promotora de uma identidade nacional, o que gera, consequentemente, uma maior consciência da destruição iminente dos monumentos históricos. A protecção desse património arquitectónico, que passa a ser visto como testemunho do passado em vias de extinção, emerge como uma preocupação dos países europeus. Também em Guimarães essas preocupações vão estando presentes ao longo do tempo. Entre rupturas e conservações a imagem da cidade sempre foi importante para a sociedade, sendo que muitas vezes a sua representação denunciava a ideia de conjunto que se prendia para a cidade. <sup>Fig.3</sup>

Tal como preconizava Flávio Lopes, “*a progressiva consciencialização dos problemas e desafios inerentes à salvaguarda do património tem provocado uma infinidade de abordagens, de interpretações e de critérios sobre os bens patrimoniais a preservar e sobre a forma prática de o fazer.*”<sup>2</sup>

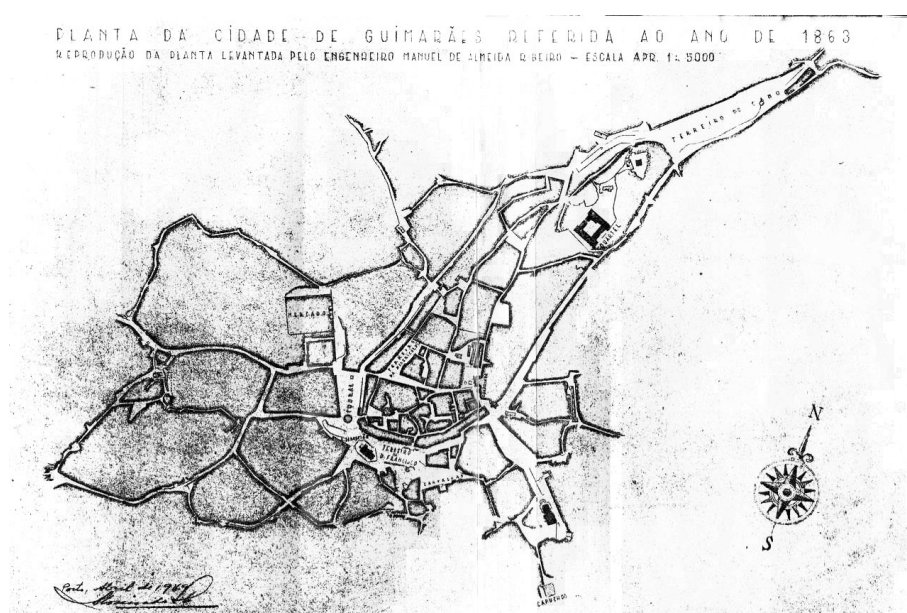


Figura 4

Planta da cidade de Guimarães, 1863. Reprodução da planta levantada pelo engenheiro Almeida Ribeiro

## Sobre a dicotomia

3. Eugene Viollet-le-Duc (1814 – 1879) foi um arquitecto francês ligado à arquitectura revivalista do século XIX e um dos primeiros teóricos da preservação do património histórico.

4. John Ruskin (1819 – 1900) foi um crítico de arte britânico do século XIX, vinculado ao romantismo e defensor da restauração do património histórico.

5. Camillo Boito (1836 – 1914) foi um arquitecto, escritor e historiador italiano, orientado para a crítica de arte e para a teoria do restauro.

Ao longo do séc. XIX, e como resultado do novo conceito de monumento, as autoridades administrativas vimezanenses e governamentais assumiram demolições significativas, como as da muralha. No entanto, o castelo foi sempre salvaguardado.

Curiosamente, em 1863, numa atitude romântica e em nome do pitoresco e do culto da arte, o Engenheiro Almeida Ribeiro, professor da então Academia Portuense de Belas-Artes que à época desconhecia Ruskin, realizou o Plano de Alinhamentos e Melhoramentos da Cidade de Guimarães, através do qual previu a abertura de novas ruas e algumas demolições, sem introduzir, todavia, rupturas violentas na malha urbana, sugerindo simultaneamente a preservação e a valorização das arquitecturas pré-existentes.<sup>Fig.4</sup>

Só a partir do século XIX é que *património* (sinónimo, na altura, de monumento histórico) passa a ser valorizado enquanto fonte de informação histórica, artística, técnica e cultural. No entanto, desde a antiguidade, a preocupação em relação aos vestígios materiais de culturas de outras épocas é evidente, nomeadamente quando os romanos se apropriavam da cultura grega, apesar de o fazerem no sentido prático e funcional, de forma a evitar o desperdício de recursos.

Esta realidade promoveu uma riqueza de interpretações e de ideologias, por vezes antagónicas, focadas sobretudo na conservação e no restauro de monumentos de interesse histórico, como o célebre confronto entre as atitudes restauradoras de Viollet-le-Duc<sup>3</sup> e as conservadoras de John Ruskin<sup>4</sup>, que colidem, posteriormente, na teoria de Camillo Boito<sup>5</sup>.

O extremismo de certas intervenções que ambicionam, por um lado, o restauro e a reintegração do edifício ao seu estado original, restituindo-lhe as suas prerrogativas perdidas, em oposição à “conservação estrita”, que condena o restauro enquanto acto atroz e defende a preservação da ruína, numa visão mais romântica, são uma constante nesta época. A posição intermédia de Boito, que surge no final de século, vem salientar a complementaridade do radicalismo de Viollet-le-Duc e das convicções passivas de Ruskin, tentando de algum modo conciliá-las.

Boito defende a manutenção do edifício de forma a evitar o restauro, mas sem deixá-lo cair em ruína passivamente e, em caso de intervenção, propõe a visibilidade da diferença entre a obra antiga e a moderna, respeitando todos os

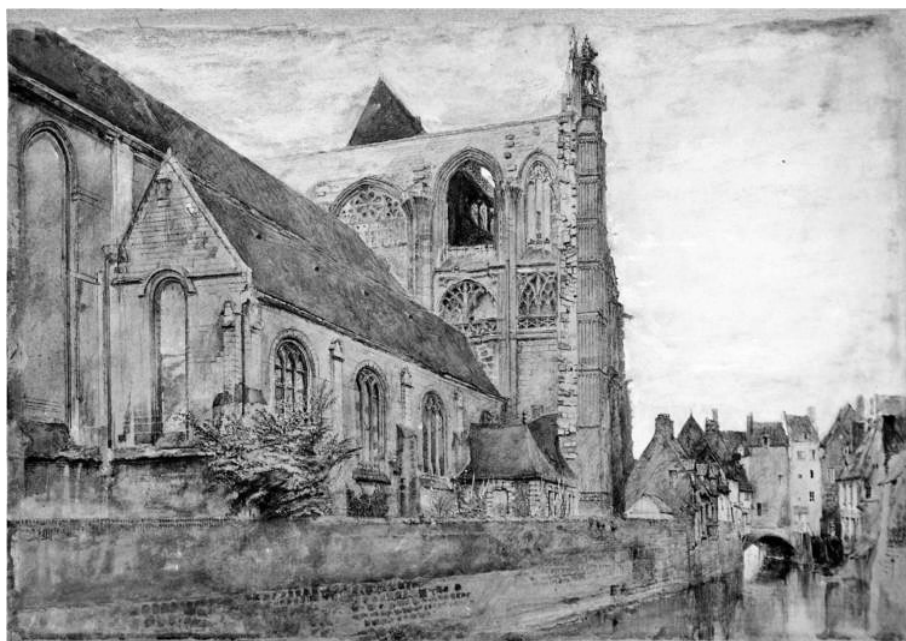


Figura 5

Obra de Jonh Ruskin sobre a igreja  
de St. Wulfan, Abbeville, 1868

6. CHOAY, Françoise – *As questões do património – antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70, 2011, página 167

7. Ibidem, páginas 169 a 171

acrescentos de épocas posteriores.

Como já foi referido, John Ruskin é um dos mais relevantes defensores da arquitectura gótica, pela perspectiva da manutenção, recusando os restauros. Expressa a sua visão da arquitetura nacional contemporânea e antiga através do livro *“As Sete Lâmpadas da Arquitetura”* no qual valoriza a arquitectura antiga enquanto memória. Esta alia-nos à recordação, pois a grandeza de um edifício está na sua idade e força, transparecendo a história, política, vida e fé da sua nação. No entanto, ocorria o oposto:

*“Por todo o lado, onde a influência desta sociedade educada se faz sentir, os antigos edifícios são destruídos sem parar (...). E quando a nova rua (...) abriu o seu caminho entre os destroços dos monumentos históricos e consagrou pela sua simetria a ruína de tudo o que outrora inspirava a reflexão e requeria a atenção e a piedade, a cidade, na sua nova brancura, é aclamada pelo seu esplendor e os seus habitantes são louvados pelo seu patriotismo: um patriotismo que consiste em ultrajar a memória dos seus pais e a submeter os seus filhos a uma permanente tentação.”*<sup>6</sup>

Defendia-se, desta forma, uma arquitectura contemporânea nacional, que fosse idealizada para se tornar histórica e estivesse a cargo de um homem exigente que adoptasse inteligentemente o estilo em vigor. Contudo, a preservação era a palavra de ordem para Ruskin, que acreditava que se podia crescer sem destruir.

*“(...) não teremos ainda lugar entre as nossas colinas, planícies e as nossas colinas solitárias para o desenvolvimento do poder e das suas formas de expressão, sem que a glória deva basear-se na devastação e na destruição?”*

*“(...) As restaurações já começaram a atacar, como os cancro, cada pedaço importante da arquitetura gótica do mundo cristão: o problema está em saber o que ainda é possível salvar.”*<sup>7</sup>

Para Ruskin, os restauros eram assumidos como destruição do antigo e a reprodução de peças arruinadas em materiais novos seria uma fraude, nunca fiel à forma, história, tempo e artista original da peça, até porque a máquina tinha vindo degradar o trabalho do homem. Ruskin tentou promover a continuação da mão-de-obra tradicional tal como muitos anos mais tarde preconizou o Gabinete Técnico Local de Guimarães.

Por outro lado, como símbolo do movimento de restauro, contra o abandono e

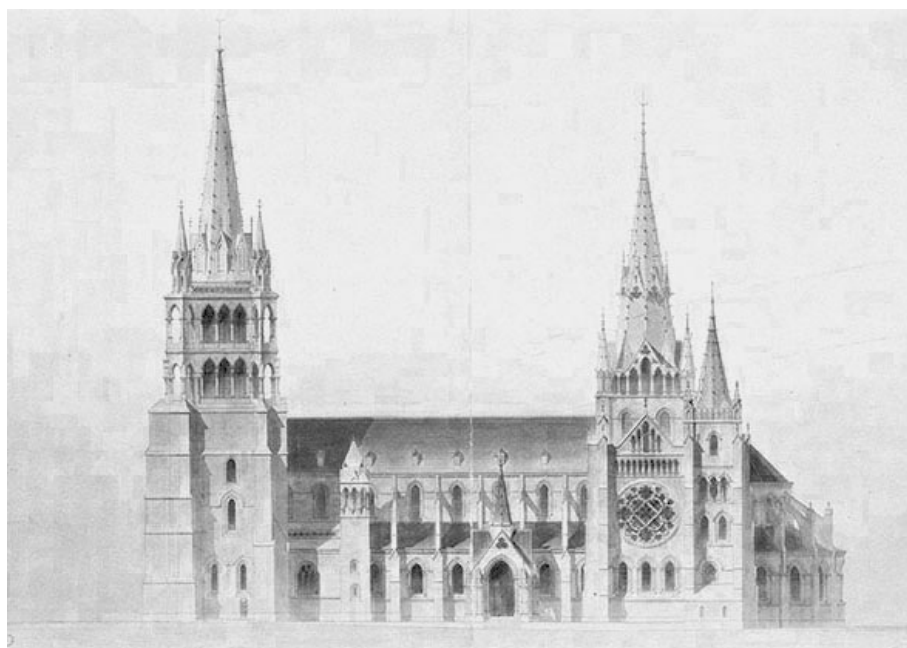


Figura 6

Perpectiva da catedral de notre-dame de Lausanne. Intervenção de restauro de Viollet-le-Duc, século XIX

8. Ibidem, página 177

9. VIOLLET-LE-DUC, Eugène  
cit. por CHOAY, Françoise - *As  
Questões do Património – Antologia  
para um Combate*. Lisboa: Edições  
70, 2011, página 188

e demolições de edifícios que presenciava em França, surge Eugène Viollet-le-Duc. Defendia que as adições às quais o edifício tivesse sido previamente sujeito seriam mantidas caso lhe conferissem valor histórico e, se necessário, seriam restauradas no seu estilo. Por outro lado, defendia a manutenção inteligente que prevenisse o restauro, quando este constituísse um risco significativo. Um restauro pobre e de má qualidade seria desastroso para a arquitectura, preferindo o abandono total do edifício. Considerava que a história da obra ficaria em causa com um restauro que implicasse novos materiais e sistemas construtivos. Para o artista, a lacuna existia ao nível dos bons profissionais na matéria, só estes assegurariam um bom restauro. Como referia Françoise Choay “*apenas falta (...) uma fonte de jovens artistas, arquitetos, pintores, escultores, alimentados pelo estudo dos nossos belos monumentos, capazes, consequentemente, de os restaurar com conhecimento de causa. Nada é mais fácil; esta mesma administração tem uma Escola de Belas-Artes; deverá dirigi-la nesta via; abrirá cursos de construção prática aplicável ao nosso solo; ensinará aos jovens arquitetos a conhecer o emprego de diversos materiais das antigas províncias; falará dos nossos grandes edifícios (...).*”<sup>8</sup>

Neste sentido, para Viollet-le-Duc, a verdadeira escola para os arquitetos e trabalhadores do seu tempo era a análise das construções passadas, quer religiosas, quer civis. Como confirmava Choay, “*não que tenha nostalgia nas ruas infectas e tortuosas das nossas velhas cidades, (...) mas pelo menos no seu caos encontrava-se a marca do homem, do seu labor, das suas recordações, da sua história, qualquer coisa superior à marca do seu interesse material do presente (...).*”<sup>9</sup>

No contexto urbano vimaranense, ao longo do século XIX, pode verificar-se um posicionamento patrimonial simultaneamente tripartido: por um lado, permaneceu uma atitude demolidora, evidenciada no prosseguimento da destruição das muralhas e suas torres, das “alpendradas” e de algumas igrejas; por outro lado, transpareceu uma posição conservadora, ilustrada na manutenção do castelo e na criação de uma comissão para a sua defesa, no restauro inaugural da igreja de S. Miguel, na criteriosa sensibilidade urbana do plano de Almeida Ribeiro e na expressão arcaizante das fachadas dos hospitais das duas ordens terceiras; por ultimo, observou-se um alargamento e um aprofundamento da problemática patrimonial, em resultado da acção de Martins Sarmiento, do papel assumido pela arqueologia e intervenção de Alberto Sampaio e da relevância entretanto preconizada pelo artesanato, indústria e cultura popular.







## Sobre a ordem do espaço

10. José Marques da Silva (1869 - 1947) foi um arquiteto português diplomado pela École Nationale et Spéciale des Beaux-Arts, em Paris, no ano de 1896.

11. GUIMARÃES, Alfredo — *Guimarães — Guia de turismo*. Guimarães, 1940

12. Miguel Frazão é um arquitecto diplomado pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Começou a colaborar com a Câmara Municipal de Guimarães em 1979, tendo vindo a ocupar, desde então, vários cargos nesta instituição. Acompanhou o Plano de Urbanização da cidade, com o Arquitecto Fernando Távora. Acompanhou também, no Gabinete Técnico Local de que foi Coordenador, o processo de reabilitação do Centro Histórico de Guimarães, Exerce atualmente a função de Diretor dos Serviços Urbanos e do Ambiente da C.M.G. É membro da Direcção da Sociedade Martins Sarmiento.

13. FRAZÃO, Miguel — Entrevista realizada pela autora da dissertação. Guimarães, 2018. Ver anexo V - *Sobre a entrevista ao Arquitecto Miguel Frazão*.

No início do século transato, a Câmara Municipal de Guimarães tinha dois objetivos: por um lado, alargar a cidade proporcionando novos lugares onde se construísse em condições salubres, o que só se verificou um pouco mais tarde; e, por outro lado, melhorar a imagem que a cidade proporcionava a quem a visitava.

A resolução desta problemática levou à realização do Plano de Expansão da Cidade.<sup>Fig. 7</sup> Este Plano articulou e deu continuidade à pré-existente expansão da cidade, contudo, sensibilizando-a à envolvente próxima, que incluía o Castelo, o Convento da Costa e a eminência da Penha. Por outro lado, Marques da Silva<sup>10</sup> projectou os novos Paços do Concelho, na convicção de que a construção deveria representar a tradição histórica, implantando-se na praça principal prevista no referido plano.

Na área urbana de Guimarães, durante a República e até finais dos anos 20, manteve-se, na continuidade dos procedimentos do séc. XIX, não só uma posição patrimonial conservadora, como também, e em simultâneo, uma atitude demolidora.

No entanto, na vigência do Estado Novo, elaborou-se um Guia de Turismo de Guimarães, onde, para além de constar o património monumental da cidade, também se descrevem “...*velhos lugares, velhas casas e costumes de gente alimentada pelo espírito forte e seguro da tradição...*”<sup>11</sup> Numa perspectiva patrimonial, o grande objectivo da Ditadura Nacional, numa clara alusão à promoção do seu passado histórico, foi o da recuperação e valorização dos edifícios e espaços públicos mais representativos de cada cidade.

Nesta linha de pensamento, iniciou-se em Guimarães, logo em 1932, o restauro do Castelo, em 1937 o do Paço dos Duques, recuperando-se então também a igreja de S. Miguel, sempre com base em princípios de reconstituição arqueológica conjectural e de purificação estilística, ou seja, de reconstrução das edificações com base em factos históricos tidos como credíveis e segundo o estilo da época supostamente original, numa linha de atuação inspirada na perspectiva de Viollet-le-Duc.

Segundo o arquitecto Miguel Frazão<sup>12</sup>, “o conceito era que os monumentos é que deviam ser preservados, o que estivesse à volta era para demolir. No Castelo, a propósito das comemorações dos centenários, destruíram-se os quarteirões e a vila, e fizeram a Colina Sagrada como se chama agora.”<sup>13</sup> No sentido de melhorar a imagem da



Figura 8  
Comemorações centenárias de  
1940. Castelo de Guimarães

14. LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito — *Património Arquitectónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004

15. AGUIAR, José — *Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: Edições FAUP, 2002

16. LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito — *Património Arquitectónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004

17. NETO, Maria João Baptista — *A propósito da Carta de Veneza (1964-2004). Um olhar sobre o património arquitectónico nos últimos cinquenta anos* in Revista Estudos/ Património, nº 9, 2006, página 91 a 99

cidade, no âmbito das Comemorações Centenárias de 1940,<sup>Fig. 8</sup> procedeu-se ao rearranjo do largo do Toural e da Alameda, optimizou-se uma das entradas da urbe, através do rasgamento da avenida Conde de Margaride, e melhorou-se um dos acessos ao Castelo com a abertura da avenida General Humberto Delgado. No entanto, as referidas acções implicaram a destruição de significativas malhas urbanas, então consideradas sem qualquer interesse patrimonial e também de um significativo pano amuralhado.

De referir, ainda, que este significativo conjunto de iniciativas evidencia não só uma alarmante ignorância das importantes contribuições teóricas contemporâneas ou anteriores de Boito, Riegl e Giovannoni, como também das simultâneas recomendações da Carta de Atenas (1931).

A partir de meados do século XX, a análise das principais Cartas e Recomendações Internacionais produzidas revelam a evolução da nossa percepção sobre o património arquitectónico. O acelerado crescimento da paisagem urbana, e todas as suas consequências, têm motivado a necessidade de um debate permanente acerca deste tema.<sup>14</sup>

Esse crescimento da paisagem urbana era precisamente o que ocorria em Guimarães, com a necessidade de a cidade crescer para além da área intra muros.

Na contemporaneidade, o conceito de património tem uma dimensão bastante mais abrangente, englobando toda e qualquer obra com valor reconhecido, afectando, nomeadamente, a cidade histórica e o património edificado corrente, ao contrário do início do século passado, quando património e monumento histórico se confundiam.<sup>15</sup> Esta dicotomia, teoria/práctica não ocorreu no mesmo espaço temporal, pois todo o processo teórico sempre foi mais célere do que a própria prática, porque aqui foram encontrados obstáculos imprevisíveis aquando da sua discussão.<sup>16</sup> A aplicação prática exigia e exige ponderação e uma cuidadosa interpretação, caso a caso.<sup>17</sup>

A Carta de Atenas preconizava que o novo se adequasse ao existente, respeitasse a envolvente, respeitasse o carácter e a fisionomia dos edifícios e que as novas estruturas se dissipassem nas construções, para que não houvesse uma grande modificação estética da pré-existência.

Voltando a Guimarães, em 1949 elaborou-se o Ante-Plano de Urbanização da

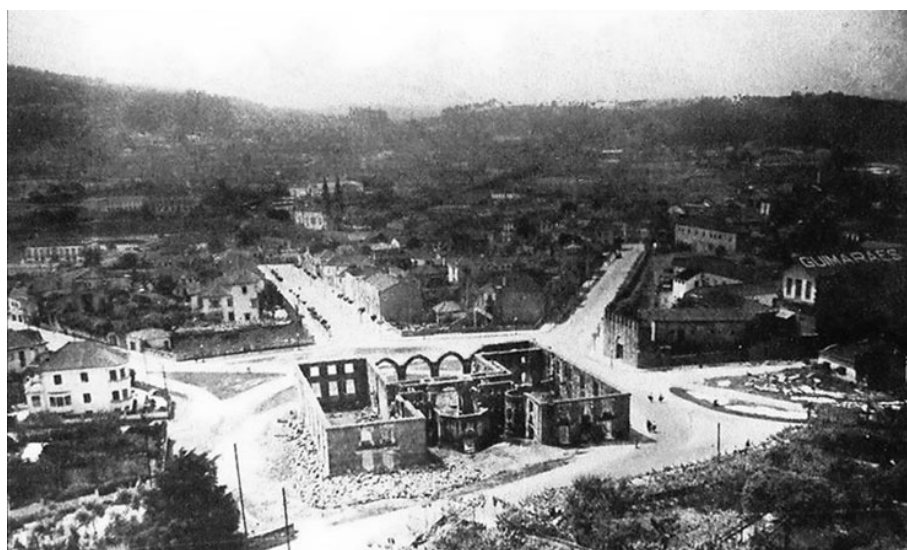


Figura 9  
Demolição da construção dos  
Paços de Concelho, em 1950

18. Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva eram a filha e o genro de António Marques da Silva, ambos colaboradores do seu ateliê; após a morte deste, em 1947, substituíram o mestre na condução das obras e projectos em curso.

19. NETO, Maria João Baptista, *A propósito da Carta de Veneza (1964-2004). Um olhar sobre o património arquitectónico nos últimos cinquenta anos* in Revista Estudos/ Património, nº 9, 2006, página 91 a 99

Cidade de Guimarães, da autoria de Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva<sup>18</sup> na sequência da adopção das conclusões do 1º Congresso Nacional de Arquitectura. Ao contrário do plano anterior, este ante-plano pretendia abarcar toda a problemática da cidade a fim de renovar a respectiva ordem urbana. Do ponto de vista patrimonial, o estudo procurava propor apenas a preservação e classificação das áreas consideradas de maior valor arqueológico ou arquitectónico, para documentar o passado da cidade, sacrificando, significativos espaços e edifícios da malha histórica, ali considerados como de interesse menor.

Entre a preservação e valorização de alguns dos seus elementos e a demolição de outros, no período que medeia entre 1950 e 1970 o património arquitectónico vimaranense foi objecto de uma série de acções paradoxalmente contraditórias. Exemplo desta dicotomia, é a demolição do edifício dos paços do concelho, projectado por Marques da Silva, cuja obra esteve parada durante longos anos.

Fig.9 Apesar da contemporânea divulgação da Carta de Veneza (1964), procedia-se ainda deste modo em Guimarães e no país.

No contexto Europeu, a destruição causada pela II Guerra Mundial atingiu seriamente o edificado. Este cenário provocou uma proliferação de perspectivas de salvaguarda do património, que não encontravam consenso teórico na Carta de Atenas de 1932. A disparidade de atitudes impunha a necessidade de criação de um conjunto de diretrizes unificadas e actualizadas, que viessem orientar a salvaguarda do património arquitectónico.<sup>19</sup>

Na Carta de Veneza, o conceito de património, que ainda se confundia com o de monumento histórico, até aí circunscrito à obra-prima, ampliou a sua definição, estendendo-se às obras modestas, aproximando-se do edificado corrente. A Carta apenas admitia a conservação e o restauro como as únicas vias de salvaguarda. Na conservação deveria haver uma manutenção do monumento permanente, não descurando o seu enquadramento físico e histórico, prezando pela integridade do mesmo. No restauro, acção expcecional, o respeito a ter estendia-se tanto à manutenção da autenticidade do edifício como também à valorização das suas várias fases. A aplicação de técnicas modernas somente era admissível caso as tradicionais fossem inadequadas, não significando isso, porém, que não se devesse fazer uma afirmação integrada do novo.

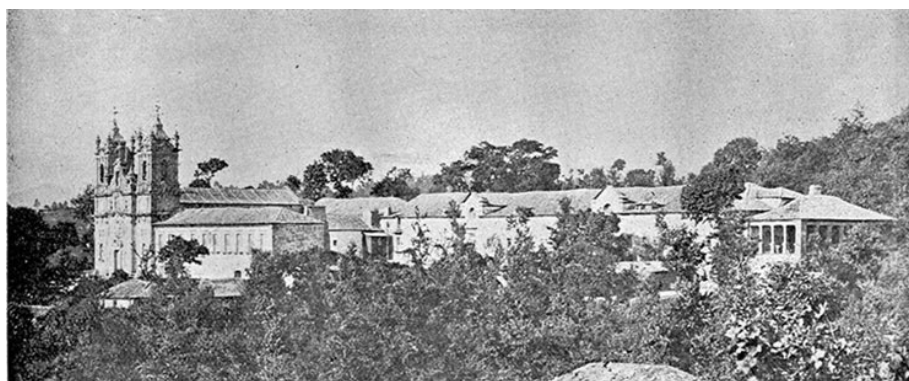


Figura 10  
Convento de Santa Marinha da  
Costa, 1923

20. CHOAY, Françoise — *As questões do património — antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70, 2011, página 208

21. Fernando Luís Cardoso de Meneses e Tavares de Távora (1923 – 2005) foi um arquitecto português estabelecido no Porto, diplomado pela Escola de Belas-Artes do Porto em arquitectura no ano de 1952.

O debate entre conservação e restauro continuou e a noção de “monumento histórico” passou a abranger áreas históricas urbanas e rurais que fossem testemunho vivo de uma civilização, progresso ou acontecimento histórico. Isto porque, cada vez mais, o monumento deixava de ser visto como uma obra isolada, e passava a ser encarado como inseparável do seu contexto original. As intervenções de restauro foram também alvo de reflexão, sendo que Choay defendia que, *“a restauração é uma operação que deve guardar um carácter excepcional. Tem por objectivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e sustenta-se no respeito da substância antiga e de documentos autênticos. (...) A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento (...) Os elementos destinados a substituir as partes que faltam devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se das partes originais, para que a restauração não falsifique o documento de arte e de história (...).”*<sup>20</sup>

No contexto urbano vimaranense, até ao advento da democracia, perante o quadro patrimonial edificado podem verificar-se três posicionamentos simultâneos: por um lado, reduziu-se a atitude simplesmente conservadora, que transparecia apenas da criação do Museu Alberto Sampaio, e do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta; por outro lado, surgiu e acentuou-se uma posição restauradora, já inaugurada na fase anterior com a Igreja de S. Miguel do Castelo, mas que posteriormente foi muito ampliada, embora sempre referida apenas ao património monumental e à edificação isolada em si mesma e tendo por base a purificação estilística; por outro lado ainda, permanecia uma atitude demolidora, em clara contradição com as directivas das Carta de Atenas e de Veneza que, em nome de uma perspectiva monumentalista, sacrificava elementos arquitectónicos e malhas urbanas de enquadramento e envolvimento, por eles consideradas carentes de significado histórico e de dignidade.

Após a Revolução de Abril, e no âmbito das preocupações da Carta de Veneza, os importantes vestígios das diversas épocas existentes no convento de Sta. Marinha da Costa<sup>Fig. 10</sup> permitiram a Fernando Távora<sup>21</sup>, em 1975, realizar na sua adaptação a Pousada, uma experiência modelar de diálogo entre a investigação arqueológica e o projecto arquitectónico, a que estava subjacente a convicção de que tão importante como a origem do edifício seria a sua própria vida. Prevaleceu uma atitude projectual que mais pretendia afirmar semelhanças e continuidades





Figura 11

Pousada de Santa Marinha da  
Costa, Fernando Távora



22. Carta de Amesterdão:  
*Carta Europeia do Património*  
*Arquitectónico*, 1975.

do que acentuar diferenças e rupturas. De forma inaugural, o critério utilizado na renovação da construção assentou na ideia de contribuir para a prossecução da já longa vida do edifício, conservando e reafirmando os seus espaços mais significativos e criando novos espaços de qualidade, resultantes dos novos condicionalismos programáticos.<sup>Fig. 11</sup>

Em simultâneo com o início da renovação do Convento da Costa, houve a necessidade de actualização e ampliação dos princípios e conceitos enunciados em Veneza, perante o crescente interesse pela salvaguarda do património, designadamente, a extensão da noção de património arquitectónico, abarcando os conjuntos urbanos e rurais, o que veio a concretizar-se na Carta Europeia do Património Arquitectónico.<sup>22</sup> Nesta, confirmou-se que aquele património é constituído tanto pelos conjuntos das cidades e aldeias tradicionais quanto pelos monumentos importantes, devendo haver uma conservação integrada e harmónica entre os dois.

Até aos dias de hoje esta noção manteve a sua validade e é fundamental para se perceber o pensamento contemporâneo sobre o património arquitectónico.



Figura 12

Plano Geral de Urbanização de  
Guimarães, Fernando Távora,  
1979

## Sobre a identidade

23. TÁVORA, Fernando – *Guimarães, um Futuro para a Cidade. Plano Geral de Urbanização* (folheto que acompanha a exposição pública do Plano), Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1982

24. TÁVORA, Fernando – *Plano Geral de Urbanização de Guimarães*, 1982. Arquivo da Fundação Maques da Silva, página 43

25. Ibidem, página 44

26. TÁVORA, Fernando – *Plano Geral de Urbanização de Guimarães* in TRIGUEIROS, Luiz – Fernando Távora. Lisboa: Editorail Blau, 1993, página 126

27. FRAZÃO, Miguel – *O GTL e o planeamento urbanístico do concelho*. Guimarães, 2000, página 1

Na sequência do significativo aumento e pulverização urbana, entretanto ocorridos na cidade vimaranense, Fernando Távora realizou, em 1979, o Plano Geral de Urbanização de Guimarães,<sup>Fig.12</sup> na referida perspectiva de expansão da cidade aliada à preservação global. Neste contexto, o referido Plano propôs uma visão qualificadora que não se restringisse apenas a monumentos, edifícios de arquitectura erudita ou mesmo a conjuntos urbanos ou rurais com interesse, mas antes se alargasse no espaço e no tempo, bem como no próprio significado do seu conceito, a toda a área citadina, isto é, sugerindo uma visão global e transversal.

Para este autor, “*planear é condição da nossa existência de homens. Planear é conceber um futuro em função de uma experiência passada e de uma situação presente. (...) Planeia o lavrador a sua colheita, a dona de casa a sua economia doméstica, o estudante os seus deveres, o homem de negócios a administração dos seus bens. Todos planeamos o nosso amanhã, o nosso mês, a nossa vida...*”<sup>23</sup>

Acrescentando, “*a Área Urbana desenvolve-se no sentido ENE-OSO acompanhando (...) o movimento das linhas de água que a percorrem*”, mas a evolução da cidade, nos últimos 30 anos, levou a uma “*multiplicação preocupante de construções isoladas e dispersas pelo território*”, numa “*constelação desordenada (...) que urge transformar num todo coerente, estruturando-a através de um sistema viário claro e definindo áreas de expansão e sentidos de desenvolvimento*” que permitam transformar a cidade “*num organismo tão funcional e esteticamente perfeito quanto possível*”.<sup>24</sup> “*Guimarães é, como todas as cidades implantadas num terreno acidentado, uma cidade que se vê a si própria.*”<sup>25</sup>

Concluindo, “*trata-se de um plano geral (...) que, preconizando as grandes linhas de uma estrutura urbana coerente, constitua, sobretudo, um plano de síntese no qual se procurou compatibilizar a unidade e a variedade, o geral e o particular, a função e o desenho, o passado e o futuro.*”<sup>26</sup>

Na mesma linha de pensamento, para Miguel Frazão, “*Planear não é um acto contemporâneo, se bem que cada vez mais complexo, ele é de sempre.*”<sup>27</sup> Um plano de urbanização deve transparecer a leitura e análise do passado para uma adaptação do espaço urbano ao presente. E, analisando a obra de Fernando Távora, encontramos sempre como matriz de projeto o estudo da pré-existência como mote de intervenção no presente e futuro.

A noção de património arquitectónico e a sua aplicação numa perspectiva urbana,



Figura 13

Fotografia aérea da cidade, 1984

28. LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito — *Património Arquitectónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

29. Carta de Washington: *Carta Internacional sobre a salvaguarda das cidades históricas*, 1987.

que Fernando Távora pôs em prática neste plano, articula-se plenamente com o significado dos conceitos de “conjunto histórico e tradicional” e de “salvaguarda” clarificados na Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea (1976), na qual as primeiras inscrições de bens na Lista do Património Mundial, feitas no ano de 1979, assumiam que cada área histórica devia ser considerada como um todo coerente que depende da fusão das suas partes, incluindo a atividade humana, os edifícios, a organização espacial e a envolvente.

Posteriormente, em 1983, procedeu-se à elaboração das Normas Provisórias do futuro Plano Director Municipal (P.D.M.), da responsabilidade de Nuno Portas, como resultado da necessidade sentida de um controlo urbano que ultrapassasse o das áreas mais consolidadas e já planeadas e atingisse a restante e maioritária mancha do território concelhio, de urbanização dispersa e espontânea e sem instrumentos de ordenamento nem propostas de gestão. <sup>Fig.13</sup>

Na Europa, o período posterior à Carta de Amesterdão foi marcado por uma alteração das suas políticas urbanas. O caminho pretendido apontava para um novo sentido, o da revitalização e reabilitação dos centros urbanos antigos através da reutilização do património edificado corrente, isto como resultado da consciencialização do fracasso das políticas de renovação urbana do Pós Guerra, assim como das intervenções urbanísticas que suportaram o crescimento acelerado da cidade.<sup>28</sup> Neste âmbito, podemos considerar a já referida Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e a Sua Função na Vida Contemporânea, da UNESCO (1976), e a Carta de Washington, da ICOMOS (1987), como principais referências.

O preâmbulo da Carta de Washington refere que “*em resultado de um desenvolvimento mais ao menos espontâneo ou de um projecto deliberado, todas as cidades do mundo são a expressão material da diversidade das sociedades através da história, sendo, por esse facto, históricas. A presente carta diz respeito, mais precisamente, as cidades grandes ou pequenas e aos centros ou bairros históricos, com a seu ambiente natural ou edificado, que, para além da sua qualidade como documento histórico, expressam os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais. (...)*”<sup>29</sup>

Antecipando-se às preocupações latentes nesta carta, a autarquia vimaranense cria o Gabinete Técnico Local que “*começou por se chamar Gabinete do Centro*

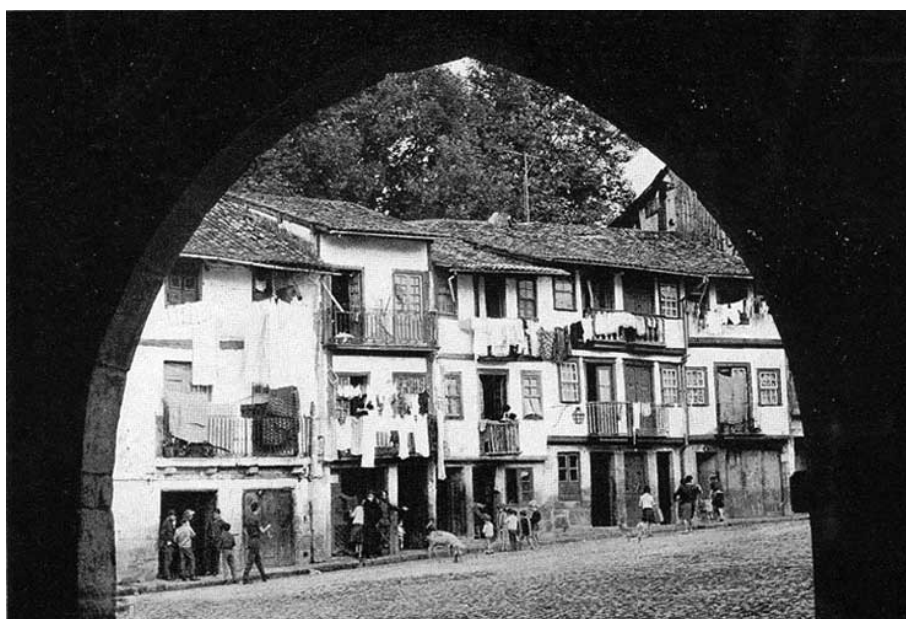


Figura 14

Praça de S. Tiago, 1942



30. FRAZÃO, Miguel – Entrevista realizada pela autora da dissertação. Guimarães, 2018. Ver anexo V – Sobre a entrevista ao Arquitecto Miguel Frazão.

31. Ibidem

32. Ibidem

*Histórico, depois surgiu esse programa do G.T.L. pelo país fora e, Guimarães propôs ter um G.T.L. para o centro histórico. E assim foi criado. Durante dois anos foi pago pelo governo, depois, como o programa resultou, a câmara assumiu os custos.”<sup>30</sup>*

Miguel Frazão afirma que “conheci o centro histórico que pouca gente conhecia, era o castelo e paço dos duques e já não havia mais nada. Era a parte mais degradada da cidade, ninguém vinha aqui.”<sup>31</sup> Neste tempo, a degradação e perversão funcionais dos espaços públicos da cidade de Guimarães, a caducidade da sua parca infraestrutura básica existente, a decadência progressiva do seu núcleo edificado e a depreciação consequente da sua população residente, levaram a que surgissem as primeiras ideias de reabilitação do centro histórico, pois só “*depois do 25 de Abril surgem estas questões de reabilitação dos centros históricos, porque tudo o que se fazia era lá fora. Íamos lendo os jornais, as revistas da especialidade, e tínhamos o Távora, que tinha estado nos CIAM, e era uma pessoa muito actualizada.*”<sup>32</sup>

A cidade de Guimarães possui um centro histórico com um valor inquestionável e conta com inúmeros edifícios datados desde a Idade Média até ao século XIX. Não obstante, este cenário riquíssimo, constatava-se, em meados dos anos 80, que este património se degradava de forma acelerada e que seria necessária uma intervenção urgente para resolver essa questão.<sup>Fig. 14</sup> Nesse contexto, assistiu-se então à criação do Gabinete Técnico Local, gabinete este com competências para delinear os processos de recuperação do centro histórico.

A intervenção deste gabinete também se tem pautado ao longo dos anos, por uma identificação plena com os conteúdos da Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa (1985), assumida pelo Conselho da Europa mas só ratificada por Portugal em 1991, na qual se retoma a definição de património já expressa na Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972), mas agora alargada também aos bens “com interesse social ou técnico”, convenção essa que esteve na base da Lei do Património Cultural Português (Lei 13/85 de 6 de Julho), na qual se enquadra, legalmente, a acção do Gabinete Técnico Local Vimaranesense.

José Aguiar defendia, “*em Guimarães mais do que nos valores da troca investiu-se nos valores de uso e, mais do que em projecto novo, investiu no desenho construído em obra. O GTL actuou no terreno concreto, entre assessores que projectam com a política e outros que desenham com ideologia (entre Portas e*

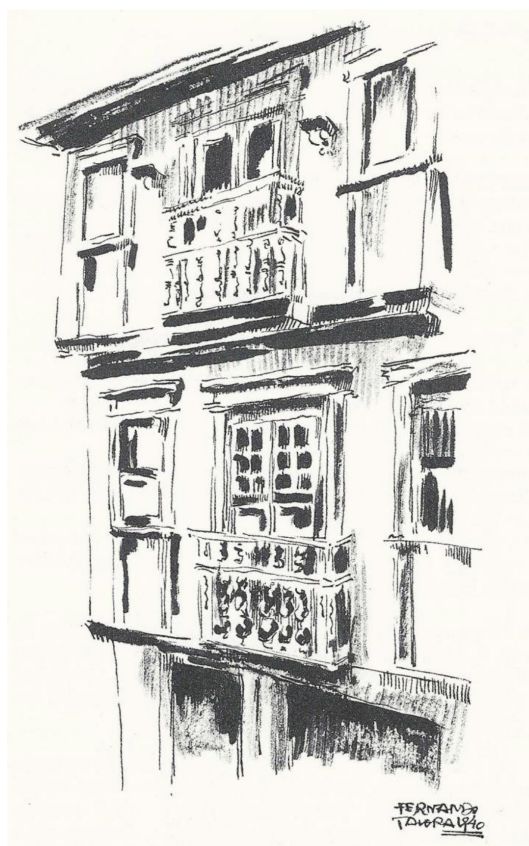


Figura 15

Esquisso de Fernando Távora  
sobre a Casa da Rua Nova.



33. AGUIAR, José – *A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares*, Guimarães, página 7

34. FRAZÃO, Miguel – Entrevista realizada pela autora da dissertação. Guimarães, 2018

35. Ibidem

*e Távora), entre a macro e a microescala, no descrédito dos instrumentos repressivos e dos regulamentos naifes, que proíbem a alumínio e aconselham o rodriguinho.... começa assim a desenhar-se outra opção: projectar com a realidade, dirigir o esforço e o investimento para uma assistência de âmbito local, um desenhar ao serviço daquela população – não de outra desejada -, construindo uma cumplicidade e impedindo, pelo rigor do desenho, a permissividade.”<sup>33</sup>*

Fernando Távora, Alexandra Gesta e Miguel Frazão, orientaram, desde a sua criação, a acção reabilitadora do G.T.L., partindo, metodologicamente, de “três vertentes de trabalho. A primeira era arranjar os espaços públicos, da responsabilidade da câmara para dar o exemplo, a segunda era criar alguns equipamentos que trouxessem pessoas para o centro histórico e a terceira era dar apoio aos particulares. Como queríamos que se fizessem obras de manutenção e beneficiação das habitações, não pretendíamos que houvesse uma relação entre casas para impedir que se deitassem quarteirões a baixo, e com isso também se preservavam os interiores.”<sup>34</sup>

Tais acções foram consideradas como indutoras de renovação da construção privada. Nesta perspetiva, o gabinete prestou um apoio técnico que se operacionalizou com base numa articulação entre as intervenções públicas e as iniciativas privadas, sob dinamização da própria autarquia. A reabilitação formal e funcional da cidade envolvente é considerada um corolário da intervenção no centro histórico, que não tem como objetivo último apenas a recuperação da área urbana nele integrada.

*“Para nós a ideia era preservar. Chegamos, na altura certa, com umas ideias frescas e ajudados pelo Távora que foi fundamental nisto tudo. O que nós encontramos eram ideias - dos engenheiros, porque quase não havia arquitectos - de deitar abaixo e fazer as coisas a fingir. Realmente chegamos na altura certa, de preservar o mais possível, dentro e fora, não era só fachada, acho que isso foi uma das coisas em que nós inovamos. Porque fazia-se a política de fachada, e nós aqui não, tudo o que sejam elementos notáveis da casa procuramos preservar. Temos que ter atenção que as pessoas não vivem sem casas de banho e precisam de ter as condições mínimas, mas se tem uma belíssima escada com claraboia deve ser preservada. A filosofia é essa.”<sup>35</sup>*

No ano da sua constituição recuperou-se a Casa da Rua Nova <sup>Fig. 15</sup>, que constituiu a primeira intervenção do gabinete, o que desde logo levou ao reconhecimento da qualidade na intervenção executada. Miguel Frazão relata que “fez-se o restauro



Figura 16

Praça de S. Tiago, actualmente.

36. Ibidem

37. Ibidem

38. Ibidem

*da casa da rua nova, que foi comprada pela câmara por sugestão da Maria João Vasconcelos, mas que esteve anos a apodrecer enquanto se pensava o que se ia fazer. (...) Entretanto falei com o Távora e ele disse que adorava fazer o trabalho, ficando assim encarregue dele. O projecto foi feito aqui, ele fez a fachada de trás, que realmente não existia, mas parece que é da casa e ao mesmo tempo é moderna. (...) Fez então este projecto da casa da rua nova, desenhado por mim à mão levantada, que é praticamente um restauro. Só se acrescentaram duas casas de banho, mas em dois compartimentos que existiam, e tirou-se uma parede intermédia que era um acrescento do século XIX, mas deixamos ficar as caixilharias, e o Távora teve aquela ideia brilhante das bolas para mostrar os materiais. Com isto ganhou-se o prémio Europa Nostra e a câmara percebeu que afinal o centro histórico não era assim uma questão tão fora de sentido para os políticos como diziam. Começaram então a apoiar-nos.”<sup>36</sup>*

Uma lógica de conservação dos sistemas construtivos, uso de mão-de-obra local e aplicação de materiais e técnicas tradicionais eram os conceitos chave das obras de recuperação realizadas no edificado do centro histórico. <sup>Fig. 16</sup> *“Em relação à mão de obra, felizmente havia cá. Era uma grande vantagem que nós tínhamos, por exemplo em relação aos italianos que tiveram que aprender. Até publicamos um livro sobre as cores tradicionais - agora já permitimos usar as outras - mas ensinamos a fazer as tintas tradicionais, com os pigmentos, a cola, o óleo, tudo o que se usava.”<sup>37</sup>* São estas premissas que reforçam a recusa do “fachadismo” como abordagem arquitectónica e a aplicação prática destas técnicas aos casos concretos.

Ao nível da reabilitação urbana, a experiência vivida em Bolonha e no Porto, com um grande intervencionismo público, não seduziu o gabinete vimaranense, o qual evitava executar intervenções com projectos que conduzissem a alterações significativas aos espaços e edifícios, seguindo assim uma lógica de intervenção de um restauro filológico e beneficiação cautelosa, evitando a renovação excessiva. Nesta perspectiva, *“o arquitecto tem que ser humilde a projectar. Tem que se anular e respeitar a casa. Realmente, nós arquitectos, temos a tentação de deixar a nossa marca. Portanto, os arquitectos eram os intervenientes mais difíceis, sempre cheios de argumentos que queriam fazer de determinada maneira, e depois falar de igual para igual é mais difícil.”<sup>38</sup>*

Assim, as intervenções efectuadas no edificado seriam resultado não só do seu estado de conservação, mas fundamentalmente da capacidade de investimento do seu proprietário. *“Foi um processo quase amador, mas ao mesmo tempo muito*



Figura 17

Praça da oliveira, actualmente.

39. Ibidem

40. AGUIAR, José – *A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares*. Guimarães, página 12

41. Ibidem, página 7

*ligado às pessoas. Eu acho que os moradores, que eram pessoas com poucos recursos, nos apoiavam desde que não os obrigássemos a fazer coisas muito sumptuosas. Mas essa também não era a nossa intenção, queríamos era que não fizessem. Então fazíamos os projectos ali, com as pessoas. Os grandes gabinetes também não queriam fazer isso, não compensava estar a fazer apenas uma casa de banho para corresponder às novas necessidades.”<sup>39</sup> Deve ser destacada ainda a mais-valia que a opção por obras de impacto reduzido teve no seio das populações, “(...) permitindo muitas vezes manter os residentes durante o decorrer dos trabalhos, diminuindo os impactos económicos e psicológicos sobre uma população envelhecida.”<sup>40</sup>*

Em termos estratégicos, definiu-se que seria desejável adaptar o núcleo do centro histórico ao modo de vida actual e às exigências mínimas de segurança e conforto, preservando-se a identidade do edificado, a arquitectura e as pessoas que ali vivam. Esperava-se que a reabilitação do edificado fosse conseguida através de investimento privado, atraído pelo investimento público, ou seja, pelas requalificações efectuadas nos espaços públicos, nos equipamentos e nas infraestruturas. É também de destacar o objectivo estratégico de reposição do centro histórico como local de referência, tal seria a qualidade da sua arquitectura, dos seus espaços e a sua capacidade de acolhimento de actividades que proporcionariam o encontro entre pessoas. <sup>Fig. 17</sup>

Como confirmava Aguiar, “O GTL (e)namora a população; aceitou-a e foi aceite; transformou pouco a pouco os resultados em pequenas vitórias públicas, que interessaram óbvia e imediatamente aos políticos, assim captando o seu interesse pela capitalização dos resultados. Daí o interesse da festa e do discurso quando se (re) plantou a oliveira, quando se inaugurou um edifício recuperado exemplarmente (por um arquitecto exemplar) e com eles se concorreu ao Prémio Europa Nostra; quando se participa em discussões patrimoniais na comunicação social, ou se editam belos livros escritos por nomes incontestáveis. Guimarães não teve tempo para esperar pela metodologia optimizada, de métodos de actuação testados, teve de projectar e obter resultados, avaliando-os, corrigindo o método, desenhando de novo...errando de novo, e aprender, construindo gradualmente uma pedagogia palpável, usável, aferível. Uma moral de projecto que se torna cada dia mais perceptível ao comum dos mortais, que não entendem a abstracção dos planos e que desconfiam, como o diabo da cruz, da bondade dos regulamentos.” <sup>41</sup>

No entanto, a regulamentação das intervenções efectuadas no centro histórico



Figura 18

Comemorações de 13<sup>o</sup> ano da  
classificação do Centro Histórico  
a Património Cultural da  
Humanidade.



42. FRAZÃO, Miguel – Entrevista realizada pela autora da dissertação. Guimarães, 2018  
Ver anexo V – Sobre a entrevista ao Arquitecto Miguel Frazão.

vimaranense tornou-se imprescindível, no sentido de, por um lado, salvaguardar o impacto das mesmas e, por outro, promover a conservação e reaproveitamento de materiais.

No final do século passado, como já foi referido, foi definida a área crítica de intervenção, realizado o Plano Geral de Urbanização de Guimarães e criado o Gabinete Técnico Local. Assim começaram todas as acções de reabilitação que têm vindo a prestigiar o Centro Histórico de Guimarães e que resultaram na sua classificação como Património Cultural da Humanidade pela UNESCO, em 2001. Tal não teria sido possível se não houvesse uma mudança de atitude e um apego por parte dos responsáveis pelas acções às novas contribuições teóricas, o que revolucionou a cidade e os seus habitantes.

Hoje em dia o programa, *“funciona da mesma maneira, no sentido de ter conhecimento das obras que são intervencionadas. Quando em 2001, se deu a classificação da UNESCO, a própria disse que classificava Guimarães como Património da Humanidade, mas obrigou o G.T.L a existir e a controlar o centro histórico. Centro histórico que é a zona classificada e a zona de protecção, ou seja, quase toda a cidade, a cidade consolidada. Entretanto fez-se uns regulamentos, mas a gestão é o dia a dia, cada caso é um caso.”*<sup>42</sup>

O regulamento vigente, Plano Diretor Municipal, publicado em 1994, aplica-se na área intervencionada pelo Gabinete Técnico Local e serve, em parte, de guia para a escolha dos materiais a utilizar nos diversos elementos das fachadas dos edifícios.

O Capítulo IV do referido regulamento estipula sumariamente o seguinte: Coberturas – as coberturas terão de ser estruturadas a madeira, revestidas a telha, com preservação do desenho tradicional dos beirais e adicionalmente os tubos de queda e caleiros terão de ser em chapa zincada aparelhada e pintada; Paredes – as paredes exteriores terão de preservar os materiais e linhas originais, sendo estanhadas e pintadas no caso de serem rebocadas; as paredes interiores deverão ser preservadas sempre que seja possível; Caixilharia – não é permitida a utilização de PVC e alumínio nos caixilhos, sendo que estes deverão manter o seu desenho inicial e deverão ser utilizadas as portadas de madeira tradicionais; Cantarias – as cantarias não podem ser pintadas nem deverão ser utilizados cimentos ou betões como forma de imitar as mesmas; Soleiras e Parapeitos –



Figura 19

Experimentação de tintas preparadas, durante o programa PAGUS, ao abrigo do G.T.L.



43. RICUH – Regulamento de intervenção no centro urbano e histórico de Guimarães, Novembro, 1994, páginas 8 a 11

44. NETO, Maria João Baptista, *Carta de Cracóvia 2000. Os princípios de restauro para uma nova Europa* in Revista Estudos/Património, nº 3, 2002, página 93 a 99<sup>1</sup>

estes elementos não podem ser de mármore nem granito polido, nem deverá ser encontrado cimento à vista nos mesmos; Tintas – as tintas permitidas são as tradicionais, sendo nas paredes aplicável o branco, o branco-sujo e o ocre; nas madeiras e ferros devem ser aplicados o castanho-escuro, o castanho avermelhado, o vermelho “sangue-de-boi” e o “verde loureiro”.<sup>43</sup> Fig. 19

No quadro de preocupações latentes na acção do G.T.L. desde a sua criação, este gabinete aprovou o ICOMOS e, alguns anos depois, a Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico (1990). Neste documento reconhece-se, no contexto da evolução dos conceitos definidores do património arquitectónico, a utilidade dos inventários, a necessidade de articulação da salvaguarda do património arqueológico com o ordenamento do território, a defesa dos princípios da “conservação integrada” e a participação activa das populações.

O conceito de autenticidade foi alvo de uma ampla discussão na década de oitenta e noventa do século passado. A definição enunciada na Carta de Veneza era fechada, focada na realidade Europeia e ainda pouco clara na sua aplicação. A pertinência de um debate internacional sobre a autenticidade tornou-se evidente e necessária. Foi esse o contributo principal da Carta de Nara, de 1994. Françoise Choay defende que somente se consegue restabelecer relações mais directas entre teoria e prática, tão vitais para a progressão das acções de conservação e restauro, se for ultrapassada a retórica da autenticidade, esclarecendo a sua ambiguidade.

A Carta de Veneza continuava a ser a grande referência doutrinária no âmbito da salvaguarda do património, até aos finais do século passado. Trata-se de um documento que tinha sido complementado por outros documentos internacionais, mas que nunca havia sido totalmente revisto, mostrando-se desadequado, nos últimos anos, face à evolução dos conceitos. Em 2000, foi redigido um novo documento, a Carta de Cracóvia. Apenas neste documento se procedeu a uma total revisão e actualização dos princípios e conceitos elaborados em 1964, de acordo com a realidade contemporânea, constituindo hoje uma referência fundamental para a intervenção no património.<sup>44</sup>

O quadro da evolução da arquitectura vimaranense resulta das diferentes perspectivas, posições, interpretações e reflexões das principais Cartas e Recomendações internacionais produzidas, ao longo do extenso período



Figura 20

Vista sobre a cidade de Guimarães

45. FRAZÃO, Miguel – *O GTL e o planeamento urbanístico do concelho*. Guimarães, 2000, página 4

46. MORAIS, Maria Adelaide – *Toponímia*, s.d., página 9

temporal que acabamos de analisar.

Nesta linha de pensamento diz Miguel Frazão, “*acima de tudo, (...) o Centro Histórico não é nem pode ser um tecido urbano morto, para turista ver, mas é antes um pedaço de território onde se nasce e se morre, onde se trabalha e se diverte, onde se ri e se chora, em suma, onde se vive e em harmonia se pretende viver.*”<sup>45</sup>

Embora do ponto de vista arquitectónico e urbano as acções de salvaguarda integrada do património existente e de criação qualificada de novo património se tenham centrado, inicialmente, sobretudo na zona do centro histórico, tende hoje a verificar-se o seu indispensável extravasamento não só para áreas urbanas que o envolvem, imediatamente, como também para núcleos pontuais do contexto concelhio. <sup>Fig. 20</sup>

Paralelamente, e para que este alargamento patrimonial se possa vir a processar com êxito, importará assumir-se, desde logo, quer que o território concelhio é um “valor cultural”, como de há muito defende Fernando Távora, quer que “*a luta patrimonial também se resolve na periferia*”, como sempre refere Nuno Portas.

Tal como refere Maria Adelaide Morais, “*ao atirar uma pedra à água nascem os círculos, cada vez maiores, até se esbaterem. Aproveitam-se estes respingos para louvar tudo quanto de bom se tem feito na conservação do belo e tem sido muito. (...) depois de correr as ruas, as praças, as quelhas, que inspire os vimaranenses a cuidarem bem da sua cidade, como implora o passado, como exige o futuro.*”<sup>46</sup>



## **II. Lugar**



Figura 21  
Esquisso

*“Cada nova obra intervém numa certa situação histórica. Para a qualidade desta intervenção é crucial que se consiga equipar o novo com características que entrem numa relação de tensão significativa com o existente. Para o novo poder encontrar o seu lugar, precisa primeiro de nos estimular para ver o existente de uma nova maneira.*

*Lança-se uma pedra na água. A areia agita-se e volta a assentar. O distúrbio foi necessário. A pedra encontrou o seu lugar. Mas o lago não é o mesmo.”*

Peter Zumthor in *Pensar la Arquitectura*, Barcelona: Gustavo Gili, 2004



Figura 22

Ilustração de algumas tipologias  
habitacionais



## Sobre o lugar

As ecléticas edificações vimaranenses, juntamente com as ruas e praças que constituem a cidade permitem que a essência do Centro Histórico de Guimarães seja vivida através da percepção do tempo, do espaço, da memória e identidade da cidade vimaranense. Desde os edifícios medievais, aos edifícios de características residenciais nobiliárquicas, passando pelas habitações terreiras e de um ou dois sobrados, esta diversidade de tipologia habitacional contribui para o carácter ímpar deste conjunto arquitectónico. <sup>Fig. 22</sup>

Nesta perspectiva, é importante compreender a evolução da tipologia habitacional vimaranense, para um melhor entendimento do conjunto habitacional que engloba o Centro Histórico de Guimarães. Assim, no século X, assistia-se na área urbana vimaranense em formação, a uma construção habitacional estruturada de forma encerrada, permanecendo edificações isoladas em lotes autónomos com alinhamentos de frentes irregulares, seguindo uma tradição urbanística primitiva originada em castros e citânias. Mais tarde, a partir dos finais do século XII, surge uma nova tipologia de residência nobre – as denominadas “Casas-Torre”, que permanecerão ao longo dos séculos XVI e mesmo XVII, mas, neste tempo, associadas a um corpo habitacional. A partir do século XV, por um lado, tende a terminar a tradição alto-medieval de urbanização onde as casas criavam frentes urbanas descontínuas, arrastando temporalmente uma tendência para a normalização das frentes dos lotes e por outro lado, verifica-se uma intensificação de paços urbanos para habitação da nobreza principal. Ao longo do século XVI foram-se criando outras tipologias habitacionais aristocráticas que obedecem já a um ordenamento de loteamento urbano, regularizando o alinhamento das frentes e o nivelamento das alturas, conferindo assim, no seu conjunto, uma imagem muito própria a este centro. No entanto, durante o XVII as tipologias de habitação corrente diversificam-se, existindo, todavia, a estabilização das alturas, piso térreo e dois sobrados e da frente do lote urbano, seguindo um lote padronizado como se verifica, por exemplo, na Rua das Flores, no Porto. Porém, trata-se apenas de uma tendência, pois, em Guimarães existe esta tipologia, mas com frentes e profundidades variáveis visto que apenas se substituíram as habitações medievais por outras dos séculos XVII e XVIII, que se caracterizam pela ausência de cornijas e consequente assentamento da cobertura directamente sobre o topo das fachadas e avanço dos beirais sobre os arruamentos, mantendo-se as dimensões das parcelas. Durante o século XVIII surgem em Guimarães casas nobres, de características urbanas, pelas suas



23



26

Figura 23

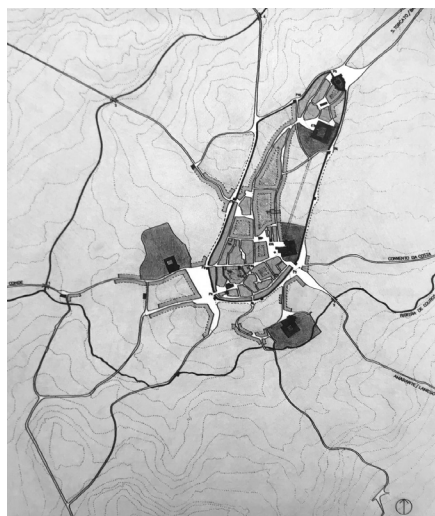
Classificação das diferentes zonas de intervenção na cidade de Guimarães

Figura 26

Muralhas da cidade



24



25

Figura 24

Mapa de 950 a 1279

Figura 25

Mapa de 1279 a 1498

47. FERRÃO, Bernardo; AFONSO, José Ferrão — *O património habitacional de Guimarães* in G.T.L. - *Guimarães - Cidade Património Mundial. Um objectivo estratégico*. Câmara Municipal de Guimarães: Guimarães, 1998.

48.Ver Anexo I - *Sobre a implantação do edifício*; Planta de Localização, página 7.

grandes dimensões e desenvolvimento horizontal. Entretanto, foi com o derrube sistemático das muralhas da cidade ao longo do século XIX que se criaram duas novas tipologias: a moradia burguesa ladeada, ou não, por jardim e o prédio de rendimento, de origem setecentista. No entanto, a tipologia de lote estreito e comprido, com piso térreo e uma ou duas assoalhadas, mantem-se como princípio evolutivo na cidade, tornando-se a grande maioria tipológica na malha urbana citadina.<sup>47</sup>

Apesar da maior parte da muralha ter sido destruída, ainda restam vestígios que testemunham o traçado da mesma. Mas onde o perímetro está manifestamente comprovado é na organização das vias, na disposição dos edifícios do centro histórico e nos espaços públicos, rasgados nos séculos XIX e XX, que rodeiam o núcleo principal de Guimarães. Deste modo, a zona evidenciada pela pré-existência da muralha foi classificada pela UNESCO, em 2001, como Património Cultural da Humanidade, no entanto, a zona circundante é classificada pela Câmara Municipal de Guimarães como Zona Especial de Protecção<sup>Fig. 23</sup>, para que a coerência e conservação arquitectónica seja um princípio de intervenção na expansão da cidade, assim como na revitalização da mesma.

É neste contexto urbano, em pleno limite da muralha anteriormente existente que surge o objecto de estudo. Inserido na zona classificada como Zona Especial de Protecção, o edifício localiza-se num arruamento contíguo à anterior muralha, ocupando o número 227 da Rua Doutor Joaquim de Meira. Estando no limite norte da muralha anteriormente referida, este arruamento está muito próximo do Castelo de Guimarães, estando mesmo alinhado visualmente pelo mesmo.<sup>48</sup>

Esta rua já existiria como caminho desde o início da formação da cidade, tal como se pode confirmar no mapa de 950 a 1279<sup>Fig. 24</sup>. Nesta época, o burgo dividia-se em dois núcleos: a Vila do Castelo e a Vila de Santa Maria da Oliveira, que eram ligados por uma rua transversal. Inicialmente, apenas a Vila do Castelo era amuralhada, no entanto, posteriormente foi edificada uma nova muralha que liga os dois núcleos.<sup>Fig. 25</sup>

Esta nova muralha, define assim a forma urbana medieval da cidade, que ainda hoje é facilmente identificada.<sup>Fig. 26</sup> A localização das portas, permite a continuidade dos eixos viários existentes, como é o caso do nosso objecto de estudo.



Figura 27  
Planta da zona em estudo

49. FERNANDES, Francisco Barata  
- *Transformação e Permanência na  
Habitação Portuense: As formas da  
casa na forma da cidade*. Porto:  
FAUP Publicações, 1999, página  
120

Mais tarde, o terreno foi loteado, para que a cidade continuasse a sua evolução. Assim o seu lote, estreito e comprido, que em certo tempo, se agrupava às três casas consequentes que compõe um conjunto, <sup>Fig. 27</sup> segue a filosofia de parcelamento de muitos lotes da cidade do Porto, tal como descreve Francisco Barata Fernandes “os lotes apresentam, portanto, perímetros rectangulares irregulares. O dimensionamento, traçado e articulação de arruamentos em que se apoiam estes lotes correspondem ao tradicional modelo orgânico da cidade medieval, não planeada urbanisticamente. (...) Seguramente, a formação de quarteirões e de lotes resulta de um processo de subdivisão da propriedade e não de um processo de articulação de lotes.” <sup>49</sup>

Sabendo que a muralha se localizava na frente de rua oposta ao edifício em estudo e que o arruamento advém de um caminho medieval, a sua localização é uma mais valia na permanência, no tempo, no espaço e na memória da cidade.



Figura 28

Esquissos. Percepção do edificado



## Sobre a percepção do edificado

50. ZUMTHOR, Peter - *Atmosferas: entornos arquitectónicos - las cosas a mi alrededor*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2006, Página 13

*“Entro num edificio, vejo um espaço e transmite-se uma atmosfera e numa fracção de segundo sinto o que é. A atmosfera comunica com a nossa percepção emocional, isto é, a percepção que funciona de forma instintiva e que o ser humano possui para sobreviver. (...) Existe algo em nós que comunica imediatamente connosco. Compreensão imediata, ligação emocional imediata, recusa imediata.”*<sup>50</sup> Peter Zumthor reproduz a hegemonia da qualidade espacial de um objecto face ao indivíduo através de uma atmosfera que comunica com o íntimo do homem, propiciando um efeito recíproco entre o indivíduo e um determinado edifício. Nesta perspectiva, é importante conhecermos o nosso objecto de estudo, sentirmos a sua atmosfera, para que possamos fazer uma proposta de intervenção que devolva a identidade perdida da casa, adaptada ao presente e preparada para o futuro.

Apesar de ter uma noção prévia da casa, aquando da decisão de intervir neste edificado, foi necessário observá-la, estudá-la, compreender a sua alma, as suas cicatrizes, a sua estrutura, a sua essência e a sua memória.

Nesta perspectiva, o levantamento do existente constitui a primeira acção do exercício de projecto. Baseou-se num processo composto por recursos fotográficos e métricos, assim como pelo diálogo com os proprietários que ajudaram a compreender a evolução, transformação e adaptação da casa ao longo do tempo. A investigação bibliográfica e iconográfica não surtiu grandes resultados, visto que não existe informação particular da casa, apenas é possível especular, comparando dados com o estudo realizado da história da evolução da cidade.

Desta forma, o levantamento métrico exaustivo, através dos recursos disponíveis, foi mote para iniciar este percurso da análise do objecto de estudo, para que seja possível pensar uma forma de intervir no considerado património vimaranense. Para tal, as visitas foram recorrentes para que se pudesse desenhar cada espaço que constitui a casa. Estes espaços, foram medidos através de perímetros, cruzando diagonais, relacionando-os com os espaços adjacentes, para que fosse realizado da forma mais precisa possível. Assim que se adquiriu a informação necessária ao nível das plantas dos pisos e de implantação, foi realizada a medição de alturas interiores, assim como um mapa de vãos pormenorizado. Os vãos exteriores adquiridos através deste mapa, foram depois cruzados com as medições realizadas através dos alçados exteriores, que foram completados com fotomontagens para se compreender a estereotomia dos materiais,

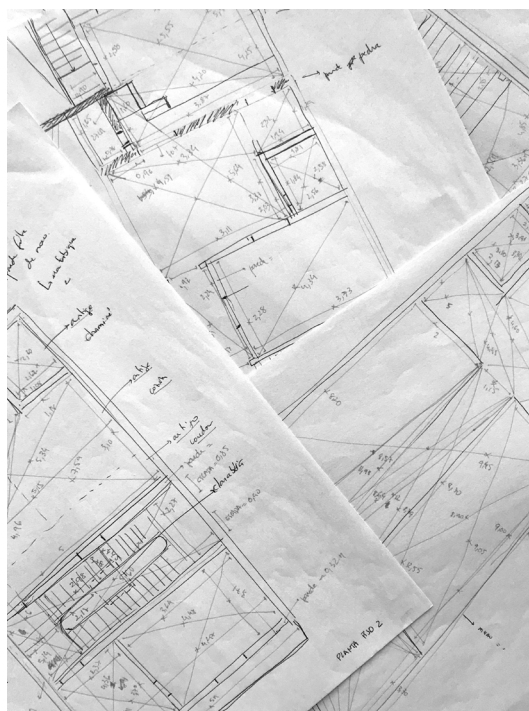


Figura 29

Esquissos. Levantamento métrico



51. Ver Anexo II - *Sobre os desenhos de levantamento*, páginas 13 a 27.

52. TÁVORA, Fernando - *Da Organização do Espaço*, 7ª Edição, Porto: FAUP Publicações, 2007, Página 75

essencialmente, no alçado de rua. Visto que o acesso ao sótão era restrito, o maior obstáculo que se enfrentou diz respeito à observação da estrutura geral da cobertura da casa. Assim, a sua representação foi realizada através da investigação de documentos, que poderiam estar relacionados com o sistema construtiva da casa, tais como o *Manual de Apoio ao Projecto de Reabilitação de Edifícios Antigos*, assim como a prova do professor Joaquim Teixeira, *Descrição do Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX*.

O levantamento da envolvente próxima foi efectuado com o apoio de cartas cartográficas, fotografias, assim como de algumas medições genéricas.

Todo este processo de levantamento e conhecimento intrínseco do objecto de estudo<sup>51</sup>, permitiu que o percorrer do espaço fosse realizado numa outra atmosfera, com os sentidos todos apurados, para que a identidade da casa fosse apreendida. Deste modo, foi importante conhecer e ter uma melhor noção da espacialidade da casa, dos seus defeitos e virtudes, dos seus crescimentos e demolições, da sua história, da sua alma, para que fosse possível propor uma nova vida, para “*que seja assim o arquitecto – homem entre os homens – organizador do espaço – criador de felicidade.*”<sup>52</sup>



30

Figura 30

Composição de fachadas da Rua  
Doutor Joaquim de Meira



31

Figura 31

Fachada de rua



34

Figura 32

Logradouro

## Sobre o construído

53. Ver Anexo III - *Sobre o levantamento rigoroso*; Levantamento - Alçados, página 35.

54. Ver anexo I - *Sobre a implantação do edificado*; Planta de Implantação, página 9

55. Após o levantamento da casa, podemos concluir através da localização das paredes de fachada de alvenaria de granito, que o edifício na sua estrutura inicial, deveria medir aproximadamente 12,6 metros de comprimento por 5,5 metros de largura.

56. Ver Anexo III - *Sobre o levantamento rigoroso*; Levantamento - Planta Piso 0, página 31.

A primeira chamada de atenção para a casa é-nos fornecida pela visualização da sua fachada na rua Doutor Joaquim de Meira, que juntamente com as casas adjacentes, transmite uma ideia de conjunto, onde se denota que, apesar das semelhanças formais, cada uma tem a sua individualidade.<sup>Fig. 30</sup> Trata-se, actualmente, de um edifício de três pisos, como referido anteriormente que atinge uma altura de cerca de 9,6 metros, ao nível do beiral e de 12,4 metros ao nível da cumeeira, sendo, juntamente com as três casas que compõe o conjunto, o edifício com cércea mais elevada da rua. A composição da fachada é pensada em conjunto com as outras três casas, visto que os dois vãos por piso que contém estão alinhados horizontalmente, apesar de a rua ter declive.

Esta diferença de cotas é vencida nas casas adjacentes através da dimensão das janelas e portas que são mais compridas, para que o alinhamento superior possa ser mantido. Os dois vãos reflectem-se no piso térreo, como a porta de entrada e uma janela fixa; no segundo piso como duas janelas de peito de batente e no terceiro piso como janelas de sacada de batente com acesso a uma varanda exterior protegida por uma guarda em ferro.<sup>53</sup> É de salientar o revestimento em azulejo que envolve esta fachada de rua, premissa que a difere das restantes edificações confinantes. cremos que o azulejo, juntamente com o rendilhado que protege a janela do piso térreo, advém de finais do século XIX, princípio de século XX, remetendo para a arte nova local, com influências da arquitectura brasileira.<sup>Fig. 31</sup>

O lote no qual a casa se insere não é uniforme nas suas dimensões<sup>54</sup>, apesar de ter como principal característica ser comprido e estreito, medindo, sensivelmente, 41,5 metros no seu comprimento máximo e 5,5 metros de largura. Como é usual neste tipo habitacional, o edifício ocupa toda a largura do lote, 5,5 metros, e tem, neste momento, 18 metros de comprimento desde o volume anexado ao corpo principal até ao limite da rua.<sup>55</sup> Deste modo, é de salientar a grande área dedicada a logradouro, que se encontra orientada a norte.<sup>Fig. 32</sup> Consequentemente, a fachada de rua orientada para sul, volta-se para a zona história da cidade de Guimarães.

Partindo para a organização interior<sup>56</sup>, a escada adquire um papel fundamental na disposição dos espaços, visto que ocupa uma posição central e transversal ao lote, dividindo os espaços que se apropriam do alçado de rua e do alçado tardoz.





33



34

Figura 33

Hall de entrada

Figura 34

Sala de costura



35



36

Figura 35

Oficina de ourives

Figura 36

Instalação sanitária



37



38

Figura 37

Oficina de ourives

Figura 38

Logradouro e anexo

57.Ver Anexo III - Sobre o levantamento rigoroso; Levantamento - Planta Piso 1, página 31.

58.Ver Anexo III - Sobre o levantamento rigoroso; Levantamento - Perfil C, página 39.

Quando entramos na casa, no piso térreo, deparamo-nos com um espaço encerrado, com as paredes revestidas a azulejo, o hall de entrada.<sup>Fig. 33</sup> É a partir deste espaço que se acede, logo num primeiro momento, à esquerda a uma pequena sala, que hoje em dia, tem a função de sala de costura, visto que a profissão é aí exercida.<sup>Fig. 34</sup> Relaciona-se com o exterior através da janela fixa que ilumina o espaço através da rua.

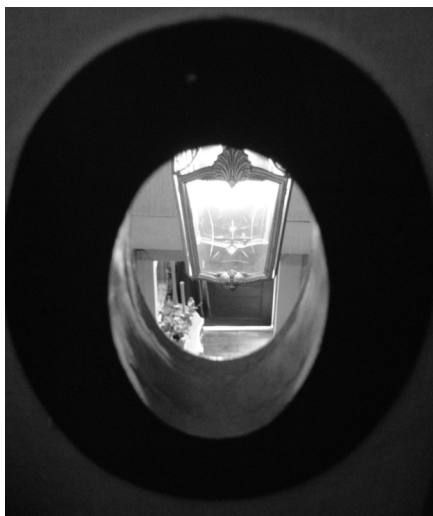
O hall de entrada encaminha-nos também para a zona onde anteriormente se encontrava o armazém e que teve, em tempos, a função de oficina de ourives.<sup>Fig. 35</sup> Neste espaço, onde foram construídas paredes para o dividir e uma casa de banho, os acabamentos não foram pensados de forma a criar um conjunto harmónico. No entanto, visto que estas paredes não vão até ao tecto e a instalação sanitária tem uma cobertura em chapa ondulada independente, é neste ponto da casa que podemos compreender a estrutura do sobrado, pois a mesma está à vista.<sup>Fig. 36</sup> Este espaço torna-se escuro, dado que com o volume acrescentado, as janelas pré-existent apenas transmitem a luz do espaço contíguo, não havendo relação directa com o exterior.

Ultrapassando as portas que encerram o espaço da casa original, deparamo-nos com o novo volume construído, anteriormente referido, onde se encontra o espaço de trabalho da oficina.<sup>Fig. 37</sup> com luz exterior propagada através de uma caixilharia em alumínio que não se relaciona com a essência da casa. O acesso ao logradouro é feito através deste espaço, no entanto, a relação que o logradouro mantinha com o tanque que é partilhado pelas duas casas foi perdida, pois tornou-se inacessível. O logradouro está, na sua maioria, pavimentado e no seu limite norte encontra-se um anexo que serve a função de segunda cozinha e arrumos.<sup>Fig. 38</sup>

O primeiro piso de habitação<sup>57</sup> é acessível desde o hall de entrada, por uma escada em “L”, que depois se desenvolve em dois lanços para aceder ao último piso. Toda esta área é encerrada e escura, visto que se encontra no interior da casa e não tem iluminação.<sup>58</sup> Analisando os revestimentos dos tectos das dependências denota-se uma separação entre os espaços mais nobres, voltados para a rua – revestidos com estuque e trabalhados com motivos ornamentais e cimalhas de gesso – e os espaços servisais – revestidos a madeira. Hoje em dia, esta separação hierárquica não é sentida pois todos os espaços pretendem responder a funções quotidianas da vida da sociedade actual, no entanto, este tratamento mantém-se até aos dias



39



40

Figura 39  
Sala de jantar

Figura 40  
Óculo dirigido para a caixa de escadas



41



42

Figura 41  
Sala de estar

Figura 42  
Cozinha



43



44

Figura 43  
Escada de acesso ao logradouro

Figura 44  
Suite principal



59.Ver Anexo III - *Sobre o levantamento rigoroso*; Levantamento - Perfil B, página 37.

60.Esta porta foi também substituída aquando da construção do volume da cozinha, não se relacionando com os materiais originais da casa.

61.Ver Anexo III - *Sobre o levantamento rigoroso*; Levantamento - Perfil A, página 37.

62.Ver Anexo III - *Sobre o levantamento rigoroso*; Levantamento - Planta Piso 2, página 33.

63.Ver Anexo III - *Sobre o levantamento rigoroso*; Levantamento - Perfil E e F, página 41 e 43.

de hoje.

A sul da caixa de escadas, encontra-se actualmente a sala de jantar,<sup>Fig.39</sup> iluminada através dos dois vãos que compõe a fachada de rua. O tecto é então trabalhado com relevo, no entanto, o seu estado de degradação é notável.

Junto da caixa de escadas, a norte, existe um espaço encerrado, sem luz natural, com a função de quarto. Neste espaço há um óculo dirigido para a caixa de escadas que, pela sua origem história e funcional, pretenderia trazer luz para este espaço.

<sup>Fig.40</sup> Tal premissa remete-nos para o facto de que poderia ter sido pensada a existência de uma claraboia que, através de luz zenital daria outro ambiente à caixa de escadas, mas que nunca chegou a ser realizada.<sup>59</sup> Este quarto, em tempos, foi também iluminado pela janela interior<sup>Fig. 41</sup> que o liga ao espaço adjacente – a actual sala de estar, que anteriormente se relacionava com a fachada. Esta sala de estar, convive directamente com uma instalação sanitária e com um espaço de arrumos, onde foi retirada a caixilharia que estava colocada na parede de fachada. Também neste espaço a luz solar foi interdita pela anexação do volume da cozinha, sendo apenas transmitida através da porta de alumínio e vidro que serve de acesso à cozinha.<sup>60</sup>

A cozinha, localiza-se assim no corpo externo de betão, a uma cota inferior do restante piso da habitação.<sup>61</sup> O facto de não estar próxima da sala de jantar justifica-se pelo facto de ter um espaço de copa onde os habitantes fazem as suas refeições diárias.<sup>Fig.42</sup> O espaço onde anteriormente se localizava a instalação sanitária serve agora de arrumo despenseiro. A relação com o exterior é feita através de janelas de correr com caixilharia em alumínio e é também a partir deste local que se pode aceder ao logradouro, visto que há uma escada exterior, também de betão que permite a relação entre as duas cotas.<sup>Fig.43</sup>

No último piso<sup>62</sup>, verifica-se a mesma separação entre atmosferas sul e norte, sendo que neste piso se reflete mais o facto de o espaço anteriormente com carácter serviçal se localizar nas traseiras, visto que a existência da madeira como revestimento menos nobre, é reforçado pelo pé direito reduzido que se faz sentir no espaço confrontante com o alçado tardoz.<sup>63</sup> Este espaço, agora amplo, tem a função de suite principal, devido ao seu colossal dimensionamento e à existência de uma instalação sanitária que o serve.<sup>Fig. 44</sup> Visto que as paredes que delimitam este espaço foram alteradas, o alçado tardoz deste piso também sofreu alterações,



Figura 45

Fachada tardoz



46



47

Figura 46

Sala de acesso ao quarto

Figura 47

Quarto



64. Entende-se uma grande intervenção, e não apenas a alteração das portas.

65. Ver Anexo III - *Sobre o levantamento rigoroso*; Levantamento - Perfil E e F, página 41 e 43.

66. FREITAS, Vasco Peixoto de - *Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos*, Porto: Ordem dos engenheiros da região norte, 2012, página 33

principalmente no que remete para a utilização da caixilharia em alumínio e para a abertura de um novo vão, que não se verifica nas casas adjacentes pertencentes ao conjunto.<sup>Fig.45</sup>

As dependências confrontantes com o alçado de rua – que se mantiveram como originalmente – apresentam grandes sintomas de deterioração, visto que nunca foram intervencionadas.<sup>64</sup>

As suas funções espaciais também parecem ter-se mantido ao longo do tempo, visto que através de uma pequena sala se acede ao quarto.<sup>Fig. 46 e 47</sup> Estes dois espaços relacionam-se com a varanda de granito que remata o alçado da rua, obtendo vista sobre a cidade e o Castelo de Guimarães.<sup>65</sup> Por último, existe ainda um sótão que se apropria do espaço vazio da cobertura, no entanto, o seu estado de degradação é grande, premissa que não permite a sua observação.

A observação espacial da casa e as medições efectuadas no local, juntamente com o apoio de elementos bibliográficos permitem que seja realizada uma análise do sistema construtivo. Parece-nos fundamental realizar esta análise, pois quanto maior for o conhecimento sobre as técnicas e materiais utilizados, mais conscientes e pertinentes serão as decisões projectuais, pois *“a construção da arquitectura do passado revela-nos um Saber decorrente de um apuramento de formas de construir que perduraram durante vários séculos. (...) Através deste Saber, podemos encontrar a essência, os princípios e a universalidade de uma prática, concretizados nas diversas formas de resolver os vários desafios que se lhe impuseram. É justamente neste conhecimento que reside a intemporalidade e a actualidade da construção tradicional.”*<sup>66</sup>

Ao longo desta análise valorizaremos apenas os elementos originais da casa, assim como aqueles que, tendo sido acrescentados, consideramos essenciais na compreensão do edifício, excluindo assim os elementos contruídos com técnicas e materiais diferentes dos originais, como betão, tijolo e alumínio, pois consideramos que não possuem valor arquitetónico, e, conseqüentemente, não apresentam interesse no acto projectual. Deste modo, e para que a casa possa ser compreendida num conjunto racional, começaremos por uma descrição global do sistema construtivo, completada pela pormenorização dos vários elementos constituintes.

A casa é constituída por elementos estruturais principais e secundários que, em



Figura 48  
Corte transversal D  
Escala 1.100

67. Também denominada taipa de rodízio.

68. Também denominada taipa de fasquio.

69. FREITAS, Vasco Peixoto de - *Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos*, Porto: Ordem dos engenheiros da região norte, 2012, página 36

70. Ibidem, página 42

harmonia, permitem dar estabilidade ao edifício. Nesta perspectiva, a mesma tem como estrutura primordial as paredes de meação – paredes laterais que confrontam com as habitações adjacentes; a estrutura dos sobrados – estrutura que suporta os pisos e que se apoia nas paredes de meação; e a estrutura da cobertura – estrutura que sustém o telhado, e que se suporta também nas paredes de meação. Estes elementos são completados pela estrutura secundária que se caracteriza pelas paredes de fachada – a fachada norte, voltada para o logradouro e a fachada sul que se confronta com a única rua que lhe acede – sendo, tal como as paredes de meação, de alvenaria de granito nos dois primeiros pisos e de tabique reforçado no último <sup>67</sup> e servem de travamento à estrutura dos pisos. Assim como pelas paredes interiores de compartimentação e de caixa de escadas – construídas em tabique simples <sup>68</sup> assentam sobre a estrutura dos sobrados.

## Fundações

Visto que se trata de um elemento estrutural que está localizado abaixo do solo, não podemos analisá-lo particularmente através da observação ou do levantamento métrico, no entanto, podemos presumir que *“uma das características comuns às casas tradicionais do Norte de Portugal, independentemente da data da sua construção, é o tipo de fundações, que se apresentam executadas em alvenaria de pedra, preferencialmente constituída por travadouros ou perpianho dispostas de forma a constituírem o alargamento exigido às sapatas, que alcançam as profundidades necessárias até encontrarem terreno firme. Deste modo, podemos considerar que a largura e profundidade determinada para as fundações, embora de forma empírica, estão directamente dependentes das qualidades do terreno onde se implanta o edifício. (...) É sobre o nivelamento definido para as fundações – ensoleiramento geral ou elegimento, decorrente da pendente do terreno, que assentam as paredes exteriores.”* <sup>69</sup>

## Paredes Exteriores

### Paredes de meação

As paredes de meação do objecto de estudo são construídas em alvenaria de granito assente em argamassa de cal, areia e saibro com uma espessura de, aproximadamente, 32 cm. Pelo exterior e uma vez que o edifício é mais alto do lado nascente do que o edifício adjacente, a zona exposta da empena, é revestida *“com soletos de ardósia, fixos através de pregos a um ripado.”*<sup>70</sup> Relativamente ao revestimento interior, estas paredes são *“emboçadas e regularizadas com*



49



50

Figura 49

Esquema de tratamento exterior  
do alçado tardoz

Figura 50

Esquema de tratamento exterior  
do alçado frontal

71. Ibidem, página 42

72. Ibidem, página 36

73. Ibidem, página 41

74. Ibidem, página 38

argamassa de cal, areia e saibro, com acabamento a estuque, efectuado através de um barramento de pasta de cal, posteriormente caiado ou pintado”.<sup>71</sup> Este revestimento é visível em todas as dependências, exceptuando na zona destinada a armazém, actualmente oficina, onde não existe qualquer tipo de revestimento e a pedra se encontra à vista.

### **Paredes de fachada em alvenaria de pedra**

As paredes de fachada de rua e do alçado tardoz são, nos dois primeiros pisos, construídas em alvenaria de pedra de granito, com blocos de várias dimensões e tal como as paredes de meação assentam com argamassa de cal, areia e saibro. Estas paredes são “predominantemente constituídas por peças aparelhadas em cantarias que definem os vãos de portas e janelas, sob a forma de lancis de soleiras, de parapeitos, de ombreiras e de lintéis ou vergas e ainda sob a forma de diversos elementos decorativos, tais como pilastras, frisos, cimalthas e socos.”<sup>72</sup> A parede da fachada da rua tem uma varanda, ao nível do último piso ao longo de toda a largura da casa com um balanço de 50m, finalizada com uma grade de ferro forjado. Este balanço é realizado através do que parece ter sido uma cornija em granito que rematava o edifício quando, possivelmente, apenas existiam dois pisos, tal como se pode confirmar no *Manual de Apoio ao Projecto de Reabilitação de Edifícios Antigos*, “nos casos em que foi construído um piso acrescentado, apoiado na parede da fachada, as cornijas passaram a ser usadas como sacadas.”<sup>73</sup>

Quanto à parede de fachada tardoz, apesar de o volume da cozinha e oficina se anexar à mesma, conseguimos verificar que não existia revestimento exterior, mantendo-se a alvenaria de pedra à vista. Em contrapartida, no alçado de rua, o revestimento em azulejo permite à casa assumir a sua identidade. <sup>Fig. 49 e 50</sup> “A progressiva adopção do azulejo como elemento de revestimento a aplicar no exterior, na sequência da melhoria registada nas condições de manufactura e, mais tarde, de fabrico industrial, elevam-no à condição de revestimento típico das casas do Porto, a partir de meados do século XIX. O sucesso obtido na sua utilização como principal revestimento de fachadas, deve-se ao facto de não exigir uma manutenção significativa, funcionando simultaneamente como primeira cama impermeabilizante, para além do seu inegável valor estético.”<sup>74</sup> Mais uma vez, esta tendência do século XIX, vivida na cidade do Porto, foi influência nesta casa vimaranense.

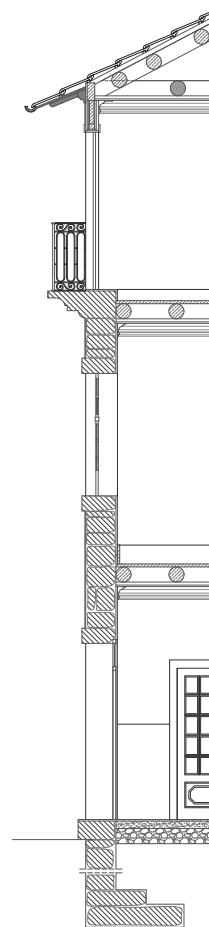


Figura 51

Corte pela fachada sul

Escala 1.100

75. Ibidem, página 38

76. Ibidem, página 39

77. Ibidem, página 39

### Paredes de fachada em tabique reforçado

Tal como referido, as paredes de fachada do último piso diferem das dos pisos inferiores pois são constituídas principalmente por madeira, tal como se pode comprovar pela sua espessura. <sup>Fig. 51</sup> Existem dois tipos de paredes de fachada em tabique: as paredes de tabique simples e as paredes de tabique reforçado que “são muito semelhantes construtivamente, diferindo apenas na forma e número dos elementos estruturais.”<sup>75</sup> Visto que não conseguimos observar o interior da parede, para averiguarmos qual dos tipos se encontra presente no nosso objecto de estudo, assumimos que se trata de uma parede de fachada em tabique reforçado, uma vez que “quando se trata de pisos recuados, acrescentados posteriormente, é frequente todas as suas paredes serem executadas em tabique simples reforçado, incluindo as paredes de meação (...).”<sup>76</sup> Assim, “são constituídas por um esqueleto ou estrutura em forma de gaiola, (...) formada por barrotes de secção quadrangular, com 7cm de lado, dispostos em forma de prumos, frechais, travessanhos, vergas e ancoras. Esta estrutura, (...) é revestida em ambas as faces por um tabuado com cerca de 2 cm de espessura, podendo o seu interior ser preenchido com restos de madeira, cortiça, ou até folhas de jornal, permitindo deste modo obter algum isolamento térmico.”<sup>77</sup> Esta parede é encimada por um entablamento em madeira, imitando os elementos das cornijas em pedra.

### Sobrados

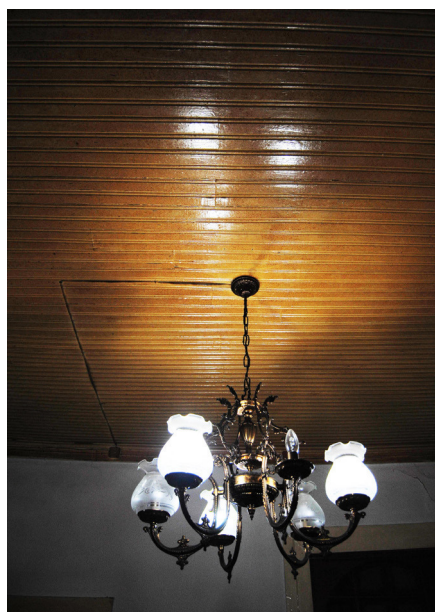
A estrutura dos dois pisos superiores é constituída por um vigamento de troncos de madeira - carvalho, geralmente utilizado na região - com diâmetros entre os 20 e os 25 cm e comprimento de cerca de 5m, correspondentes à largura do edifício. O vigamento é apoiado nas paredes de meação, com uma entrega de cerca de dois terços da espessura das paredes, estando disposto paralelamente entre si, com afastamentos de cerca de 50cm. Uma vez que no rés-do-chão o tecto não apresenta qualquer tipo de acabamento, é visível toda a estrutura do sobrado do primeiro piso, apesar do seu estado de degradação.

Esta estrutura, ao nível do pavimento, é revestida por um tabuado em madeira, sendo que “as tábuas de soalho depois de assentes, unidas por encaixe (em forma de macho-fêmea ou meia madeira) e pregadas ao vigamento, eram afagadas manualmente para se obter uma superfície uniforme. Posteriormente eram enceradas, de modo a aumentar o seu embelezamento e a garantir a sua protecção e





52



53

Figura 52

Revestimento de pavimento das escadas, em alcatifa

Figura 53

Revestimento de tecto da sala de estar, em madeira



54

Figura 54

Laje em cimento no piso térreo



78. TEIXEIRA, Joaquim José Lopes  
- *Descrição do Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX - Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica*, Porto: FAUP, 2004, página 88

79. FREITAS, Vasco Peixoto de  
- *Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos*, Porto: Ordem dos engenheiros da região norte, 2012, página 46

80. Ibidem, página 46

81. TEIXEIRA, Joaquim José Lopes  
- *Descrição do Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX - Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica*, Porto: FAUP, 2004, página 120

82. FREITAS, Vasco Peixoto de  
- *Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos*, Porto: Ordem dos engenheiros da região norte, 2012, páginas 50 e 51

*conservação.”*<sup>78</sup> Apesar desta estrutura não poder ser comprovada visualmente, visto que todo o pavimento está revestido a alcatifa<sup>Fig. 52</sup>, parece-nos pertinente assumir esta descrição, pois é recorrente nesta tipologia. O revestimento dos tectos é feito através da aplicação de um fasquiado em barrotes, sendo depois revestido com reboco de argamassa de cal e saibro e nos casos dos espaços servisais, com madeira.<sup>Fig. 53</sup>

O piso térreo é diferente dos restantes pisos, tanto na sua estrutura como nos acabamentos. Face à inexistência de uma cave, o piso da oficina assenta directamente no terreno, sendo realizada uma pequena laje em cimento, que não tem qualquer tipo de acabamento.<sup>Fig. 54</sup> Na zona da sala de costura e do hall de entrada é, revestida por cerâmico.

## Cobertura

A cobertura é constituída por um telhado de duas águas, de telha marselha – “telha plana com encaixes, (...) que, possibilitando o aumento das pendentes das vertentes, permitia assim um maior aproveitamento do vão da cobertura.”<sup>79</sup> Visto que não podemos aceder à cobertura para verificar a sua constituição, mais uma vez assumimos que a mesma é realizada de acordo com o modelo utilizado na época, sendo que, “a estrutura das coberturas de duas águas é simplesmente constituída por paus rolados, apoiados nas empenas das paredes de meação, à semelhança da estrutura dos sobrados, espaçados entre si cerca de 1,5m. Sobre esta estrutura encontra-se pregado o varedo, agora frequentemente constituído por peças esquadriadas e, transversalmente, o ripado para suporte das telhas.”<sup>80</sup>

## Paredes interiores

As paredes interiores da sala de costura do primeiro piso e dos pisos superiores – à excepção das alterações que a casa sofreu no último piso – presumem-se ser de tabique simples, e “seriam usualmente executadas já com a habitação assoalhada ou sobradada, na fase de acabamentos.”<sup>81</sup> Estas paredes são “constituídas por uma estrutura de barrotes de 7cm de lado (...) dispostos em forma de frechais, prumos, e vergas (...) preenchidas por um duplo tabuado (...) sobre o qual é pregado o fasquiado para receber as argamassas de reboco e acabamento.”<sup>82</sup>

“Os rodapés são importantes elementos usados na transição entre as paredes e os pavimentos. Funcionam como remate e protecção do acabamento de reboco estanhado



55



56

Figura 55

Porta da entrada na fachada de rua

Figura 56

Porta de acesso ao logradouro na fachada taroz



57



58

Figura 57

Vão exterior fixo

Figura 58

Vão exterior de peito de batente com fixo de madeira que remata esquadria

83. TEIXEIRA, Joaquim José Lopes  
- *Descrição do Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX - Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica*, Porto: FAUP, 2004, página 175

84. Ibidem, página 173

85. FREITAS, Vasco Peixoto de  
- *Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos*, Porto: Ordem dos engenheiros da região norte, 2012, página 56

*das paredes e fazem a transição entre diferentes elementos estruturais, como são as paredes interiores ou exteriores e os sobrados.*"<sup>83</sup> No edifício em estudo, os rodapés que advém da construção tradicional medem 25 cm de altura e apenas se encontram no primeiro piso, na actual sala de jantar, no quarto interior e na caixa de escadas. Nas restantes dependências, sempre que existe, tem uma altura de 6 cm.

A fazer a transição entre as paredes e os tectos temos as cimalthas ou sancas que, *"com desenhos em forma de finas caneluras ou outros motivos decorati-vos, serviam para 'esconder' as fissuras que ocorriam entre os revestimentos dos tectos e das paredes, numa localização muito susceptível, de-vido à distinta constituição destes dois elementos construtivos. Estes elementos decorativos eram executados com pasta de gesso."*<sup>84</sup> Esta transição apenas se verifica nos espaços nobres da casa, sendo que nos espaços de carácter serviçal, visto que os tectos são revestidos a madeira, estes remates são realizados com o mesmo material.

### Caixilharias Exteriores

No nosso caso de estudo, apenas nos parece importante referir a porta do acesso ao logradouro, que apesar do seu grave estado de degradação, mantém o seu carácter original, contrariamente à porta de entrada do acesso da rua, que parece ter sido alterada, visto que é diferente das portas de entrada do restante conjunto arquitetónico das quatro casas.<sup>Fig.55</sup> Nesta perspectiva, a porta de acesso ao logradouro, trata-se de uma porta de madeira robusta, de duas folhas, com três almofadas rectangulares, dispostas regular e harmoniosamente em simetria, rematadas por uma bandeira envidraçada.<sup>Fig.56</sup>

Relativamente às janelas, a composição da fachada de rua faz-se através de uma janela no rés-do-chão que, tendo sido alterada, é fixa<sup>Fig.57</sup>; de duas janelas de peito de batente no primeiro piso e de duas janelas de sacada de batente no segundo piso. *"Os caixilhos de abrir são constituídos por uma esquadria de couceiras e travessas, divididas por pinázios e travessas intermédias, preenchida com vidros e almofadas."*<sup>85</sup> Geralmente, os caixilhos de abrir são encimados por uma bandeira com caixilho fixo, tal como acontece nas janelas do primeiro piso, no entanto, essa premissa não é observada nas janelas do piso acrescentado pois corresponde a um pé direito mais baixo. Na caixilharia do primeiro piso, do lado nascente, é observado um fixo de madeira que remata a última esquadria do vão.<sup>Fig. 58</sup>





59



60

Figura 59

Vão interior original localizado no quarto do primeiro piso

Figura 60

Vão interior



61



62

Figura 61

Janela interior de guilhotina localizada no quarto interior

Figura 62

Janela interior encerrada devido à substituição da parede da suite

Uma vez que a fachada tardoz já não é perceptível e que a maioria da caixilharia foi alterada, apenas é significativo descrever o vão do rés-do-chão onde, apesar de semi oculto por uma grade de ferro, se sente como uma caixilharia de peito de batente. Esta apenas é constituída por uma couceira de batente, um pinázio que a divide em quatro vidros e encimada por uma bandeira com caixilho fixo.

### **Caixilharias Interiores**

No interior, a única porta interior que se manteve com o seu desenho original foi a porta da alcova do primeiro piso. Esta porta, de duas folhas de abrir, é preenchida por seis almofadas e rematada por uma bandeira com caixilho de vidro, que ilumina o espaço, visto que este não se confronta com nenhuma fachada.<sup>Fig. 59</sup>

Relativamente às restantes portas, que apesar de não serem originais, transmitem carácter à casa, estas são de uma folha, com o interior dividido por pinázios dispostos em quadricula, com vinte vidros aplicados. Esta quadricula envidraçada é rematada, no limite inferior, por um elemento opaco com uma almofada, e em alguns casos no limite superior, por uma bandeira envidraçada com a forma de um arco.<sup>Fig. 60</sup>

Existem também duas janelas interiores, no quarto do primeiro andar – janela de peito de guilhotina <sup>Fig. 61</sup> – e na suite, que actualmente está encerrada pois a parede foi substituída, - janela de peito de sacada <sup>Fig. 62</sup> – que permitem a entrada de luz nos compartimentos interiores.

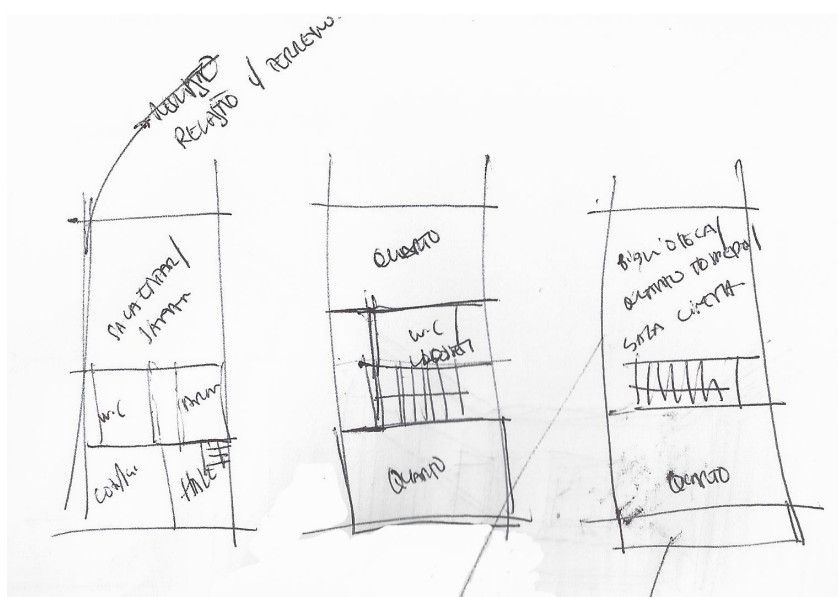


Figura 63

Esquissos. Função dos espaços

## Sobre a história do edificado

86. DOLLÉ, Jean-Paul - *Territoire du rien ou la contre-révolution patrimonial*, Paris: Éditions Lignes & Manifestes, 2005, página 133

87. FERNANDES, Francisco Barata - *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*, Porto: FAUP Publicações, 1999, página IX

88. SOLÀ-MORALES, Ignasi - *Territoris*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2002, página 98

*“Se entendermos por eternidade não a duração, mas a intemporalidade, então tem a vida eterna aquele que vive dentro do presente. A nossa vida não tem nunca um fim, tal como o nosso campo de visão não possui fronteiras.”*<sup>86</sup>

Ao longo do tempo, a cidade foi sofrendo alterações na sua concepção territorial e espacial, os princípios de intervenção foram mudando, adaptando-se a novos costumes e evoluções, criando assim dinamismo na espacialidade de quem percorre o lugar. A arquitectura constrói-se através de redes de analogias, de relações temporais distantes que sempre ligaram as cidades e os edifícios entre si, tal como defende Daniele Vitale, *“as cidades não nascem só das singularidades dos lugares e da densidade da terra, mas também de misturas e cruzamentos, repetições e memórias, trocas e ecos, relações analógicas e formas imitativas.”*<sup>87</sup>

Este pensamento de aceitação da mutação de uma sociedade e não a estagnidade de um pensamento tradicionalista que se denota na evolução das cidades, deve ser também transposto segundo a mesma lógica de pensamento para o espaço de habitar, o espaço da casa. Na arquitectura da casa e visto que os costumes da sociedade variaram muito ao longo do tempo, naturalmente os espaços e as suas funções pré-estabelecidas tiveram que se adaptar às inquietações do homem. A ideia de existência de funções permanentes e incontestáveis que caracterizou o funcionalismo tem sido contrariada com a adaptação de determinados espaços a novas estratégias, que permitem a capacidade adaptativa da arquitectura.

Cada vez mais a sociedade se afasta da ideia de *“form follows function”*, pois o conteúdo e a utilização têm um papel secundário quando o importante é o homem viver o espaço adaptado aos seus usos, de modo a viver harmonicamente com o seu espaço íntimo. Segundo Ignasi Solà-Morales, *“não há funções incontestáveis, permanentes. As necessidades modelam o seu próprio individualismo em interacção com o mercado. O funcionalismo parte de hipóteses fixas quando, em realidade, as necessidades às quais se tem de responder são, devem ser tais que dinamizem a produção do mercado fazendo fluido, mutável.”*<sup>88</sup>

Esta ideia de plurifuncionalidade do espaço tem vindo a acompanhar a história da arquitectura ao longo do tempo, assim como a história do habitar. Denota-se na tipologia das habitações semelhantes ao nosso objecto de estudo, assim como nas casas burguesas da cidade do Porto, que ao longo dos séculos se foram transformando e adaptando aos usos da sociedade, apresentando *“afinidades do*

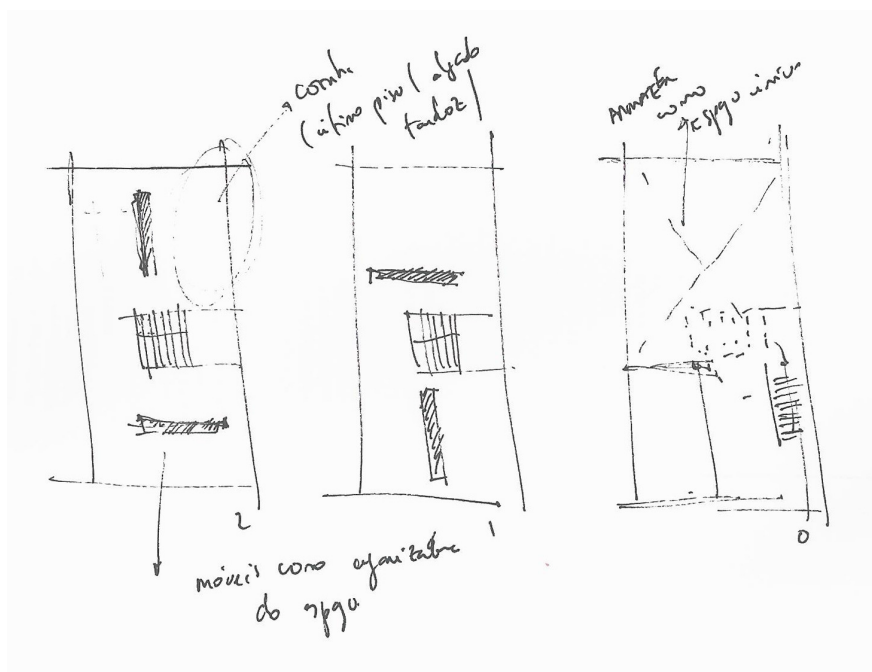


Figura 64

Esquissos. Espaços



89. FERNANDES, Francisco Barata - *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*, Porto: FAUP Publicações, 1999, página 68

90. Ibidem, página 68

91. Ibidem, página 69

92. Ibidem, página 126

93. Ibidem, página 126

*ponto de vista da plurifuncionalidade e da sua possível classificação tipológica, como pertencentes às longínquas ‘tabernae’ romanas.”*<sup>89</sup>

Estas, “*cuja matriz espacial de organização interna se foi transformando ao longo do tempo até se consolidar com autonomia e identidade locais*”<sup>90</sup> foram influenciadas por culturas estrangeiras, mas adaptadas ao regionalismo do lugar tal como defende Francisco Barata Fernandes que “*para qualquer época ou acontecimento, há sempre aquela pequena particularidade lusitana, que eloquentemente trabalhada se transforma em essencialidade e se afirma, esquecendo a origem.*”<sup>91</sup> Nesta perspectiva, é importante pensar a transformação do habitar e consequentemente da arquitectura do habitar, como uma resposta e adaptação ao tempo, nunca esquecendo a identidade do lugar.

Seguindo o pensamento de organização espacial das casas burguesas e da sua transformação espacial, Francisco Barata esclarece que “*no século XVII persistia a ideia medieval de habitar havendo pouca ou nenhuma especialização na divisão dos espaços da casa burguesa.*”<sup>92</sup> Os espaços eram permeáveis, não havendo locais específicos para cada cada função da vida quotidiana do homem. “*Não existe o conceito de sala de estar, sala de jantar, de quarto de dormir, de sala de trabalho, etc. Come-se, dorme-se, executam-se os trabalhos domésticos num mesmo aposento. São os móveis que identificam as funções.*”<sup>93</sup> O conceito de casa e privacidade como um conjunto não era discutido até então e só a partir do século XVIII se começam a traduzir formalmente as funções em espaços especializados.

No Porto, esta transformação do modo de habitar a casa burguesa, que se reflete na sua concepção formal e arquitectónica, é passível de ser organizada temporalmente e localmente, constituindo assim três tipos de edificações de habitação burguesa portuense: no Porto mercantilista, iluminista e liberal. Cremos que estas habitações foram uma influência na constituição da malha da cidade vimaranense, no entanto, a sua separação tipológica não deve ser tão literal.

É o caso do nosso objecto de estudo, uma casa burguesa vimaranense, que nos parece ter sido influenciada pelo pensamento portuense, surgindo assim, no que pensamos ser século XIX, visto que não existe qualquer tipo de documentação que o comprove.

A casa, que tal como a cidade, tem vivido ao longo do tempo e assistido às

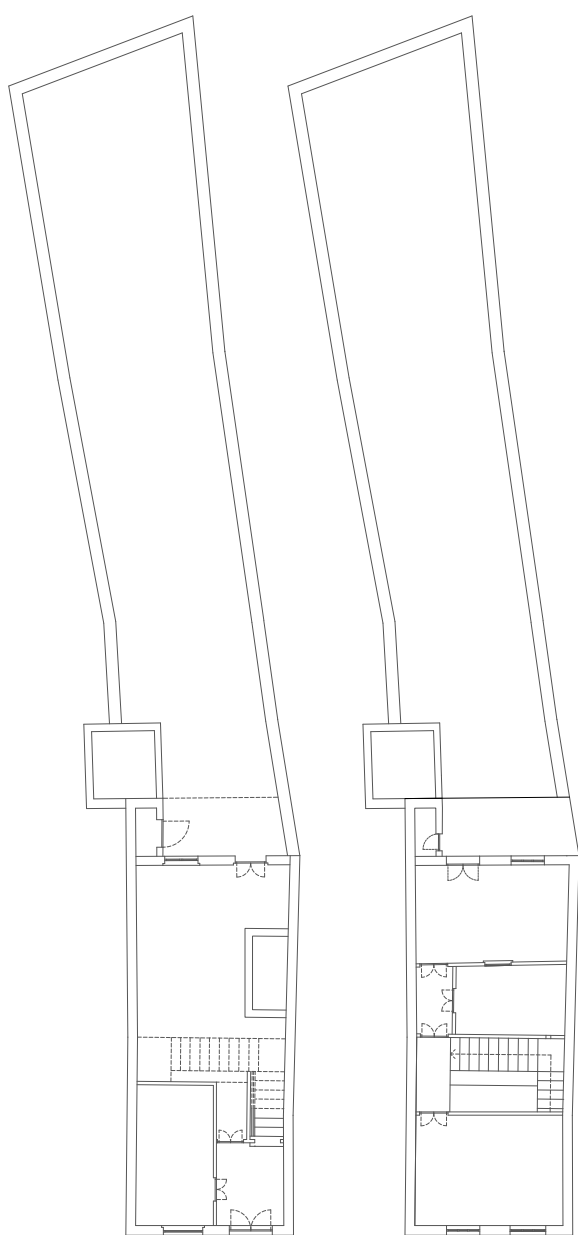


Figura 65

Esquema da fase número 1 da  
construção da casa

95. Ibidem, página 144

96. Ibidem, página 145

97. Ibidem, página 125

98. Ibidem, página 145

mutações da sociedade, tem-se vindo a transformar para servir os usos da vida quotidiana dos seres que a têm habitado durante estes anos. A relação entre o homem, as suas vivências e a casa permitem que esta tenha a sua própria identidade, a sua história. Permite-se assim, a ter um sentido espacial fortalecido pelo complemento que a vida humana lhe destina. Na sequência deste pensamento de transformação e permanência ao longo do tempo, defendemos que a casa, tal como a vemos nos dias de hoje, foi contruída em quatro fases, entre acrescentos e demolições.

A casa, que foi pensada num conjunto de quatro casas, revela que o *“o principal elemento deste planeamento é a rua e não o quarteirão.”*<sup>95</sup> É de salientar a relação do nosso objecto de estudo com a habitação número 225, podendo à data da sua construção pertencer à mesma família, visto que para além das paredes de meação serem comuns às duas, existe ainda um pequeno tanque cujo uso é partilhado.

Analisando o nosso objecto de estudo, numa primeira fase<sup>Fig. 65</sup>, parece-nos apropriado assumir que, inicialmente, a casa apenas teria os dois primeiros pisos, sendo que *“o aumento do número de pisos era uma operação frequente.”*<sup>96</sup> Tanto as paredes de meação, como as paredes de fachada são contruídas em alvenaria de granito, até à altura do rodapé do que será, actualmente, o terceiro piso. Leva-nos assim a deduzir que a pedra até essa altura constituía, na época, a cornija de remate do edifício. O facto de a escada não ser constante ao longo dos três pisos e de ser em forma de “L” do primeiro para o segundo piso, também nos parece uma evidência de que, numa versão inicial da casa, esta apenas era constituída por dois pisos.

Do ponto de vista funcional temos, *“o piso térreo como parte independente da casa, podendo ser ocupado com uma pequena oficina, como armazém ou loja”*<sup>97</sup>, neste caso específico, deveria ser ocupado como armazém visto que na zona que tem acesso ao logradouro não existia pavimento e na frente de rua existia um compartimento, que se mantém até aos dias de hoje, que poderia funcionar como uma sala de receber visitas, tal como salienta Francisco Barata, *“a divisão do primeiro piso, voltada a rua é normalmente organizada como sala pronta a receber os visitantes.”*<sup>98</sup> Relativamente à existência de um piso superior, denota-se uma progressão comparativamente ao passado no sentido do espaço público e privado, visto que a área destinada a habitação está neste piso. No entanto, os espaços deviam seguir ainda a tradição de uma não especialização das das funções quotidianas.

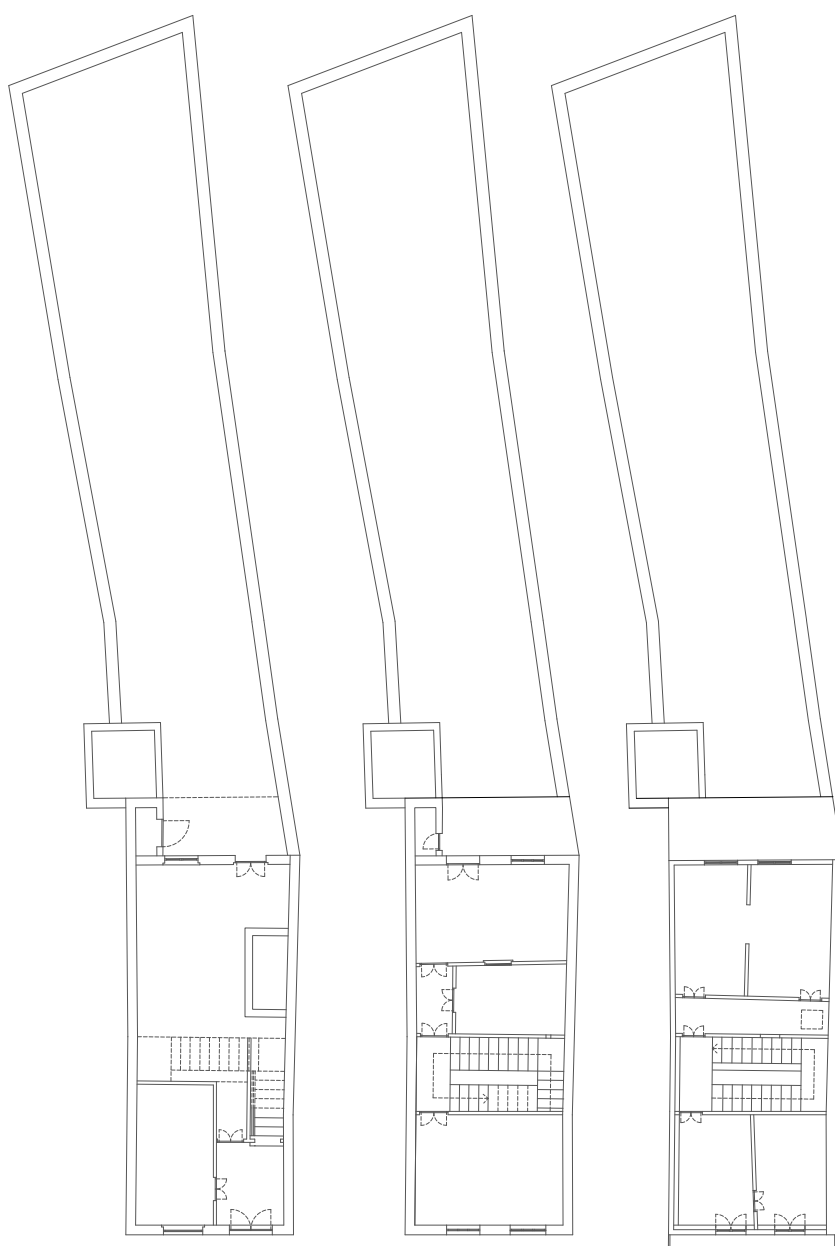


Figura 66

Esquema da fase número 2 da  
construção da casa

99. Ibidem, página 124.

100. Ibidem, página 124.

Relativamente às instalações sanitárias estas encontravam-se no exterior, uso este que se manteve durante algum tempo.

No que consideramos a segunda fase<sup>Fig. 66</sup>, foi acrescentado um novo piso, contruído em tabique, seguindo assim a lógica do que se fazia na cidade do Porto como descreve Francisco Barata, *“os aumentos de dois e mais pisos erguidos durante todos os séculos XVIII e XIX, sobre construções preexistentes de um e dois pisos construídos em granito, eram integralmente fabricados em madeira e taipa. No entanto, quer o edifício fosse contruído num só material e sistema construtivo, quer associasse dois, as regras de composição e as proporções mantinham-se. Variava em pormenor aquilo que tinha que variar em função da própria natureza dos materiais.”*

<sup>99</sup> Assim, os vãos deste novo piso seguiram a sequência do alçado dos pisos inferiores – dois vãos – criando um alçado de rua harmónico no seu todo, no entanto, já o alçado tardoz, seria mais *“económico e elementar.”* <sup>100</sup> Tal afirmação pode ser sustentada pela observação da fachada de rua que é revestida a azulejo, na sua totalidade, contrariamente à fachada tardoz, o que reforça também a ideia de que o novo piso, quando acrescentado, pretendia relacionar-se com a pré-existência.

Nesta segunda fase, tendo sido acrescentado o terceiro piso, a frente de rua vive agora com uma pequena varanda, protegida com guarda de ferro, característica que difere das tipologias portuenses da primeira metade de setecentos, onde ainda se usava a madeira nas guardas. Mantendo-se a matriz organizacional interna da habitação como referido anteriormente, sabe-se agora que a cozinha se encontrava no último piso, junto ao telhado, na traseira do edifício, por motivos de segurança, tal como era usual na época. Esse espaço estava associado a um compartimento, separado por uma parede de tabique, que seria, provavelmente, o espaço onde se realizavam as refeições. Nesta zona, contrariamente aos compartimentos da frente de rua - onde não existe espaço de circulação e se acede directamente de uns espaços aos outros – há um primeiro momento de circulação que distribui para a dependência da cozinha e da sala complementar. Tal situação também já se verificava no primeiro piso onde existia uma pequena circulação que dava acesso a uma sala e uma possível alcova.

No que consideramos ser a terceira fase de evolução da casa, aferimos que a única mudança em termos organizacionais, é a introdução de uma casa de banho no

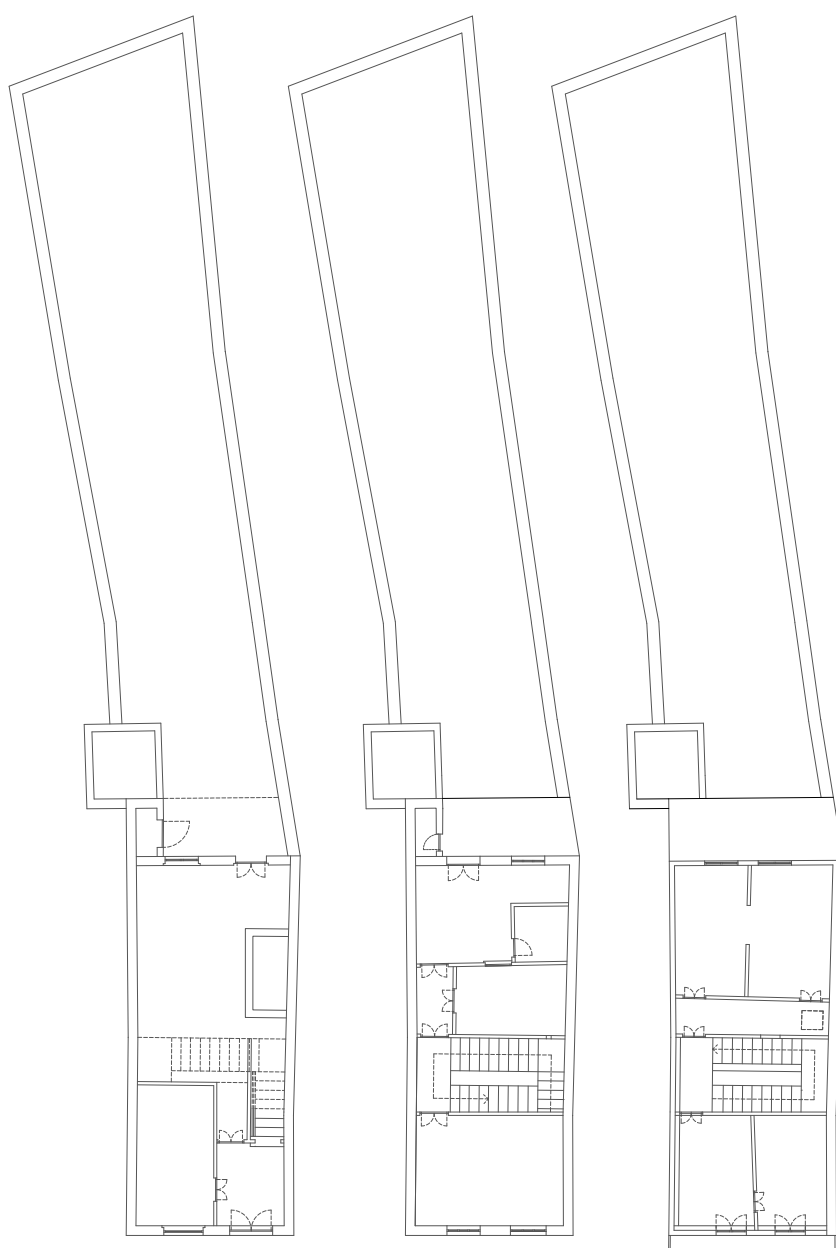


Figura 67

Esquema da fase número 3 da  
construção da casa

interior da habitação. Visto que numa fase anterior, *“os sanitários localizavam-se a um canto das varandas das traseiras, não existindo, em muitos casos, uma divisão equipada com todos os elementos de uma casa de banho,”*<sup>101</sup> com a evolução do tempo tal premissa deixava de fazer sentido no que remete para o conforto de quem vive a habitação. Foi então introduzido um novo sanitário no primeiro piso para corresponder às exigências do homem e do seu quotidiano. <sup>Fig. 67</sup>

Se, até à data, este edificado apresenta uma extraordinária capacidade de adaptação a novos usos, cremos que, nesta quarta fase, as mutações que sofreu levaram a uma perda de identidade do mesmo. Assim, importa-nos referir, que sendo esta mudança já na segunda metade do século XX, o habitante enquanto vivenciador do espaço, se viu obrigado a adaptar a habitação ao seu modo de vida, bastante mais evoluído relativamente à época da construção da casa.

No seguimento deste pensamento meramente funcional, foi acrescentado, nas traseiras da casa, um novo volume cuja cércea corresponde ao piso térreo e ao primeiro piso. Visto que, na época era natural o homem poder trabalhar na sua própria casa, o piso térreo foi destinado funcionalmente a uma oficina de ourives. Foi pavimentado e introduzido um sanitário para os trabalhadores, no entanto, como o espaço não era suficiente para a profissão que ali se exercia, esta oficina prolongou-se para o novo volume. Os espaços confrontantes com a rua mantiveram a sua organização. Este volume - materialmente contrastante com a essência do edificado - prolongado em altura até ao primeiro piso, tem a função de cozinha, que nesta altura, não fazia sentido ser no último piso por questões práticas da vida quotidiana. Através da actual cozinha foi acrescentado um novo acesso ao logradouro por uma escada de betão. Com esta solução, o espaço exterior de varanda associado às dependências do primeiro piso tardoz também foi perdido. A casa de banho acrescentada na fase anterior foi mantida, sendo que os sanitários preexistentes na zona exterior, dão agora lugar a arrumos.

No último piso, as paredes de tabique que encerravam o edifício no alçado tardoz e na parede confrontante com o edifício que se encontra do lado esquerdo - número 225 - foram substituídas por paredes de tijolo, alterando também neste piso os vãos do alçado tardoz. Foram ainda demolidas as paredes interiores de tabique, criando um espaço único e acrescentada uma nova instalação sanitária. Todas estas alterações foram acompanhadas pela substituição dos vãos interiores, na sua maioria, em todos os pisos.

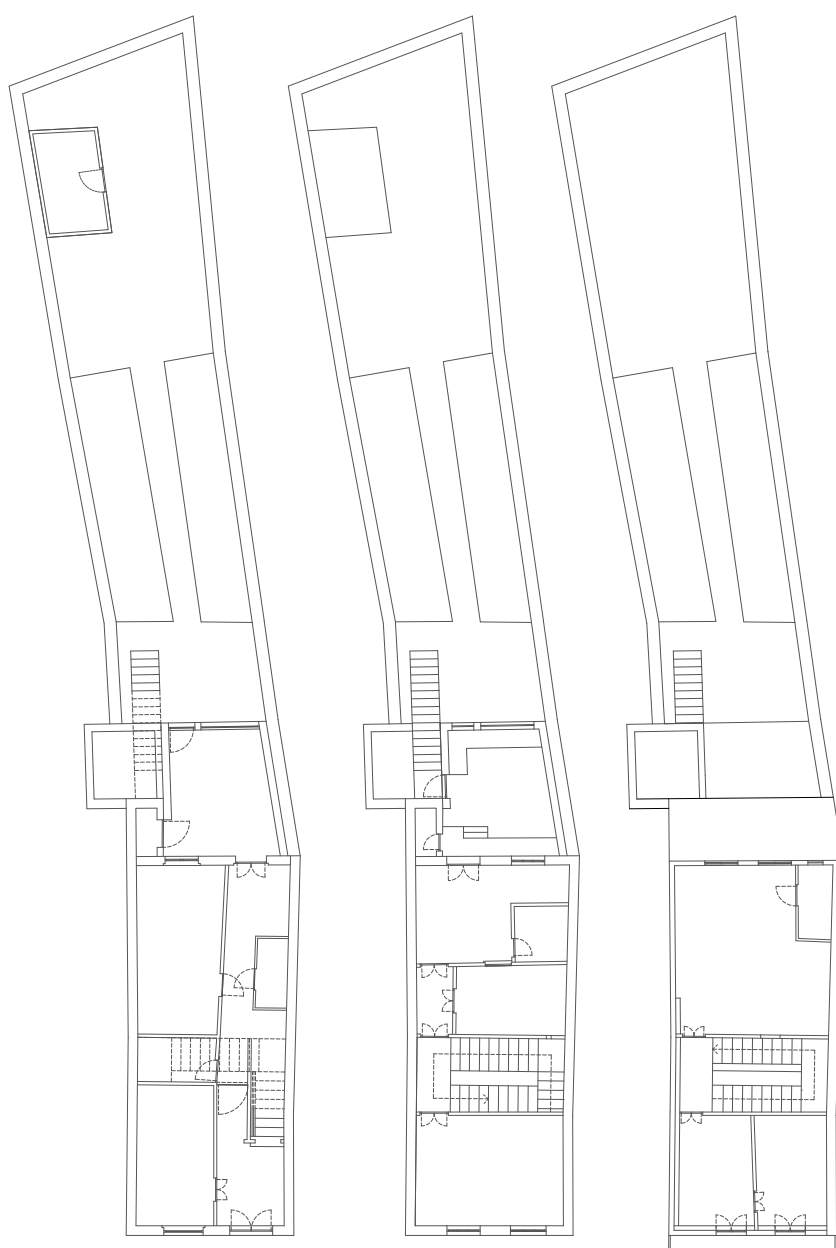


Figura 68

Esquema da fase número 4 da  
construção da casa



102. MOURA, Eduardo Souto de  
cit. LOPES, Carlos Nuno Lacerda  
– *Arquitectura e modos de habitar:  
conversas com arquitectos*, Vol. I,  
Porto: Edições CIAMH, 2012

Relativamente ao espaço de logradouro, foi pavimentado em grande parte da sua dimensão, e acrescentado um anexo que serviria como uma cozinha complementar e arrumos.<sup>Fig. 68</sup> O acesso ao tanque que liga as duas casas foi encerrado pelo novo volume e pela escada estando, neste momento, praticamente inacessível.

São estas mutações temporais e consequentemente espaciais, que permitiram ao nosso objecto de estudo ter a sua história e a sua essência, tal como defende Eduardo Souto Moura, “*as casas são como as pessoas, (...) uma espécie de segunda pele. Quer dizer, as pessoas têm uma alma interior, mas também têm uma alma exterior. Não é por acaso que, quando eu faço assim ou assim, estou a incomodar-te e não te estou a tocar. Portanto, há uma atmosfera, uma energia em que as pessoas se revêem na sua identidade. Quer no corpo, quer na roupa, quer nas casas. Portanto, as casas são como as pessoas: diferentes, manipuláveis, mexem-se.*”<sup>102</sup>



### **III. Interpretação**

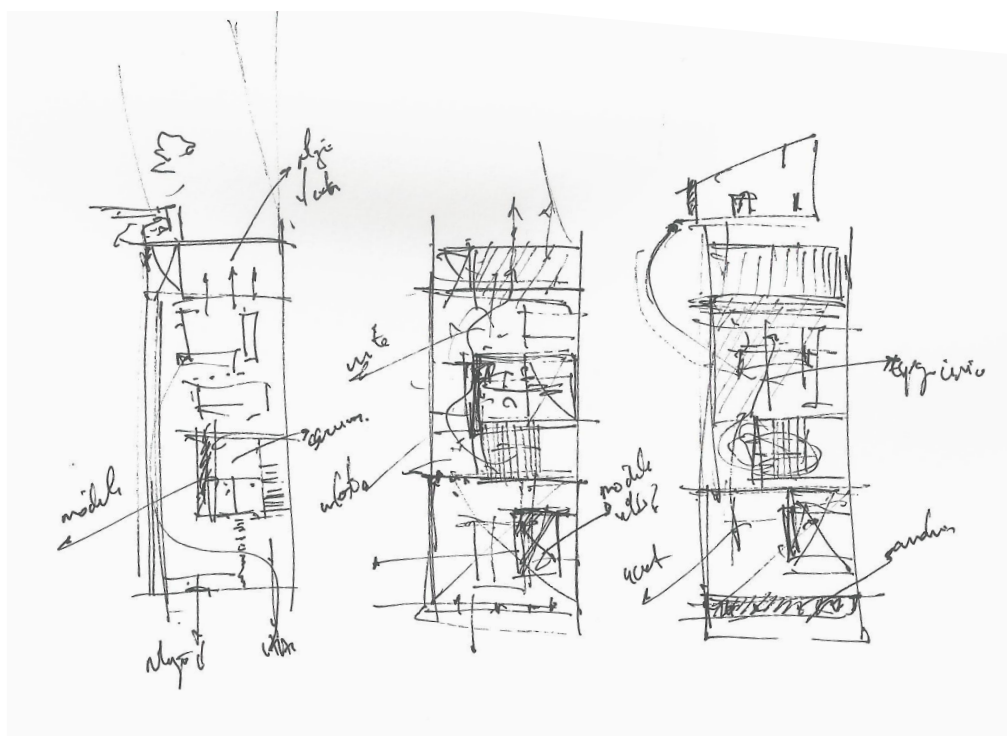


Figura 69

Esquisso

*“De há muito que nos conhecíamos...*

*Eu sabia algo da sua alma e do seu corpo. (...)*

*Eu sabia-a forte e segura, nas suas espessas paredes de granito ou nas suas armações de castanho, mas descobrira-lhe já algumas cicatrizes, fruto de sucessivos crescimentos ou de agravos do tempo que, também a ela, não soube perdoar. (...)*

*De há muito que nos conhecíamos...*

*Mas só comecei a conhecê-la melhor quando, juntos iniciamos o romance da sua - e nossa - transformação.”*

Fernando Távora in *Fernando Távora*, Lisboa: Editorial Blau, 1993



Figura 70  
Oficina

## Sobre as circunstâncias

103. LOOS, Adolf - *Escritos II 1910-1931*. Madrid: El croquis Editorial, 1993, página 34

104. SIZA, Álvaro - *Álvaro Siza: Uma questão de medida*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, página 210

Estando a história da casa presente nas suas paredes, tectos, sobrados — na sua arquitectura — e tornando-se permissa de interesse no estudo deste objecto de estudo, é também esta história, o tempo e essencialmente a memória que permitem que a casa não tenha sido esquecida por quem a percorre diariamente.

As experiências vividas num determinado lugar ficam guardadas na memória do homem, permitindo que a essência do mesmo esteja presente no íntimo de quem o vive. É essa característica do espaço, de permitir a criação de sentimentos, de afectos, de vida, de memórias, que faz com que uma determinada arquitectura tenha um valor emocional para o homem.

Segundo este pensamento, surge o cliente com a ideia de reconstruir um espaço emocional que se tem degradado ao longo do tempo. Sendo que a vivência do cliente nesta casa se remete ao tempo de infância, de adolescência e agora de vida adulta, o mesmo tem escrito histórias do seu percurso nestes espaços.

Adolf Loos, defende que “*a arquitectura desperta sentimentos no homem. Por isso, o dever do arquitecto é percisar esse mesmo sentimento.*”<sup>103</sup> Emerge assim, a oportunidade de pensar na reabilitação de uma casa, nos seus condicionalismos e exigências, tentando restabelecer a identidade e mantendo a essência da mesma. Assim e quando a reabilitação for economicamente possível, é intenção do cliente continuar a escrever histórias, mantendo esta relação emocional entre o homem e o espaço.

“*Quando se faz um edifício, há forçosamente um programa com condicionantes que temos que admitir. Esses são aliás pontos de apoio necessários. Não trabalhamos no vazio, não é verdade?*”<sup>104</sup> Siza defende que quando se inicia um projecto, há um programa com limitações que têm que ser encaradas, o mesmo se retrata numa reabilitação, onde estas permissas que advém do passado são ainda mais marcadas, porque para além das relações mantidas com a envolvente, é importante que a atmosfera da casa seja mantida.

O programa proposto não é muito distinto daquele que encontramos actualmente. Após análise com o cliente, é intenção do mesmo manter a função da casa — habitação unifamiliar — no entanto, adaptada às condições de vida actuais, nomeadamente, condições térmicas e acústicas para garantir o conforto ambiental, que actualmente são inexistentes.



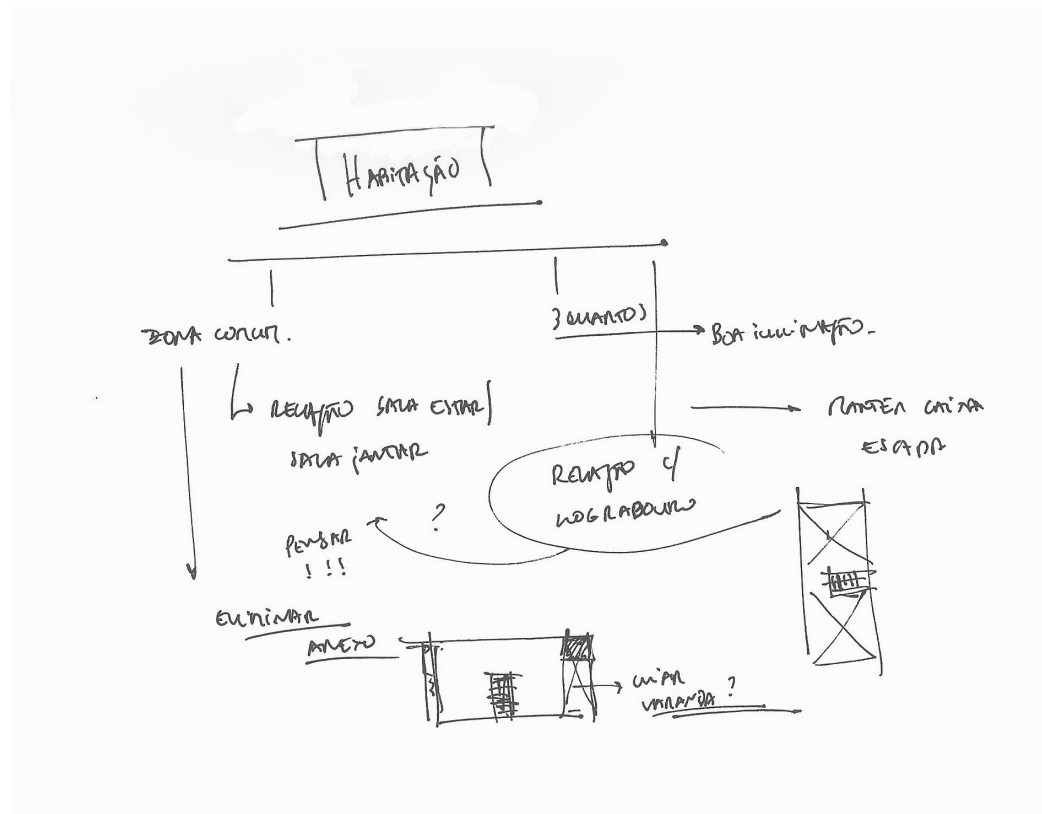


Figura 71  
Esquisso. Programa

Como o projecto a desenvolver se trata de uma intervenção num edifício existente, deparamo-nos com decisões essenciais sobre o que é imprescindível manter, o que se pode adaptar e o que deve ser eliminado. A definição do programa e os requisitos formais do cliente são essenciais no início do acto projectual, no entanto, para responder a esta realidade foi importante a análise e interpretação do edifício, que permitiram encarar determinadas situações que, a olho de visitante da casa, ainda não tinham sido percepcionadas, e que agora, nos parecem relevantes para a sua intervenção.

A intenção do cliente é de, um dia, habitar a casa permanentemente, assim, para a nova organização espacial é requisitada a existência de três quartos como acontece na organização interna actual, mas com dimensões mais generosas e iluminação natural associada (contrariamente à situação presente); zona de estar e jantar com relação entre si e ainda um escritório.

Deste modo, o grande desafio é transformar as intenções programáticas do cliente, em espaços harmónicos que se relacionam com a casa existente, criando uma atmosfera sensível, mas mantendo o valor arquitetónico da mesma. Assim, este reconhecimento da arquitectura pré-existente leva a que a proposta de intervenção actue sobre a preservação do traçado original da casa, assim como os principais elementos do seu sistema construtivo, eliminando as transformações que a descaracterizam.

Procuramos definir alguns princípios de intervenção que nos parecem os mais adequados à casa em questão e que servem de base na procura da melhor solução para reavivar esta habitação vimaranense. A posição central da caixa de escadas e as suas características, assim como a sua relevância e presença no sistema construtivo, afastaram a hipótese da sua demolição; o volume da actual cozinha e oficina no alçado tardoz, parece-nos desenquadrado e a sua demolição permite restituir a casa à sua dimensão original, possibilitando uma maior entrada de luz nos compartimentos adjacentes; a fachada de rua, a sul, de grande valor arquitetónico, apesar de necessitar de algumas alterações e reparações a nível do tratamento dos vãos, deve ser mantida; assim como os principais elementos do sistema construtivo, incluindo paredes de meação, paredes de fachada, estrutura dos sobrados, estrutura da cobertura e paredes da caixa de escadas, ainda que sofrendo reparações para reforçar a estrutura, sempre que necessário.



Figura 72

Pavilhão de Barcelona, Mies van  
der Rohe, 1929

## Sobre o processo

105. ZUMTHOR, Peter - *Pensar la arquitectura*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2004, página 9

106. Ibidem, página 67

Restabelecer a identidade perdida da casa serviu de conceito base para a elaboração do pensamento arquitectónico. Porém, a estruturação de uma ideia de projecto parte, intrinsecamente, da arquitectura de memória do homem e essencialmente do arquitecto. Peter Zumthor, nos seus livros *Atmosferas* e *Pensar a Arquitectura*, retrata a importância da memória ao participar directamente na percepção de cada espaço pelo individuo. Para Zumthor este é um aspecto particularmente vantajoso para o arquitecto aquando do processo criativo, pois cada individuo, através da sua memória sensorial dos espaços que viveu, cria uma sequela de imagens, que de alguma forma marcaram o seu traço, tal como o autor defende que *“quando me ponho a pensar em arquitectura emergem em mim determinadas imagens. Muitas estão relacionadas com a minha formação e com o meu trabalho enquanto arquitecto; contêm o saber que, com o passar do tempo, pude adquirir sobre a arquitectura. Outras imagens têm a ver com a minha infância; vem-me à memória aquela época da minha vida em que vivia a arquitectura sem reflectir sobre ela. (...) Nessa cozinha tudo era como deve ser nas cozinhas tradicionais. Não tinha nada de especial. Mas, talvez precisamente por ser, de uma forma quase natural, uma cozinha normal, ficou tão presente na minha memória como símbolo do que é uma cozinha. A atmosfera desse espaço fundiu-se para sempre com a minha representação do que é uma cozinha.”*<sup>105</sup>

Estas imagens sensoriais e espaciais poderão estar relacionadas directamente com a vivência arquitectónica do sujeito, uma vez que este pesquisa temas que o auxiliarão na construção do seu próprio projecto, constituindo assim referências claras que influenciarão o processo. Porém, outras imagens podem surgir da experiência do arquitecto através de imagens de viagens, retiradas de uma memória fotográfica, um filme, um livro que poderão ter um papel indirecto no processo criativo, tal como retrata, mais uma vez, Peter Zumthor, *“transportamos connosco imagens de arquitectura que nos marcam. Estas podem suscitar questões na nossa mente. Mas com esta base ainda não nasce nenhum projecto novo, nenhuma arquitectura nova. Cada projecto exige imagens novas. As nossas imagens ‘antigas’ apenas nos podem ajudar a encontrar as novas.”*<sup>106</sup>

Apesar da experiência do arquitecto enquanto vivenciador do espaço ser fundamental no pensamento de um projecto, a investigação do tema de projecto é fundamental na procura do nosso próprio método de projetar e de intervir. Sendo que o caso em estudo se trata de uma reabilitação, para além do interesse

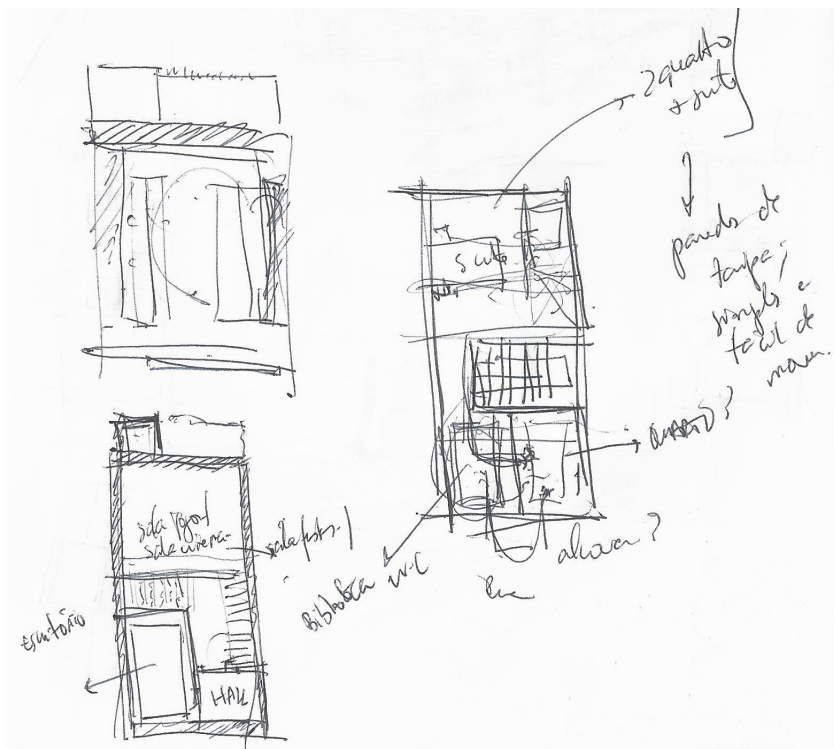


Figura 73  
Esquisso. Processo

107.BAEZA, Alberto Campo – *Pensar com as mãos*, 2ª Edição, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2013, página 11

108.SOLÀ-MORALES, Ignasi – *Intervenciones*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SL, 2006, página 15

109.SIZA, Álvaro – *Álvaro Siza: Uma questão de medida*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, página 204

na investigação histórica relativa às intervenções no património, é também importante analisar outras intervenções em construções pré-existentes, para descobrir possibilidades de articulação da construção existente com uma nova intervenção, como contrastar o novo e o antigo, ou ainda como se poderá intervir sem destruir.

São estas questões de busca, aliadas ao desenho como método de pensamento projectual, pois segundo Campo Baeza é *“a cabeça que gera as ideias e as mãos que materializam aquelas ideias, que as constroem”*,<sup>107</sup> que levam a que um edifício *“volte a dizer algo e que o diga em uma determinada direcção.”*<sup>108</sup>

Nesta perspectiva, e sendo que *“uma arquitectura provém de uma sucessão de investigações, de hipóteses e de respostas cuja validade necessita de ser testada e que, pouco a pouco, se aglomeram para se encaminhar para uma forma”*,<sup>109</sup> a proposta de intervenção atravessou algumas hipóteses na definição dos novos espaços, que muitas vezes, foram pensadas através de esboços, nunca chegando ao desenho rigoroso, mas que, tiveram pertinência na solução final.

Visto que o programa apontado na elaboração desta proposta de intervenção não é muito diferente do que acontece neste momento no edificado, a fase inicial do processo de projecto reflecte a tentativa de testar a nova disposição espacial dentro dos limites da volumetria pré-existente.

Tal como referido anteriormente e tendo como base a demolição do volume da cozinha e da oficina, seria necessário conformar todas as áreas destinadas à habitação no volume original da casa. Assim, nesta fase, optamos por pensar a casa mantendo as paredes interiores da caixa de escadas, mas eliminando todas as outras paredes interiores, no primeiro e segundo pisos. Esta ideia permitia, no primeiro piso, ter o espaço correspondente à actual sala de jantar, junto à fachada sul e um espaço mais amplo junto à fachada norte, livre de espaços interiores sem luz. Tal situação era repetida no segundo piso.

Na perspectiva de modificar apenas o estritamente necessário, testamos o redesenho das zonas ditas comuns, no primeiro piso, onde pensamos a sala de estar no espaço confrontante com a rua, e um espaço de cozinha, relacionado com a fachada norte e directamente alariado com a zona de jantar. Neste ponto, reconstituíramos a varanda que em tempos existiu, para que estes espaços pudessem ter mais relação com o exterior.<sup>Fig. 73</sup> No seguimento deste pensamento,



Figura 74

Alcova

Vill'Alcina, Sérgio Fernandez,  
1973

esquiçamos o que resultaria da colocação dos três quartos desejados pelo cliente no terceiro e último piso, sendo que a suite se voltaria para a rua, usufruindo da varanda pré-existente. Já os restantes quartos foram pensados como pequenas alcovas, tal como Sérgio Fernandez trata os quartos na Vill'Alcina<sup>Fig:74</sup>, devido ao pé-direito baixo que delimita o espaço adjacente à fachada tardoz. Visto que, actualmente a casa, nas suas funções de vida quotidiana de habitar, funciona apenas nos dois pisos anteriormente referidos, nesta solução pensamos utilizar o compartimento imediatamente à esquerda da entrada como espaço de escritório, sendo que os seus limites seriam os pré-existentes. Complementarmente a este espaço, pensamos criar uma sala polivalente, que se relacionava com o logradouro, assim como um grande armário que forrava as paredes e permitia que diferentes funções fossem vividas neste espaço, tais como biblioteca, sala de jogos, sala de cinema, entre outros.

De um modo geral, esta solução, em certa altura, pareceu-nos plausível como princípio conceptual. No entanto, é necessário termos espírito crítico e analisarmos os nossos pensamentos com um certo distanciamento para melhor compreendermos as suas fragilidades, pois, tal como afirma Siza *“projectar: há um princípio quase em nebulosa, raramente arbitrário. Perpassa a história toda, local e estranha, e a geografia, histórias de pessoas e experiências sucessivas, as coisas novas entrevistas, música, literatura, os êxitos e os fracassos, impressões, cheiros e ruídos, encontros ocasionais. Uma película em velocidade acelerada suspensa aqui e ali, em nítidos quadradinhos. Uma grande viagem em espiral sem princípio nem fim, na qual se entra quase ao acaso. Comboio assaltado em movimento. É preciso parar e ser oportuno na paragem. Agora entra a razão, com os seus limites e a sua eficácia. Talvez retomar a viagem?”*<sup>110</sup>

Particularmente, algumas configurações e dimensões dos espaços começaram a parecer-nos impostas por uma ideia de seguimento de uma forma e organização espacial pré-estabelecida, que prejudicavam a sensação espacial de cada compartimento.

Uma das questões debatidas baseou-se na desproporção patente entre os diferentes espaços, nomeadamente, o facto que existir uma sala polivalente, quando a proporção dos quartos não correspondia ao mínimo de conforto para uma habitação permanente. Mesmo a ideia de alcovas como Sérgio Fernandez utiliza, resulta na configuração da Vill'Alcina, talvez pela sua conformação



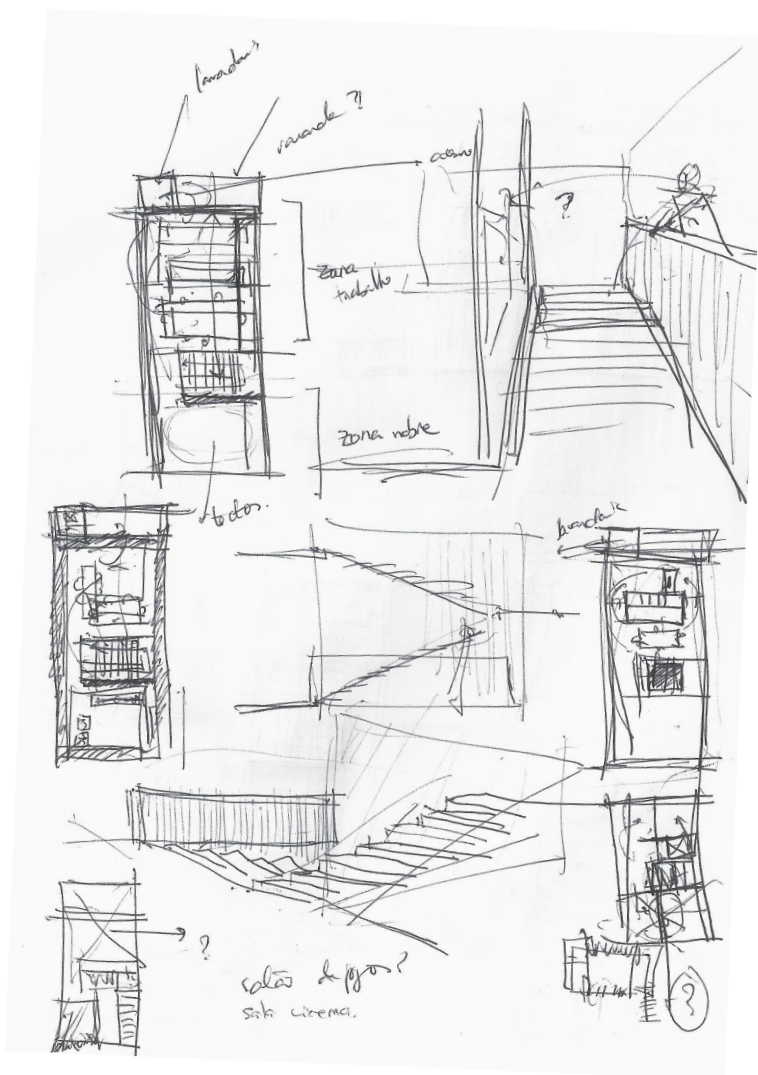


Figura 75

Esquisso. Processo

como casa de férias, não sendo uma habitação com cariz de permanência a longo prazo como é o nosso caso de estudo. Aliada a esta questão de proporcionalidade e incoerência espacial juntam-se questões de cariz pragmático e essencial, como é o caso das coretes das instalações sanitárias, que teriam de ser resolvidas em harmonia com a proposta. Como ponto menos positivo desta abordagem surge o facto de os espaços comuns da casa, não se relacionarem entre eles, nem directamente com o extenso logradouro, visto que tal relação era mantida apenas através da sala polivalente, que apesar das suas diversas funções, em termos práticos do dia-a-dia poderia não ser utilizada com tanta frequência.

Mais tarde, levantadas todas estas questões de organização espacial, formulamos uma hipótese que desconstrói a ideia original de localização das funções seguindo a pré-existência, pensando a casa com uma abordagem mais intuitiva e harmoniosa. Essencialmente, com um maior aproveitamento da forma imposta pelos limites da pré-existência, de forma a “(...) *procurar criar aquelas formas que melhor serviço possam prestar quer a sociedade quer ao seu semelhante, e para tal a sua acção implicará, para além do drama da escolha, um sentido, um alvo, um desejo permanente de servir.*”<sup>111</sup>

Este pensamento projectual de possibilitar que o espaço respire, vai permitir-nos pensar a casa nos três pisos, aproveitando cada espaço para funções utilizadas regularmente na rotina do indivíduo que vive a casa, nomeadamente, espaços de estar, jantar e cozinhar - que se relacionam com o logradouro - espaços de dormir com a sua privacidade salvaguarda através da existência de uma instalação sanitária para cada quarto, e um escritório como local de trabalho, reservado e protegido dos ruídos provenientes da rua.

Deste modo, trabalhando os espaços em articulação e, pensando na sua hierarquização e proporção, parece-nos que a viagem que percorremos através um processo crítico lógico nos encaminhou para a solução final mais adequada às condicionantes do problema. E, tal como defende Fernando Távora, “(...) *o que me interessa da viagem é identificar situações e voltar a perceber as relações entre as coisas: porque é que as casas são assim, porque é que as cidades são assim e quais as relações das cidades com as casas. Todo um sistema que define a forma de um país, a forma de uma cidade ou de uma casa; ou por que é que as pessoas vestem assim ou assado em função do clima. Na medida do possível encontrar, por um lado, um sistema de relações, por outro lado, a diferença de situações. (...) Ainda assim, as situações de*

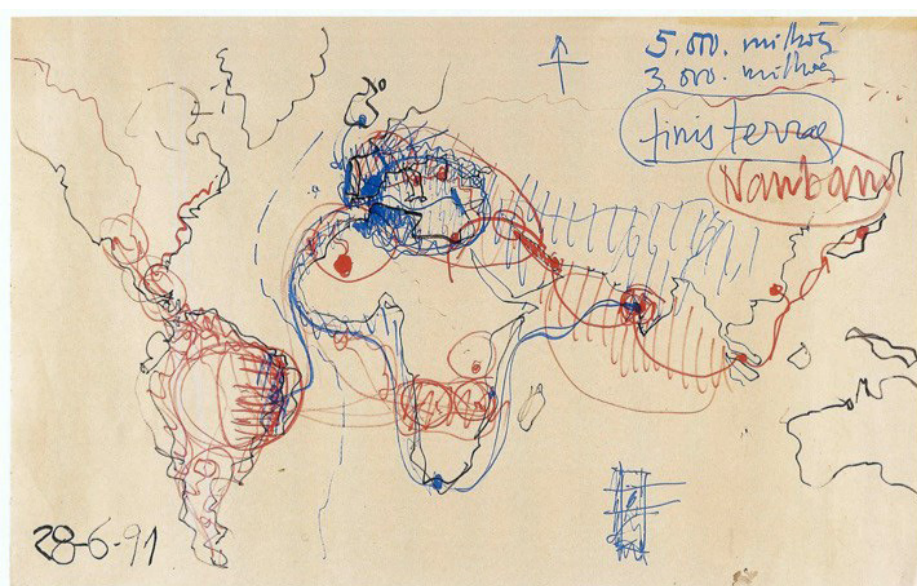


Figura 76

Esquisso de Fernando Távora  
sobre as viagens dos portugueses,  
1991

112. TÁVORA, Fernando; *Fernando Távora Figura Eminente UP* 2013; entrevista por Manuel Mendes

*cada trabalho são muito diferentes e eu acho que é muito interessante essa definição das situações, das condições de cada trabalho. É fundamental, dá o carácter do trabalho, dá identidade do trabalho. Por isso eu dizia que sou um bocado lento porque gosto de aprofundar as condições que determinam o trabalho, as condições que permitem um trabalho, como eu digo, ao fim de um tempo ganhe a cor dos olhos e seja ele a mandar no arquitecto, o próprio trabalho a mandar no arquitecto. Tal significa conhecer as condições, observá-las, estudá-las, defini-las e, em certo sentido, segui-las.”*<sup>112</sup>

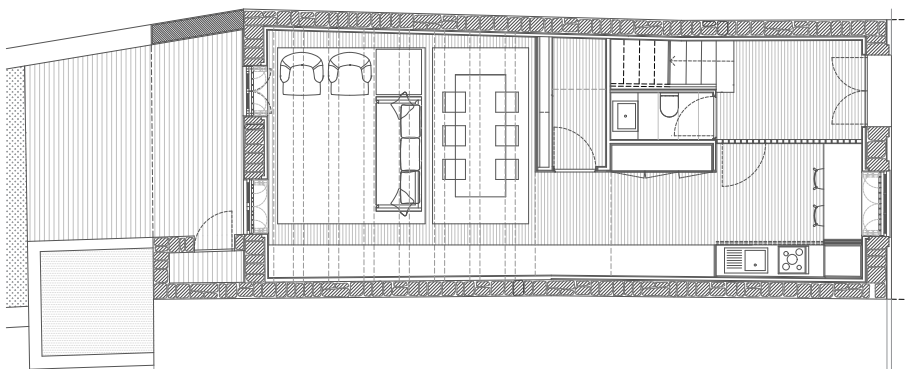


Figura 77  
 Planta Piso 0  
 Escala 1.150

## Sobre reabilitar o construído

113. BAEZA, Alberto Campo – *Pensar com as mãos*, 2ª Edição, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2013, página 34

114. Ibidem, página 29

115. Ver Anexo IV – *Sobre a proposta de intervenção*; Proposta de Intervenção – Planta Piso 0, página 47.

Na perspectiva de seguir viagem, de encontrar um rumo para o problema exposto, parece-nos fundamental apresentar uma proposta, que remeta para uma abordagem onde o novo e o antigo possam viver em plena harmonia, com o desejo de que o mesmo *“tivesse a capacidade de servir e de comover os homens. Com o rigor e a exactidão da razão. Que fosse capaz de permanecer na memória (...)”*<sup>113</sup>

De um modo geral, a proposta de intervenção final caracteriza-se essencialmente pela preservação da austeridade da fachada de rua e da estrutura, essencialmente porque segundo Campo Baeza, *“a estrutura é a resposta material à gravidade que, (...) ‘constrói o espaço’, do mesmo modo que a luz ‘constrói o tempo’.”*<sup>114</sup> Neste sentido, um dos princípios delineadores desta proposta é melhorar as condições de habitabilidade, sendo assim introduzido um novo revestimento interior que isola a estrutura pré-existente.

Sendo que cada espaço é tratado segundo as suas funções espaciais e sensoriais, parece-nos pertinente entender a sucessão dos espaços através de um percurso descritivo de cada momento, para um melhor entendimento da proposta de intervenção.

Entrando na casa<sup>Fig. 77</sup>, através do único meio acessível da rua, deparamo-nos com o hall de entrada como espaço de receção, definido por uma instalação sanitária de apoio ao piso térreo, a escada que dá acesso aos pisos superiores e um ripado, que para além de encerrar espacialmente o hall, permite, simultaneamente, que se crie uma relação visual com a zona da cozinha. É ainda intenção projectual que este ripado permita a entrada de luz para o hall, encaminhando o vivenciador do espaço na procura da luz, e consequentemente, a dirigir-se para a zona com o carácter mais comum da casa.<sup>115</sup>

A cozinha, confrontada com a rua, funciona como charneira de ligação entre o espaço de entrada e a zona da sala. Visto que cozinha e sala se conformam em total permeabilidade, o espaço destinado a confecção acaba por ser um momento também de passagem. Nesta perspectiva, pareceu-nos importante privatizar o local de confecção com uns painéis de correr que permitem encerrar esta zona. Junto à janela, propomos um balcão de refeições rápidas, voltado a sul. Criamos ainda um módulo que contorna a escada, onde, para além da referida instalação sanitária, inserimos uma despensa no espaço sob a escada, e um móvel alto onde se poderiam encastrar os eletrodomésticos. Este módulo, para além da sua

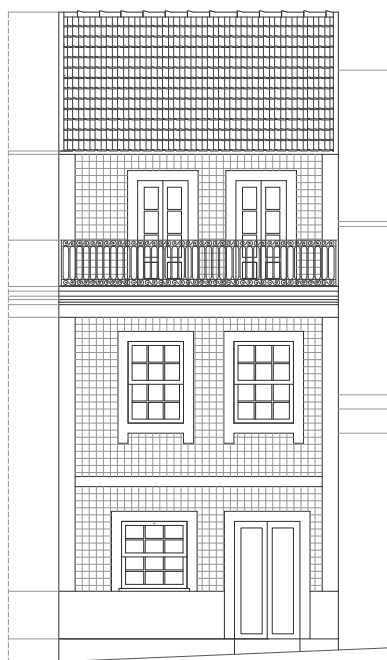


Figura 78  
Alçados de rua e tardo  
Escala 1.150

116. Ver Anexo IV - *Sobre a proposta de intervenção*; Proposta de Intervenção - Perfil F, página 59.

função, permite que a passagem para a sala seja feita, por baixo da escada, num momento, onde no ponto mais desfavorável já alcançamos 2.2m de pé direito livre.<sup>116</sup>

A sala, de estar e jantar, localiza-se no extremo norte da casa, dentro dos limites da casa pré-existente, mantendo assim uma relação clara com o logradouro. O facto de não ter luz solar directa, foi premissa para sustentar a ideia de continuidade com a cozinha, para que a luz proveniente de sul, da fachada de rua, pudesse iluminar também este espaço de estar. Esta comunicação entre os espaços ditos comuns é reforçada pela introdução de um móvel baixo, que num dos seus extremos serve de apoio à zona de confecção, e serve a sala como móvel de televisão e de recuperador de calor. Apesar da ideia de continuidade espacial, pretendemos, simultaneamente, distinguir os espaços através do pé direito – 2.8 m na cozinha, e 3.14m na sala. A zona da cozinha é delimitada pelo tecto falso, no entanto, na sala a estrutura do sobrado encontra-se à vista, como referência da pré-existência, sendo que a mesma seria recuperada e tratada.

Relativamente à caixilharia, neste piso optamos pela substituição da mesma, visto que já se encontrava em grande estado de degradação, não podendo ser aproveitada. Para além disso, pretendemos trazer a maior quantidade de luz solar possível para o interior e sendo que no espaço da sala existia uma janela de peito de batente e uma porta de batente de duas folhas, parece-nos pertinente transformá-la em janela de batente de duas folhas, seguindo a mesma linguagem da janela de peito adjacente, que apesar de nova segue o desenho da existente. É de salientar que a ventilação - um tema muito importante na questão do habitar - é preservada com a substituição da caixilharia fixa da janela que confronta com a rua, por uma caixilharia de guilhotina que segue o desenho das janelas que compõe o alçado de rua nas casas contíguas.<sup>Fig. 7<sup>8</sup></sup> Todas estas janelas são protegidas por portadas em madeira.

No logradouro optamos por excluir o anexo existente e o pavimento que cobre a maior parte do espaço disponível. Nesta perspectiva, parece-nos apropriado pavimentar apenas a zona coberta pela varanda até ao limite do tanque, para reforçar a ligação com o mesmo e permitir que o espaço exterior vegetal respire.

É no hall que se encontra a escada que nos dirige para os pisos superiores, espaços mais privados da casa. A escada que acompanhou toda a história da





79



81

Figura 79

House in Leiria, Aires Mateus

Figura 81

Oficina Comum, Merooficina

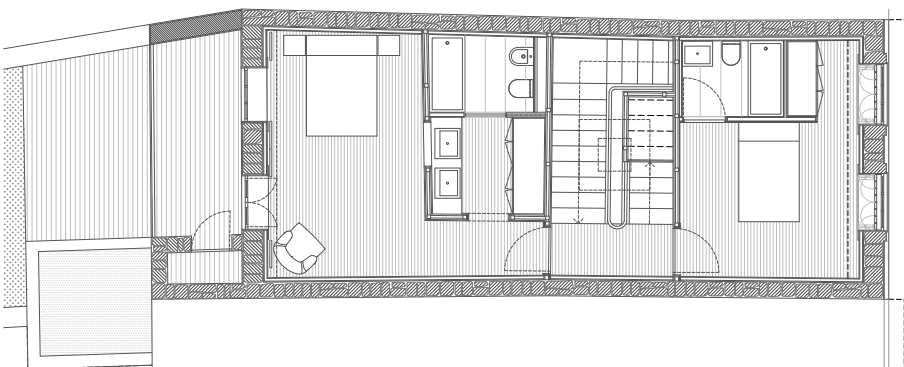


Figura 80

Planta Piso 1

Escala 1.150

117. Ver Anexo IV - *Sobre a proposta de intervenção*; Proposta de Intervenção - Perfil C, página 55.

118. Ver Anexo IV - *Sobre a proposta de intervenção*; Proposta de Intervenção - Planta Piso 1, página 47.

119. Ver Anexo IV - *Sobre a proposta de intervenção*; Proposta de Intervenção - Perfil A, página 53.

habitação, mantém o seu carácter nesta proposta, como membro de ligação entre o passado, o presente e o futuro. Neste sentido, a caixa de escadas e a guarda são recuperadas.<sup>117</sup> Tal como actualmente, o primeiro degrau é tratado de forma distinta das restantes, porém nesta proposta, tendo como referência o detalhe de Aires Mateus na Casa em Leiria<sup>Fig.79</sup>, propomos um acabamento em madeira que se relaciona com o ripado no mesmo material que define o espaço do hall.

O primeiro piso<sup>Fig.80</sup> dá acesso a dois quartos, que seguem a organização espacial existente – um compartimento para cada lado da escada central.<sup>118</sup> As portas existentes em vidraria foram substituídas por portas de madeira, para que a privacidade de cada ambiente fosse consolidada. Por um lado, a norte, deparamo-nos com a suite principal, de maiores dimensões que aproveita o espaço existente destinado ao quarto interior, para tratar o espaço da casa de banho. Aqui, pretendemos ter uma abordagem um pouco distinta da casa de banho tradicional, encerrada. Tal como a Merooficina, no projecto do seu gabinete, trata o espaço de lavatório como um espaço integrado num local não tradicional, aproveitando o espaço de marquise para tal função<sup>Fig. 81</sup>, inserimos aqui o lavatório como uma peça que se relaciona visualmente com o espaço do quarto, através da janela interior e funciona como ante-câmara para as restantes peças sanitárias, que se localizam num espaço mais privado. Visto que as paredes da caixa de escadas foram mantidas, foi necessário criar uma nova parede de gesso cartonado, que viabiliza a fixação da sanita e bidé, deixando uma caixa de ar para a infraestrutura necessária.

Desde o início do processo criativo que um dos princípios de intervenção foi restabelecer a identidade perdida da casa, através do volume que foi contruído. Desta forma e sabendo que em tempos existiu uma varanda, foi desde cedo ideia de projecto voltar a trazer essa relação com o exterior para o primeiro piso. Assim, no alçado tardoz introduzimos uma varanda, assumida como construção nova, que permite à suite principal relacionar-se com o logradouro. O volume de pedra, onde nas primeiras fases da história da casa, se localizavam as instalações sanitárias, serve agora de espaço de arrumos complementar aos espaços interiores.<sup>119</sup>

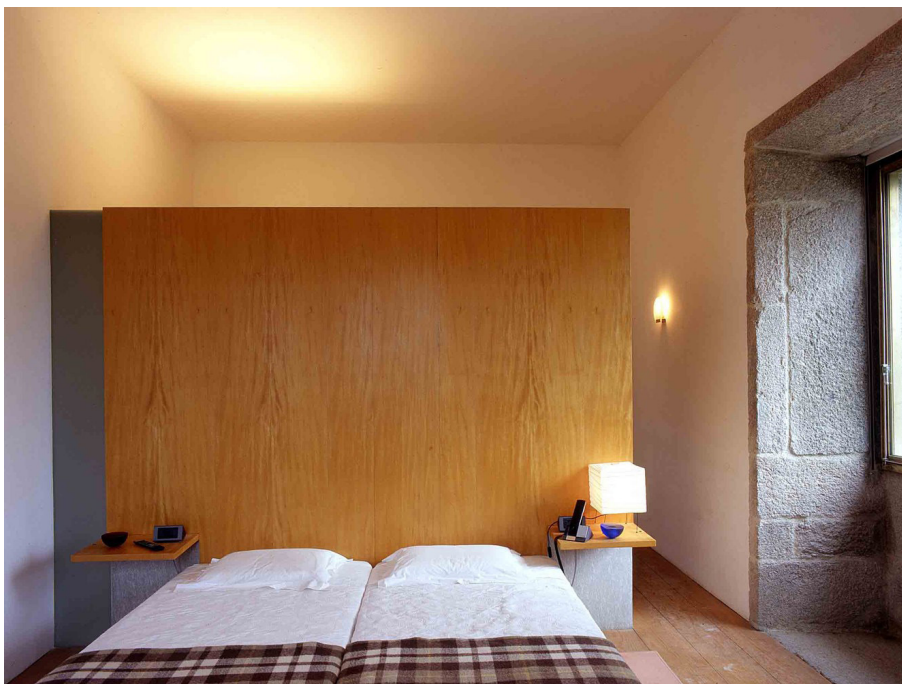
Sendo que os vãos desta fachada, actualmente dando acesso à cozinha, estão totalmente descaracterizados, tal como no piso térreo, pretendemos substituir a caixilharia em alumínio existente por uma caixilharia em madeira que retrata a



02

Figura 82

Recuperação da Quinta de Bouços,  
Nuno Brandão Costa



03

Figura 83

Pousada de Santa Maria do Bouro,  
Eduardo Souto Moura e Humberto  
Vieira

120. MOURA, Eduardo Souto de - *Santa Maria do Bouro: construir uma pousada com as pedras de um mosteiro*, Lisboa: White & Blue, 2004, página 50

121. Ver Anexo IV - *Sobre a proposta de intervenção*; Proposta de Intervenção - Perfil E e F, página 57 e 59.

memória do que em tempos poderá ter sido esta fachada. Sendo que a ausência de luz também é importante nos quartos, pretendemos tratar neste espaço esse tema através de uns painéis de madeira, que correm numa calha sobre a parede e que permitem o encerramento das janelas para filtrar a luz.

No quarto voltado a sul, visto que tem dimensões mais reduzidas, intencionamos tratar o espaço como um todo, para que seja palpável a maior amplitude possível. Nesta perspectiva, acerca do projecto de recuperação da Quinta de Bouços, o arquitecto Nuno Brandão Costa, trata o espaço de serviços como um módulo solto no espaço, conferindo-lhe um carácter unitário.<sup>Fig. 82</sup> Tomando esta ideia como referência e visto que as dimensões do quarto não permitem a introdução de um módulo solto no espaço, estudamos a intervenção de Eduardo Souto Moura na Pousada de Santa Maria do Bouro<sup>Fig. 83</sup>, onde o arquitecto trata as casas de banho como um módulo solto do tecto, mas preso às paredes. O arquitecto refere que *“em relação às casas de banho dos quartos, a ideia era fazê-las parecer um armário, para não destruir a escala do espaço original.”*<sup>120</sup>

Partindo destas referências de projecto e visto que também não pretendemos destruir a escala do espaço original, pensamos tratar a casa de banho juntamente com o armário roupeiro, como um módulo inserido no espaço. Como não era pretensão de projecto fraccionar o espaço, o módulo que está, aparentemente, solto do tecto permite criar uma sensação do espaço como um todo. No entanto, e visto que no segundo piso temos outra instalação sanitária, era necessário tratar a corete que teria que atravessar este quarto. Como a parede do quarto é a parede da caixa de escadas existente e não suporta a passagem de infraestruturas, optamos por, no canto do módulo criar uma caixa para o efeito que, devido às dimensões reduzidas do espaço, não poderá ser percepcionada de nenhum ângulo. Assim, pretendemos resolver a questão da infraestrutura, sem recusar a ideia do módulo no espaço comum. Com esta ideia, aliada ao pensamento da luz como pilar da arquitectura, pretendemos que a casa de banho possa ser iluminada naturalmente através de um vidro no tecto do módulo.<sup>121</sup> Neste quarto, a caixilharia existente também é substituída por uma nova caixilharia de guilhotina em madeira, que se aproxima das caixilharias existentes nas três casas semelhantes, ajudando a equilibrar o alçado de rua. No entanto, como a sombra também é importante no espaço de habitar do quarto, a luz é controlada por duas portadas de madeira.

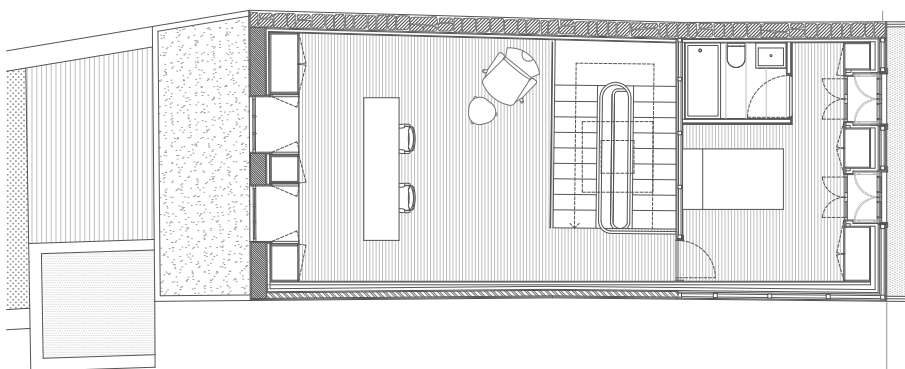


Figura 84  
Planta Piso 2  
Escala 1:150

122.Ver Anexo IV - *Sobre a proposta de intervenção*; Proposta de Intervenção - Planta Piso 2, página 49.

123.Ver Anexo IV - *Sobre a proposta de intervenção*; Proposta de Intervenção - Perfil D, página 55.

124. SIZA, Álvaro - *Álvaro Siza: Uma questão de medida*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, páginas 45 e 46

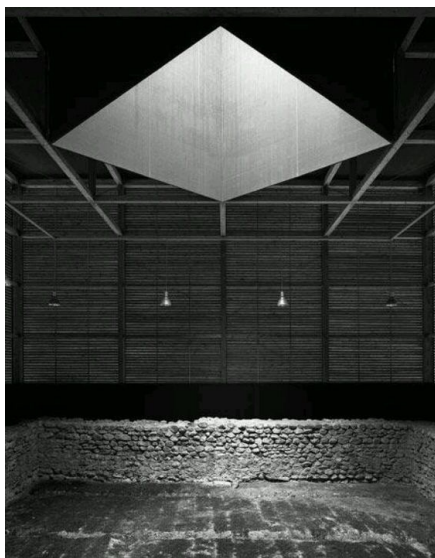
Chegando ao segundo e último piso<sup>122</sup>, encontramos o terceiro quarto da casa, voltado a sul. Optamos por eliminar a parede de tabique que dividia o espaço em dois, tornando assim o mesmo muito semelhante ao quarto do primeiro piso, que acabamos de descrever. Posto isto, pareceu-nos apropriado utilizar a mesma filosofia projectual - resolver a casa de banho com um módulo, propiciando a entrada de luz. No entanto, este quarto difere do anterior pois tem acesso à pequena varanda que se debruça sob a rua, sendo que a sua caixilharia de sacada de batente ainda não se encontra em grande estado de degradação, optamos pela conservação da mesma, introduzindo uma segunda caixilharia pelo interior.<sup>Fig. 84</sup>

Esta ideia surgiu como resposta a uma sucessão de problemas que averiguamos no acesso a esta varanda. Deparamo-nos com o degrau que temos que vencer para aceder ao exterior, assim não nos parecia equilibrado o facto de as portadas de madeira existentes ficarem soltas no espaço, não podendo ser rebatidas e encastradas. Consequentemente pensamos numa solução, através da introdução de um armário que serve de novo alçado interior desta fachada, os vãos surgem como nichos na composição do mesmo, encastrando assim as portadas de madeira.<sup>123</sup> O facto de preservarmos a caixilharia existente, que segue a linhagem do alçado de rua, permite garantir o respeito arquitetónico pela memória do edifício. No entanto, para garantir uma melhoria do desempenho da mesma, introduzimos uma segunda caixilharia pelo interior, tal como Álvaro Siza Vieira trata na sua intervenção no Chiado, afirmando que *“elas são delicadas, mas particularmente ineficazes do ponto de vista acústico. Como resolver o problema, sem degradar essa beleza, essa delicadeza? Trata-se então, aqui, de introduzir elementos novos para satisfazer uma determinada necessidade de conforto, adaptando-as ao mesmo tempo ao espírito geral. Estou a pensar apoiar-me num método tradicional. Nada de caixilharias de vidro duplo, que resultam em perfis bastante espessos, mas sim duas janelas, uma por trás de outra, que gerem um espaço entre elas. O pormenor... é muito difícil, de tão delicado. E se for bem feito, não tem nada de espectacular. Talvez se venha a dizer que é a mesma coisa que antes, mas não será igual.”*<sup>124</sup>

Por último, no lado oposto deste quarto surge o escritório como remate espacial da caixa de escadas, visto que é pensado como uma divisão ampla, não encerrada. O facto de o tecto ser muito baixo nesta zona da casa permitiu-nos aproveitar o desvão do telhado, para criar um ambiente novo na configuração habitacional, eliminamos assim a estrutura do tecto existente, aproveitando toda a altura do



85



86

Figura 85

Museu da História de Lugo, Nieto  
Sobejano

Figura 86

Abrigo para as Escavações  
Romanas, Peter Zumthor



128.Ver Anexo IV - *Sobre a proposta de intervenção*; Proposta de Intervenção - Alçados, página 51.

126.BAEZA, Alberto Campo – *Pensar com as mãos*, 2ª Edição, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2013, página 53

127.ZUMTHOR, Peter - *Atmosferas: entornos arquitectónicos - las cosas a mi alrededor*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2006, Página 60

128.SIZA, Álvaro - *Álvaro Siza: Uma questão de medida*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009, página 27

129. Ver Anexo IV - *Sobre a proposta de intervenção*; Proposta de Intervenção - Perfil B, página 53.

telhado, agora isolado termicamente. A introdução de um móvel na confrontação com a fachada norte reforça esta solução, que viabiliza o alcance de 2m de pé direito no limite mais desfavorável do espaço. As caxilharias em alumínio são substituídas por caixilharias em madeira que seguem o desenho da restante composição do alçado e o vão que neste momento ilumina a casa de banho é eliminado, pois não tem qualquer referência com o alçado original e identitário da casa.<sup>125</sup>

Sendo que, actualmente, a caixa de escadas é um momento escuro e sombrio da casa e “*a luz é o mais bonito, o mais rico e o mais luxuoso dos materiais utilizados pelos arquitectos*”,<sup>126</sup> introduzimos uma claraboia, para que este espaço de ligação entre as diferentes cotas possa ser iluminado zenitalmente. Desta forma, este percurso que absorve a luz gradualmente conforme se vai subindo, é depois rematado pela amplitude de um espaço vazio, ausente de paredes delimitadoras. O estudo de qual o tipo de clarabóia e conseqüentemente, de luz, que se pretendia para o espaço, foi exaustivo, pois é um tema delicado que pressupõe diversas configurações espaciais. Analisando a história da casa burguesa, a conformação tradicional da clarabóia poderia ser tratada como um volume saliente na cobertura, como tanto se observa na casa burguesa portuense, ou através de uma clarabóia rasante, com o lanternim ao correr das águas. Esta segunda abordagem parece-nos a mais adequada, tendo em consideração a composição exterior do conjunto arquitetónico, no entanto, pretendemos que a luz seja encaminhada para a caixa de escadas e que não se perca no espaço. Nieto Sobejano trata a direção da luz no Museu da história de Lugo<sup>Fig.85</sup> através de uma peça em forma de tubo vertical que encaminha a luz para o ponto pretendido. Também Peter Zumthor, que defende que “*no que se refere à luz, natural e artificial, devo confessar que a natural, a luz sobre as coisas, às vezes me emociona de tal maneira que até acredito perceber algo espiritual. (...) Para um arquitecto, ter essa luz é mil vezes melhor que ter luz artificial*”,<sup>127</sup> trata a transmissão da luz através de uma claraboia quadrada, na sua obra do Abrigo para as Escavações Romanas.<sup>Fig.86</sup> São estas referências e porque “*as referências são os instrumentos que um arquitecto possui; é o seu património de conhecimento, de informações. Elas são a soma de todas as experiências que é possível conhecer e empregar*”,<sup>128</sup> que nos fazem propor uma claraboia rectangular, saliente no espaço interior, para iluminar o espaço da caixa de escadas, tornando-se assim uma peça nova e diferenciadora na concepção da ligação das diferentes cotas.<sup>129</sup>



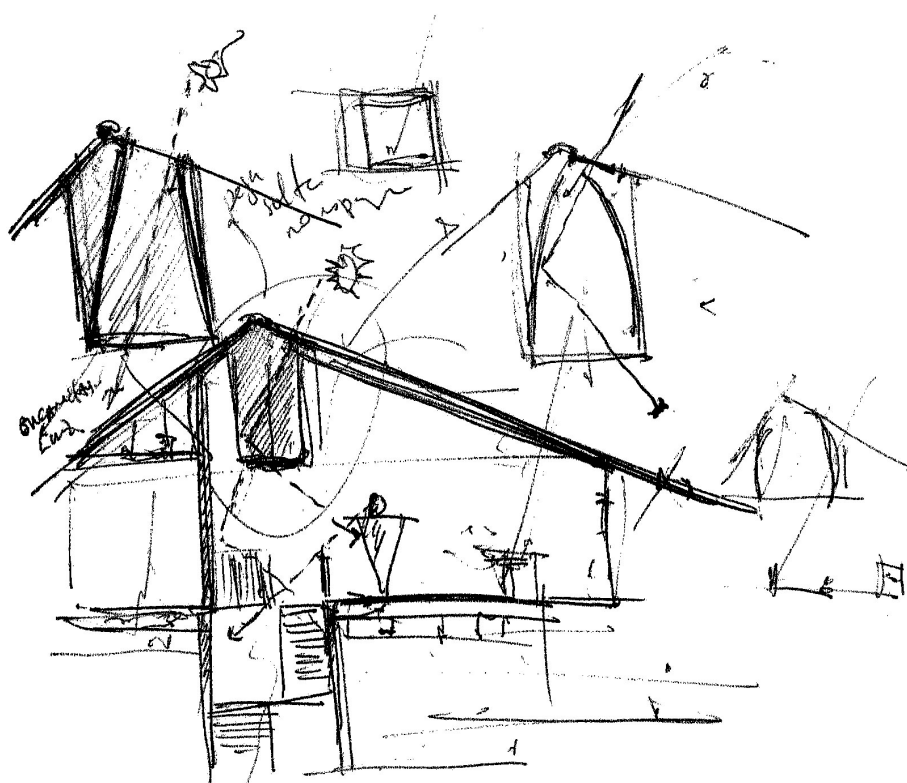


Figura 87  
Esquisso

130.BAEZA, Alberto Campo –  
*Pensar com as mãos*, 2<sup>a</sup> Edição,  
Casal de Cambra: Caleidoscópio,  
2013, página 55

Desta forma, pretendemos transmitir um carácter de leveza ao espaço e de relação unitária na habitação, através da luz como encaminhadora na sucessão dos espaços,<sup>Fig.87</sup> visto que “*é concedida gratuitamente todos os dias, para permanecer na memória e no coração das pessoas. Para os tornar felizes com a arquitectura.*”<sup>130</sup>



88



89

Figura 88

Esquema de tratamento exterior  
do alçado tardoz

Figura 89

Esquema de tratamento exterior  
do alçado frontal

## Sobre materialidade

131. TÁVORA, Fernando - *Da Organização do Espaço*, 7ª Edição, Porto: FAUP Publicações, 2007, Página 19

*“Porque o espaço é contínuo e porque o tempo é uma das suas dimensões, o espaço é, igualmente, irreversível, isto é, dada a marcha constante do tempo e de tudo o que tal marcha acarreta e significa, um espaço organizado nunca pode vir a ser o que já foi, donde ainda a afirmação de que o espaço está em permanente devir.”*<sup>131</sup> Tal como defende Fernando Távora, o tempo é irreversível e sendo uma das dimensões da arquitectura, torna-se importante adaptar a arquitectura ao presente, pensando no futuro. Nesta perspectiva de mutação espacial da casa, as soluções construtivas são indissociáveis das soluções projectuais. Estas visam, essencialmente, responder às exigências de conforto do habitar contemporâneo, assim como às transformações indispensáveis para a elaboração de um novo projecto, com configurações dispares das actuais. Na expectativa de encontrar um equilíbrio, entre o novo e o existente, procuramos harmonizar os novos elementos, com o mínimo prejuízo da pré-existência.

### Paredes exteriores

Segundo a ideia de tornar a casa confortável, como referido anteriormente, revestimos as paredes de meação e de fachada pelo interior, com uma estrutura metálica onde se incorpora isolamento térmico e acústico, sendo que o seu acabamento é feito em gesso cartonado com espessura de 15 mm, normal nas zonas secas e hidrófugo nas zonas húmidas. Em toda a casa esta estrutura localiza-se junto à parede de granito, no entanto, no último piso, decidimos manter a parede de tabique e de tijolo existente, mas devido ao ressalto de 15 cm que existe ao nível do rodapé, por o piso ter sido acrescentado, pensamos afastar a nova parede de gesso cartonado, deixando uma caixa de ar para que essa diferença já não se sinta no espaço. Relativamente à parede, do último piso da fachada tardoz, propomos a sua reconstituição em alvenaria de granito.

No que remete para o tratamento exterior, no alçado de rua pretendemos que todos os detalhes em granito sejam mantidos, assim como o azulejo que tanto caracteriza esta casa, de forma a salvaguardar o carácter histórico e identitário do conjunto habitacional. Já no alçado tardoz e visto que há a necessidade de reestruturar de uma forma mais incisiva o seu desenho, propomos o revestimento com reboco exterior da parede de alvenaria de granito existente, assim como dos novos elementos de betão - parede e lajes - que compõe a varanda. Em contrapartida, o volume saliente das instalações sanitárias primitivas pretendemos que se mantenha sem qualquer tipo de revestimento, apresentando a pedra à vista. <sup>Fig. 88 e 89</sup>

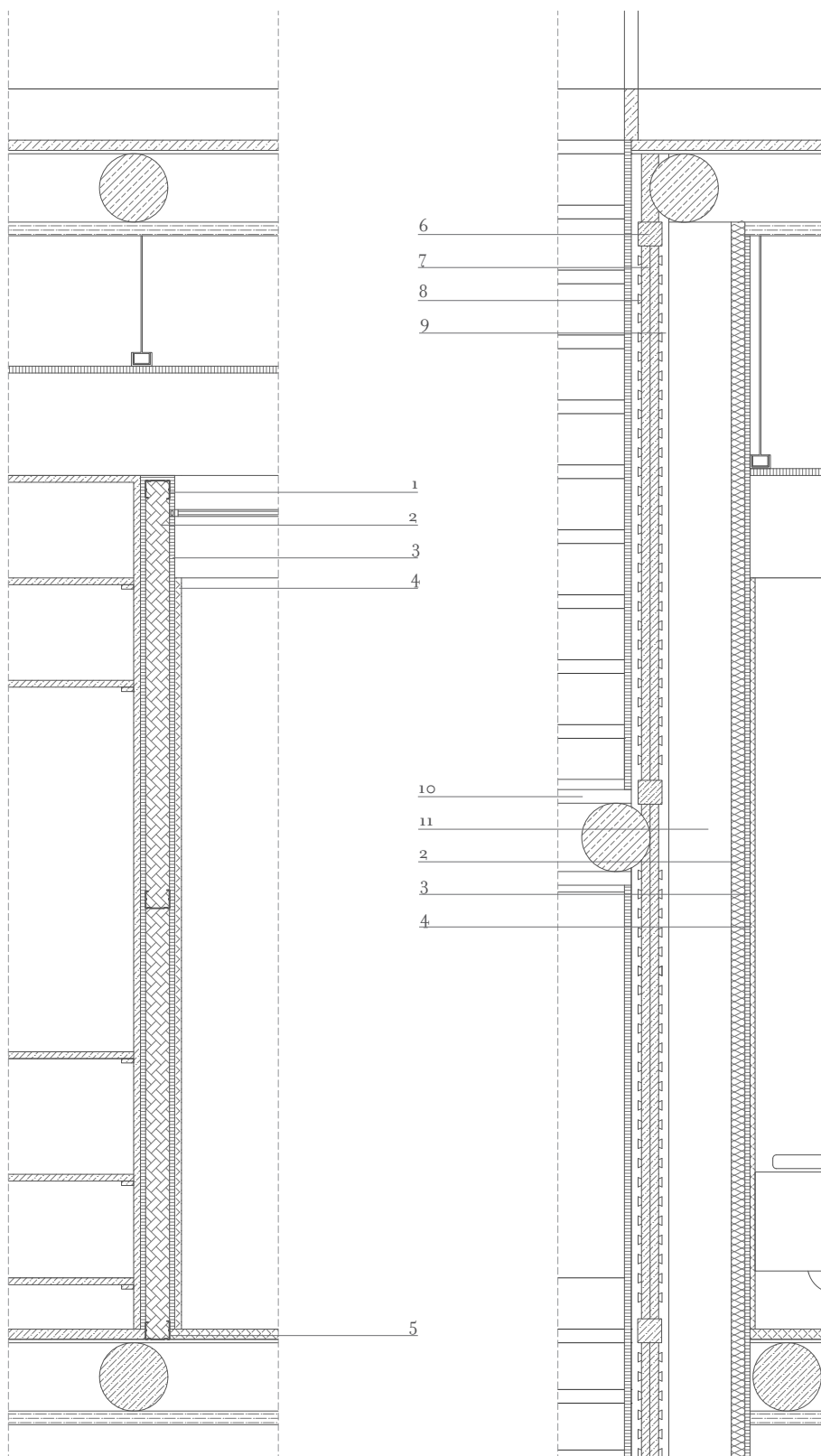


Figura 90

Secção vertical de parede interior

Escala 1.20

Figura 91

Secção vertical de parede interior  
da instalação sanitária da suite

Escala 1.20

132. FREITAS, Vasco Peixoto de  
- *Manual de apoio ao projecto de  
reabilitação de edifícios antigos*,  
Porto: Ordem dos engenheiros da  
região norte, 2012, página 268

## Paredes interiores

A resposta a uma nova organização espacial, obriga à alteração da configuração dos espaços interiores, e consequentemente, das paredes interiores. Exceptuando as paredes da caixa de escadas do primeiro piso e uma do segundo piso, assim como as paredes que conformavam o quarto interior e suportam a janela interior, o projecto de reabilitação prevê a eliminação das paredes interiores, também porque muitas delas sendo em tijolo, já tinham sido acrescentadas ao longo do tempo.

Nesta perspectiva, a proposta prevê a execução de paredes em estrutura metálica, com isolamento acústico no interior e placas de gesso cartonado. <sup>Fig. 90</sup> Nos quartos onde funciona o módulo da casa de banho, estas são revestidas pelo exterior com um apainelado de madeira e pelo interior com um revestimento cerâmico. O mesmo procedimento é feito na instalação sanitária do piso térreo. Relativamente ao quarto principal, como referido anteriormente, é criada uma nova parede para suporte das loiças sanitárias de bidé e sanita, sendo criada uma coluna vertical onde descarregam as infraestruturas necessárias, que continua a mesma linguagem no piso térreo. <sup>Fig. 91</sup> Com vista a aumentar a resistência à presença da humidade, são utilizadas placas de gesso cartonado hidrófugo.

Os rodapés em madeira são embutidos nas paredes com 15 cm de altura, sendo também apresentados no mobiliário.

## Pisos

Nos pisos e uma vez que se trata de uma estrutura em madeira, as entregas nas vigas nas paredes de alvenaria de granito e as acumulações de humidade são os pontos mais prejudicados da mesma. Assim, prevê-se a reparação e substituição pontual de alguns dos seus elementos. Relativamente às áreas das instalações sanitárias, efectua-se a *“aplicação de uma camada impermeabilizante constituída por um feltro betuminoso; aplicação de um filme de polietileno; aplicação de um novo revestimento de pavimento (...)”*. <sup>132</sup> Quanto à execução dos pavimentos, e visto que o soalho existente se encontra em mau estado de conservação, propõe-se a sua substituição, adicionando uma membrana isolante acústica.

1. Tecto falso
2. Perfil de suporte de tecto falso
3. Ripado de madeira
4. Barrote de madeira
5. Feltro betuminoso
6. Filme de polietileno
7. Soalho
8. Terreno
9. Camada de brita
10. Regularização
11. Impermeabilização
12. Isolamento térmico
13. Filme de polietileno
14. Betonilha armada
15. Soalho

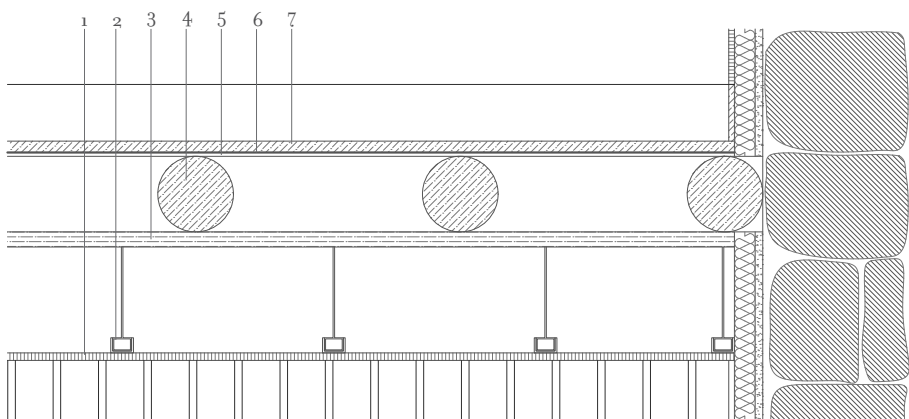


Figura 92  
Secção vertical do sobrado  
Escala 1.20

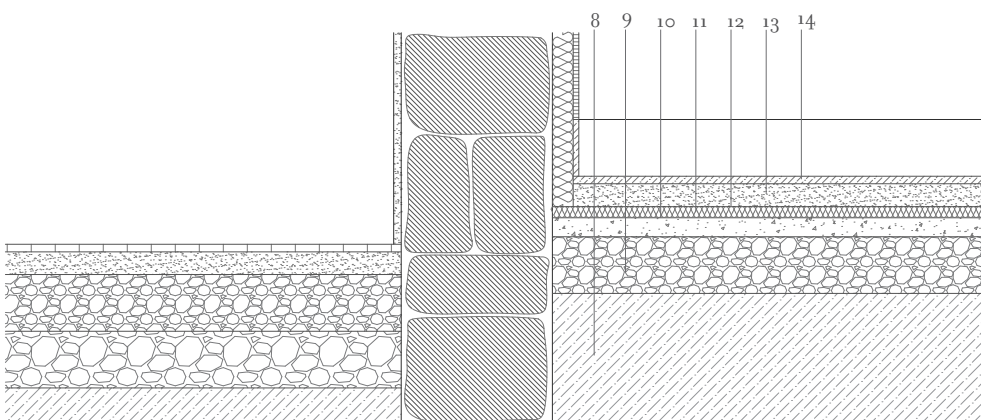


Figura 93  
Secção vertical do piso térreo  
Escala 1.20

133. LOPES, Nuno Valentim - *Reabilitação de Caixilharias de Madeira em Edifícios do Século XIX e Início do Século XX. Do restauro à selecção exigencial de uma nova caixilharia: o estudo do caso da habitação corrente portuense. Dissertação de Mestrado em Reabilitação do Património Edificado*, Porto: FEUP, 2006, página 80

134. Ibidem, página 76

Esta solução é rematada pela parte exterior com tecto falso, permitindo a criação de diferentes pés-direitos, e consequentemente, espacialidades.

Fig. 92 A reabilitação do piso térreo<sup>Fig. 93</sup> tem como principal propósito acolher um novo tipo de programa – sala de estar, jantar e cozinha – necessitando assim que o conforto seja garantido. Deste modo, o pavimento existente – laje em cimento sem acabamento – deve ser reformulado, tanto ao nível da exigência térmica como do material de acabamento. Assim, depois de eliminado o pavimento existente, deve ser colocada uma caixa de brita, seguida de uma camada de regularização com impermeabilização, onde assentará o isolamento térmico, para que posteriormente seja realizada uma camada de betonilha onde se aplicará o pavimento em madeira.

### Caixilharias exteriores

Sendo a caixilharia exterior um dos principais temas que dão carisma e identidade a um determinado edificado, quando intervencionado, o seu resultado deve remeter para a mesma linguagem. Essa ideia não foi pensada durante todas as intervenções que a casa foi sofrendo ao longo do tempo, descaracterizando por completo a sua composição. Pretendemos assim devolver essa identidade, substituindo a caixilharia de madeira e eliminando a caixilharia em alumínio, para posterior aplicação de uma caixilharia em madeira de guilhotina ou batente que segue a composição de alçado dos edifícios adjacentes. *“Um exemplo desta opção será a substituição de vidro simples por vidro duplo – que obriga a uma maior espessura da caixilharia e à substituição da massa de vidraceiro por bites para fixação dos vidros.”*<sup>133</sup>

Tal como referido anteriormente, é apenas no quarto no segundo piso que mantemos a caixilharia existente, conservando-a e introduzindo uma nova pelo seu interior, visto que *“quando existe a possibilidade física de introduzir uma segunda caixilharia pelo interior, esta solução poderá revelar-se como a que globalmente melhor corresponde às exigências de desempenho e necessidades de conservação arquitectónica da preexistência.”*<sup>134</sup>

Relativamente à porta de entrada, visto que também não mantém o seu desenho original, propomos a sua substituição, por uma porta de duas folhas em madeira, com duas grandes almofadas, seguindo a lógica de composição do conjunto arquitectónico das quatro casas, prevista no regulamento do Gabinete Técnico Local.



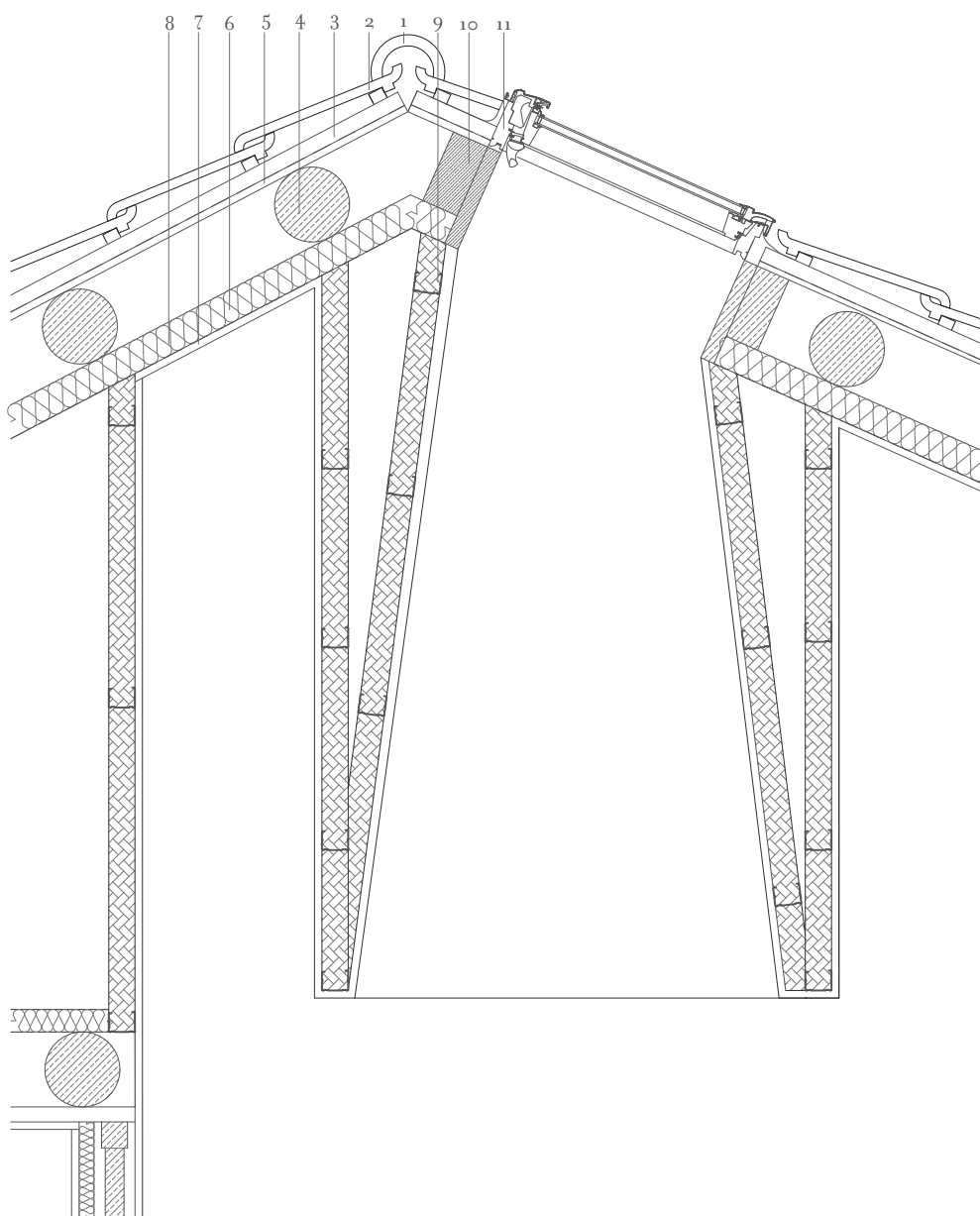


Figura 94

Pormenor da clarabóia

Escala 1.20

1. Telha de cumiera
2. Telha marseilha
3. Contra-ripado
4. Barrote
5. Membrana permeável ao vapor
6. Isolamento térmico
7. Barreira pára-vapor
8. Placa de gesso cartonado
9. Calha de fixação
10. Peça de remate
11. Clarabóia - caixilho Velux

## Cobertura

Sendo que na proposta de intervenção pretendemos aproveitar o desvão para que o espaço de escritório ganhe mais amplitude, eliminamos o plano do tecto que encerrava o espaço nesta zona. Desta forma, pretendemos ao longo de toda a estrutura de vigas e barrotes, colocar uma barreira pára-vapor e o isolamento térmico, que pelo interior é rematado pela utilização de placas de gesso cartonado, na zona do sótão. Na zona do quarto, onde se mantém a estrutura horizontal da cobertura, é utilizado o tecto falso como nos restantes pisos. Nos planos das águas aplica-se uma membrana flexível de permeabilidade ao vapor de água e estanquidade à água líquida e uma nova estrutura de suporte de telhas que podem ser novas ou reaproveitadas, dependendo do seu estado de degradação.

Relativamente à clarabóia, é inserida uma caixilharia que se suporta na estrutura da cobertura e segue a direcção da água do telhado. No interior, o volume que se salienta verticalmente é constituído por duas estruturas metálicas, uma, interior, onde se incorpora o isolamento térmico delimitando a forma de cone para que a luz seja encaminhada gradualmente e outra, no exterior, paralela às paredes de fachada e meação, criando uma forma rectangular. Estas estruturas são revestidas por placas de gesso cartonado e pintadas de cor branca para que a luz possa ser reflectida e se propague pela caixa de escadas, como é ideia projectual. <sup>Fig. 94</sup>

A proposta de reabilitar o construído representa assim a interpretação e concretização dos princípios estabelecidos perante uma determinada realidade. A viagem, em torno da exploração da temática no campo da teoria e da prática, possibilitou um conhecimento intrínseco de uma casa observada sob outra perspectiva, de forma a alcançar um entendimento fidedigno sobre a sua origem, memória e identidade.

*“E hoje: redescobrir a mágica estranheza, a singularidade das coisas evidentes.”* <sup>135</sup>



*“Havia que tocar-lhe e tocar-lhe foi um acto de amor, longo e lento, persistente e cauteloso, com dúvidas e certezas, foi um processo sinuoso e flexível e não um projecto de estirador, foi um método de homem apaixonado e não de frio tecnocrata, foi um desenho de gesto mais do que um desenho de papel. (...)”*

*De há muito que nos conhecíamos.*

*Porém agora conhecemo-nos melhor e ambos estamos diferentes.”*

Fernando Távora in *Fernando Távora*, Lisboa: Editorial Blau, 1993



## Considerações finais

O percurso para a elaboração desta dissertação representa o desenvolvimento e a maturação de um projecto arquitectónico, que pela sua índole, permitiu o meu crescimento enquanto futura arquitecta. A abordagem da temática da reabilitação, possibilitou estudar temas sensíveis sobre a procura de uma identidade, sobre a pertinência da memória no acto de projectar, assim como sobre a permanência e transformação espacial e funcional da temática do habitar.

Foi relevante, como etapa final do percurso académico, a aproximação a um contexto real, com condicionalismos concretos, para entender a complexidade da vida de um arquitecto. O estudo aprofundado do lugar, da história e dos elementos constituintes do edificado, permite que o arquitecto não projecte no vazio, criando um pensamento lógico que melhor satisfaça todas as premissas.

Deste modo, o projecto de reabilitação elaborado encerra uma composição de concepções que reflectem a procura do equilíbrio entre o presente e o passado, entre o novo e o antigo, entre a memória e a exaltação do valor arquitectónico deste edifício vimaranense.

A presente dissertação, consistiu assim, na procura da identidade perdida de uma casa, que pretende continuar a desenvolver a sua história, reflectindo as preocupações de reabilitar no património de uma cidade tão histórica como Guimarães.



## Bibliografia

### Volumes Literários

AGUIAR, José – *Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: Edições FAUP, 2002

BAEZA, Alberto Campo – *Pensar com as mãos*. 2ª Edição, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2013

BAEZA, Alberto Campo – *A ideia contruída*. 5ª Edição, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2013

CALVINO, Italo - *As Cidades Invisíveis*. Lisboa: Ed. Teorema, 2011

CHOAY, Françoise – *As questões do património – antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70, 2011

CHOAY, Françoise – *Alegoria do Património*. 2ª Edição, Lisboa: Edições 70, 2016

C.M.G - *Guimarães do Passado e do Presente*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2012

DOLLÉ, Jean-Paul - *Territoire du rien ou a contre-révolution patrimonial*. Paris: Éditions Lignes & Manifestes, 2005

FERNANDES, Francisco Barata - *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: As formas da casa na forma da cidade*. Porto: FAUP Publicações, 1999

FREITAS, Vasco Peixoto de - *Manual de apoio ao projecto de reabilitação de edifícios antigos*. Porto: Ordem dos engenheiros da região norte, 2012

G.T.L. - *Guimarães - Cidade Património Mundial. Um objectivo estratégico*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1998

GUIMARÃES, Alfredo – *Guimarães – Guia de turismo*. Guimarães, 1940

LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito – *Património Arquitectónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004

LOPES, Nuno Valentim - *Reabilitação de Caixilharias de Madeira em Edifícios do Século XIX e Início do Século XX. Do restauro à selecção exigencial de uma nova caixilharia: o estudo do caso da habitação corrente portuense*. Dissertação de Mestrado em Reabilitação do Património Edificado. Porto: FEUP, 2006





- MOURA, Eduardo Souto de - *Santa Maria do Bouro: construir uma pousada com as pedras de um mosteiro*. Lisboa: White & Blue, 2004
- SIZA, Álvaro - *01 Textos*. Porto: Civilização Editora, 2009
- SIZA, Álvaro - *Álvaro Siza: Uma questão de medida*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009
- SIZA, Álvaro - *Chiado em detalhe: pormenorização técnica do plano de recuperação*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Verbo, 2013
- TÁVORA, Fernando - *Da Organização do Espaço*. 7ª Edição, Porto: FAUP Publicações, 2007
- TÁVORA, Fernando - *Guimarães, um Futuro para a Cidade. Plano Geral de Urbanização*, Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1982
- TÁVORA, Fernando - *Plano Geral de Urbanização de Guimarães*. Porto: Arquivo da Fundação Maques da Silva, 1982
- TEIXEIRA, Joaquim José Lopes - *Descrição do Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto entre os séculos XVII e XIX - Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica*. Porto: FAUP, 2004
- TRIGUEIROS, Luiz - *Fernando Távora*. Lisboa: Editorail Blau, 1993
- SOLÀ-MORALES, Ignasi - *Intervenciones*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2006
- SOLÀ-MORALES, Ignasi - *Territorios*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2002
- ZUMTHOR, Peter - *Atmosferas: entornos arquitectónicos - las cosas a mi alrededor*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2006
- ZUMTHOR, Peter - *Pensar la arquitectura*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, SA, 2004



## Textos

AGUIAR, José – *A experiência de reabilitação urbana do GTL de Guimarães: estratégia, método e algumas questões disciplinares*. Guimarães, s.d. Disponível em: [https://www.cm-guimaraes.pt/uploads/writer\\_file/document/837/470419.pdf](https://www.cm-guimaraes.pt/uploads/writer_file/document/837/470419.pdf)

FERRÃO, Bernardo; AFONSO, José Ferrão – *A evolução da forma urbana de Guimarães e a criação do seu património edificado*. Guimarães, s.d. Disponível em: [https://www.cm-guimaraes.pt/cmguimaraes/uploads/writer\\_file/document/799/470409.pdf](https://www.cm-guimaraes.pt/cmguimaraes/uploads/writer_file/document/799/470409.pdf)

FRAZÃO, Miguel – *O GTL e o planeamento urbanístico do concelho*. Guimarães, 2000. Disponível em: [https://www.cm-guimaraes.pt/cmguimaraes/uploads/writer\\_file/document/852/470423.pdf](https://www.cm-guimaraes.pt/cmguimaraes/uploads/writer_file/document/852/470423.pdf)

MORAIS, Maria Adelaide – *Toponímia*, s.d. Disponível em: [https://www.cm-guimaraes.pt/cmguimaraes/uploads/writer\\_file/document/857/470425.pdf](https://www.cm-guimaraes.pt/cmguimaraes/uploads/writer_file/document/857/470425.pdf)

## Revistas

LOOS, Adolf - *Escritos II 1910-1931*. Madrid: El croquis Editorial, 1993

NETO, Maria João Baptista, *A propósito da Carta de Veneza (1964-2004). Um olhar sobre o património arquitectónico nos últimos cinquenta anos* in Revista Estudos/Património, nº 9, 2006

NETO, Maria João Baptista, *Carta de Cracóvia 2000. Os princípios de restauro para uma nova Europa* in Revista Estudos/Património, nº 3, 2002

## Dissertações

BARBOSA, Ana Gómez Cotez Acciaiuoli - *A Alma dos Espaços. Construções de Lugar*. Porto: FAUP, 2010/2011, Dissertação de Mestrado Integrado

BASTO, Rita de Sousa Trêpa Magalhães - *Protótipo de reabilitação para a casa burguesa do Porto*. Porto: FAUP, 2011/2012, Dissertação de Mestrado Integrado



BICAS, Joana Mafalda de Freitas Farinha – *Lugar: projecto, construção e memória. Entre a contribuição e a pertinência*. Porto: FAUP, 2016, Dissertação de Mestrado Integrado

MATOS, Ana Rita Loureiro de - *Guimarães, da construção à reabilitação do centro histórico*. Porto: FAUP, 2013/2014, Dissertação de Mestrado Integrado

RIO, Teresa Espinheira - *Continuidade, ruptura*. Porto: FAUP, 2014/2015, Dissertação de Mestrado Integrado



## Iconografia

Figura 1 - Desenho realizado pela autora

Figura 2 - C.M.G.- *Guimarães do Passado e do Presente*; Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2012

Figura 3 - <http://araduca.blogspot.com/2016/05/guimaraes-em-1864.html>

Figura 4 - C.M.G.- *Guimarães do Passado e do Presente*; Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2012

Figura 5 - <https://www.wikiart.org/pt/john-ruskin>

Figura 6 - <https://www.architectural-review.com/essays/reviews/exhibitions/romantic-deliria-on-viollet-le-duc-architectural-vision/8678020.article>

Figura 7 - C.M.G.- *Guimarães do Passado e do Presente*; Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2012

Figura 8 - <http://www.csarmento.uminho.pt>

Figura 9 - <https://araduca.blogspot.com/2013/06/efemeride-do-dia-uma-obra-com-enguico.html>

Figura 10 - <http://www.csarmento.uminho.pt>

Figura 11 - G.T.L - *Guimarães - Cidade Património Mundial. Um objectivo estratégico*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1998

Figura 12 - Arquivo da Fundação Marques da Silva

Figura 13 - C.M.G.- *Guimarães do Passado e do Presente*; Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2012

Figura 14 - <http://www.csarmento.uminho.pt>

Figura 15 - Folha de sala de visita guiada à exposição *Viagem aos desenhos de Viagem* na sociedade Martins Sarmento, Guimarães

Figura 16 - Arquivo pessoal

Figura 17 - Arquivo pessoal

Figura 18 - <http://gmrtv.pt/noticias/59-outros/fotogaleria/22065-patrimonio-da-unesco-13-anos>





Figura 19 - <http://pagusguimaraes.blogspot.com/2006/07/fotografias-do-2-mdulo-tintascres.html>

Figura 20 - Fotografia de Marco Jacobeu

Figura 21 - Desenho realizado pela autora

Figura 22 - G.T.L - *Guimarães - Cidade Património Mundial. Um objectivo estratégico*.  
Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1998

Figura 23 - <http://cm-guimaraes.pt/cmguimaraes/uploads/document/file/2797/47138.pdf>

Figura 24 - C.M.G.- *Guimarães do Passado e do Presente*; Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2012

Figura 25 - C.M.G.- *Guimarães do Passado e do Presente*; Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 2012

Figura 26 - <http://araduca.blogspot.com/2009/12/0-mapa-de-guimaraes-de-1569.html> Figura 9 - <https://araduca.blogspot.com/2013/06/efemeride-do-dia-uma-obra-com-enguico.html>

Figura 27 - <https://www.google.com/maps>

Figura 28 - Desenho realizado pela autora

Figura 29 - Desenho realizado pela autora

Figura 30 - Arquivo pessoal

Figura 31 - Arquivo pessoal

Figura 32 - Arquivo pessoal

Figura 33 - Arquivo pessoal

Figura 34 - Arquivo pessoal

Figura 35 - Arquivo pessoal

Figura 36 - Arquivo pessoal

Figura 37 - Arquivo pessoal



Figura 38 - Arquivo pessoal

Figura 39 - Arquivo pessoal

Figura 40 - Arquivo pessoal

Figura 41 - Arquivo pessoal

Figura 42 - Arquivo pessoal

Figura 43 - Arquivo pessoal

Figura 44 - Arquivo pessoal

Figura 45 - Arquivo pessoal

Figura 46 - Arquivo pessoal

Figura 47 - Arquivo pessoal

Figura 48 - Arquivo pessoal

Figura 49 - Desenho realizado pela autora

Figura 50 - Desenho realizado pela autora

Figura 51 - Desenho realizado pela autora

Figura 52 - Arquivo pessoal

Figura 53 - Arquivo pessoal

Figura 54 - Arquivo pessoal

Figura 55 - Arquivo pessoal

Figura 56 - Arquivo pessoal

Figura 57 - Arquivo pessoal

Figura 58 - Arquivo pessoal

Figura 59 - Arquivo pessoal

Figura 60 - Arquivo pessoal

Figura 61 - Arquivo pessoal



Figura 62 - Arquivo pessoal

Figura 63 - Desenho realizado pela autora

Figura 64 - Desenho realizado pela autora

Figura 65 - Desenhos realizado pela autora

Figura 66 - Desenhos realizado pela autora

Figura 67 - Desenho realizado pela autora

Figura 68 - Desenho realizado pela autora

Figura 69 - Desenho realizado pela autora

Figura 70 - Arquivo pessoal

Figura 71 - Desenho realizado pela autora

Figura 72 - Arquivo pessoal

Figura 73 - Desenho realizado pela autora

Figura 74 - <http://www.aefaup.com>

Figura 75 - Desenho realizado pela autora

Figura 76 - <http://www.jornalarquitectos.pt/jornal/representacoes-nacionais/conversa-com-alexandre-alves-costa>

Figura 77 - Desenho realizado pela autora

Figura 78 - Desenho realizado pela autora

Figura 79 - <https://www.archdaily.com/118906/house-in-leiria-aires-mateus>

Figura 80 - Desenho realizado pela autora

Figura 81 - <http://merooficina.com/project/oficina-comum>

Figura 82 - <https://www.brandaocosta.com/projetos/boucos/>

Figura 83 - <http://www.archdaily.com/768833/santa-maria-do-bouroconvent-eduardo-souto-de-moura-plus-humberto-vieira>



Figura 84 - Desenho realizado pela autora

Figura 85 - [http://www.nietosobejano.com/project.aspx?i=7&t=\\_HISTORY\\_MUSEUM](http://www.nietosobejano.com/project.aspx?i=7&t=_HISTORY_MUSEUM)

Figura 86 - <https://www.archdaily.com.br/01-14870/uma-jornada-fotografica-atraves-do-vale-de-zumthor>

Figura 87- Desenho realizado pela autora

Figura 88 - Desenho realizado pela autora

Figura 89 - Desenho realizado pela autora

Figura 90 - Desenho realizados ela autora

Figura 91 - Desenho realizado pela autora

Figura 92 - Desenho realizado pela autora

Figura 93 - Desenho realizado pela autora

Figura 94 - Desenho realizado pela autora





# **Identidade e arquitectura de memória**

## Um projecto de reabilitação

Anexos

Mariana Carvalho de Melo Teixeira Rodrigues

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Mestrado Integrado em Arquitectura

Orientação do Prof. Doutor Carlos Prata

2018



## Índice

### Anexo I

Sobre a implantação do edificado	5
----------------------------------	---

### Anexo II

Sobre os desenhos de levantamento	11
-----------------------------------	----

### Anexo III

Sobre o levantamento rigoroso	29
-------------------------------	----

### Anexo IV

Sobre a proposta de intervenção	45
---------------------------------	----

### Anexo V

Sobre a entrevista ao Arquitecto Miguel Frazão	61
--	----



## **Anexo I**

Sobre a implantação do edificado





Planta de Localização

⌚ Escala 1:1000





Planta de Implantação



Escala 1:200

## **Anexo II**

Sobre os desenhos de levantamento



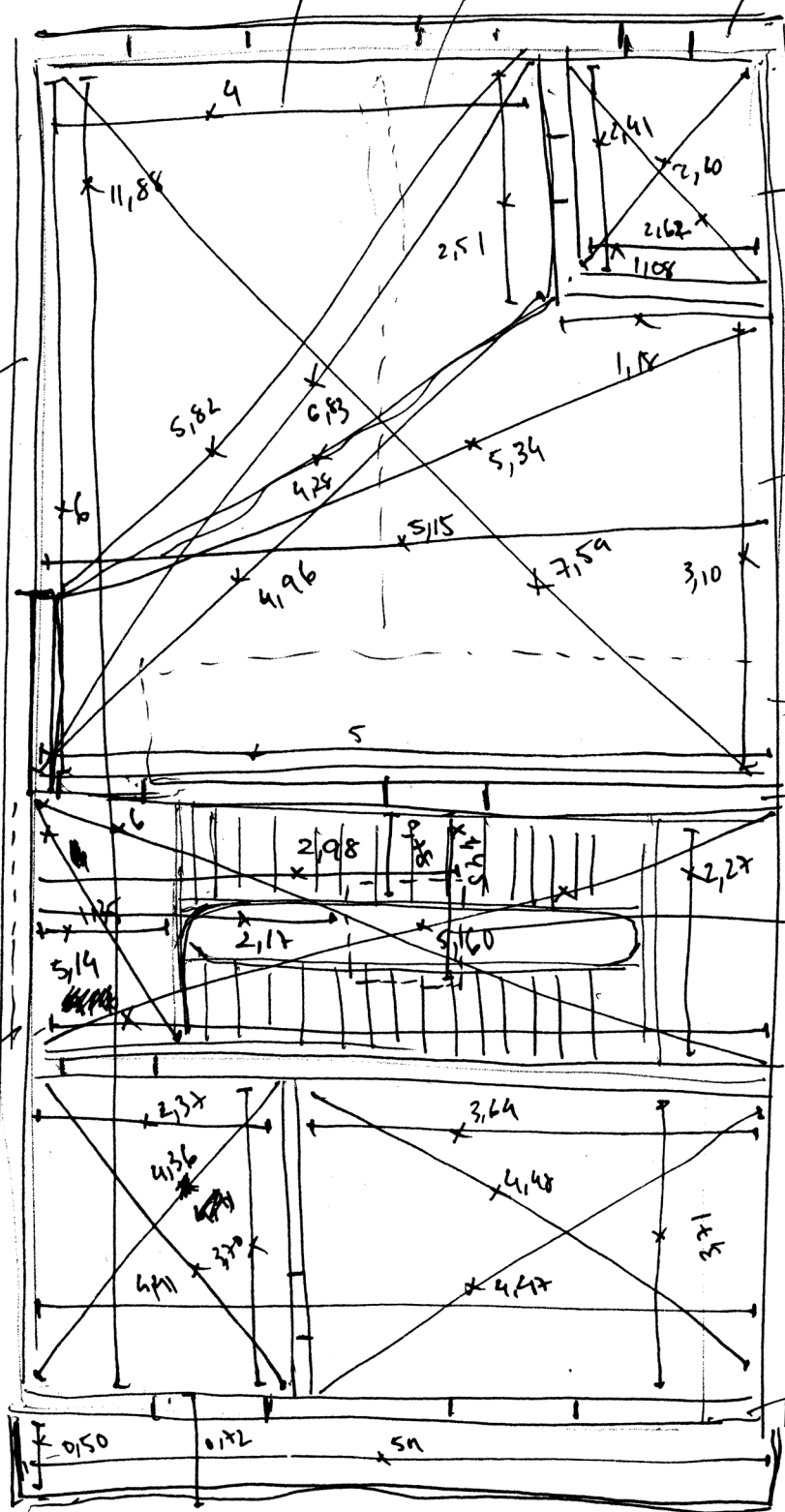








teto inclinado em madeira  
 paredes de madeira e divisórias  
 parede feita de novo.  
 La na taboique



não é a  
mesa parede.

pedra no  
rodapé.

figado apor,  
antes taboique

1500

varanda

antigo  
chamisco

antigo  
cortina

antigo  
cortina

parede =  
ESCALA = 0,05  
clarabóia

ESCALA = 0,50

parede = 0,327





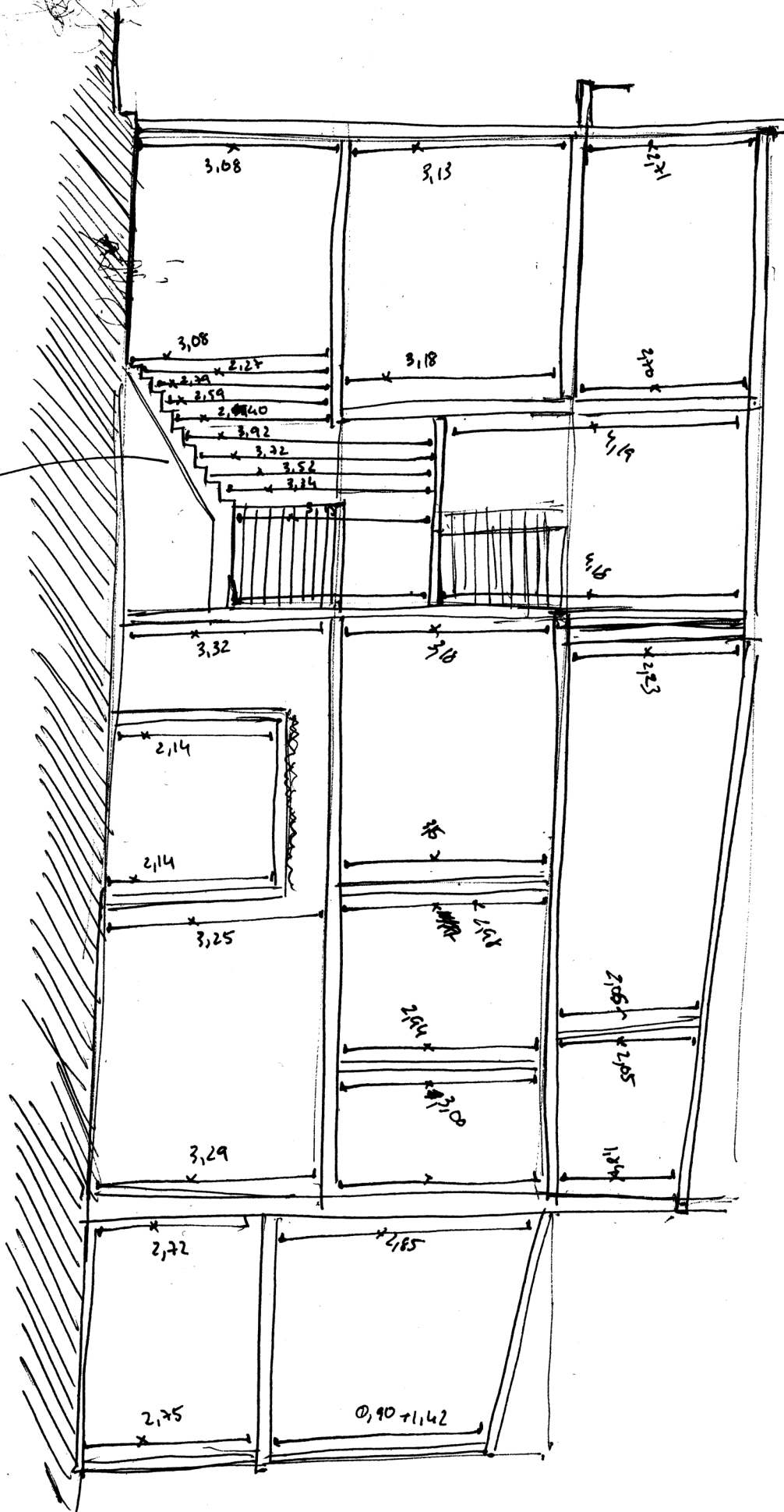




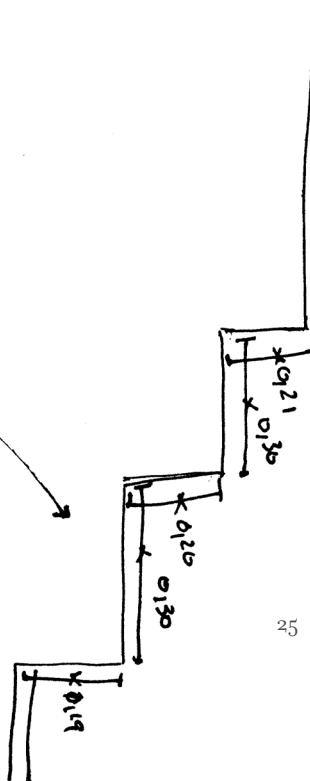
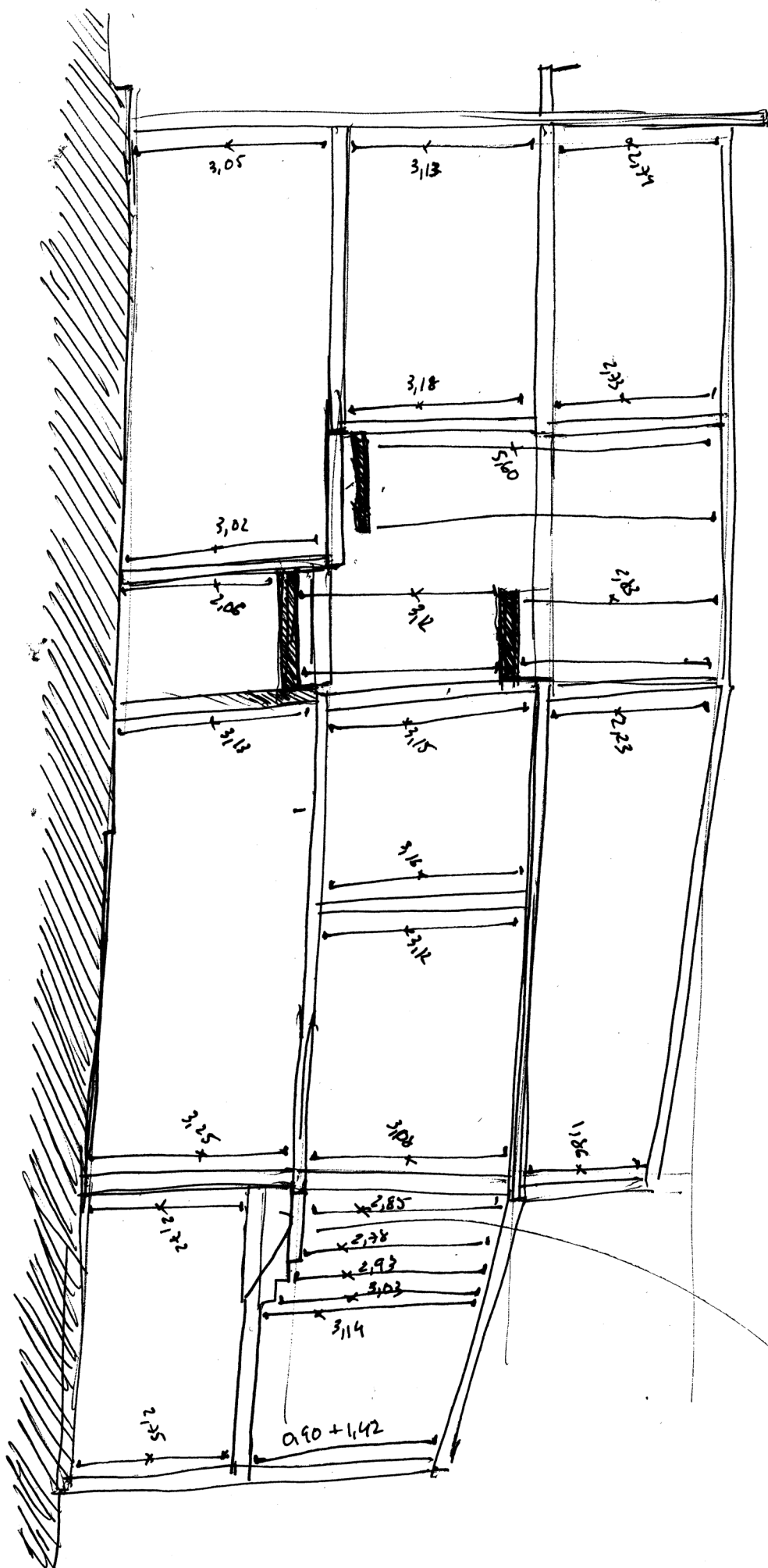




corredor A'

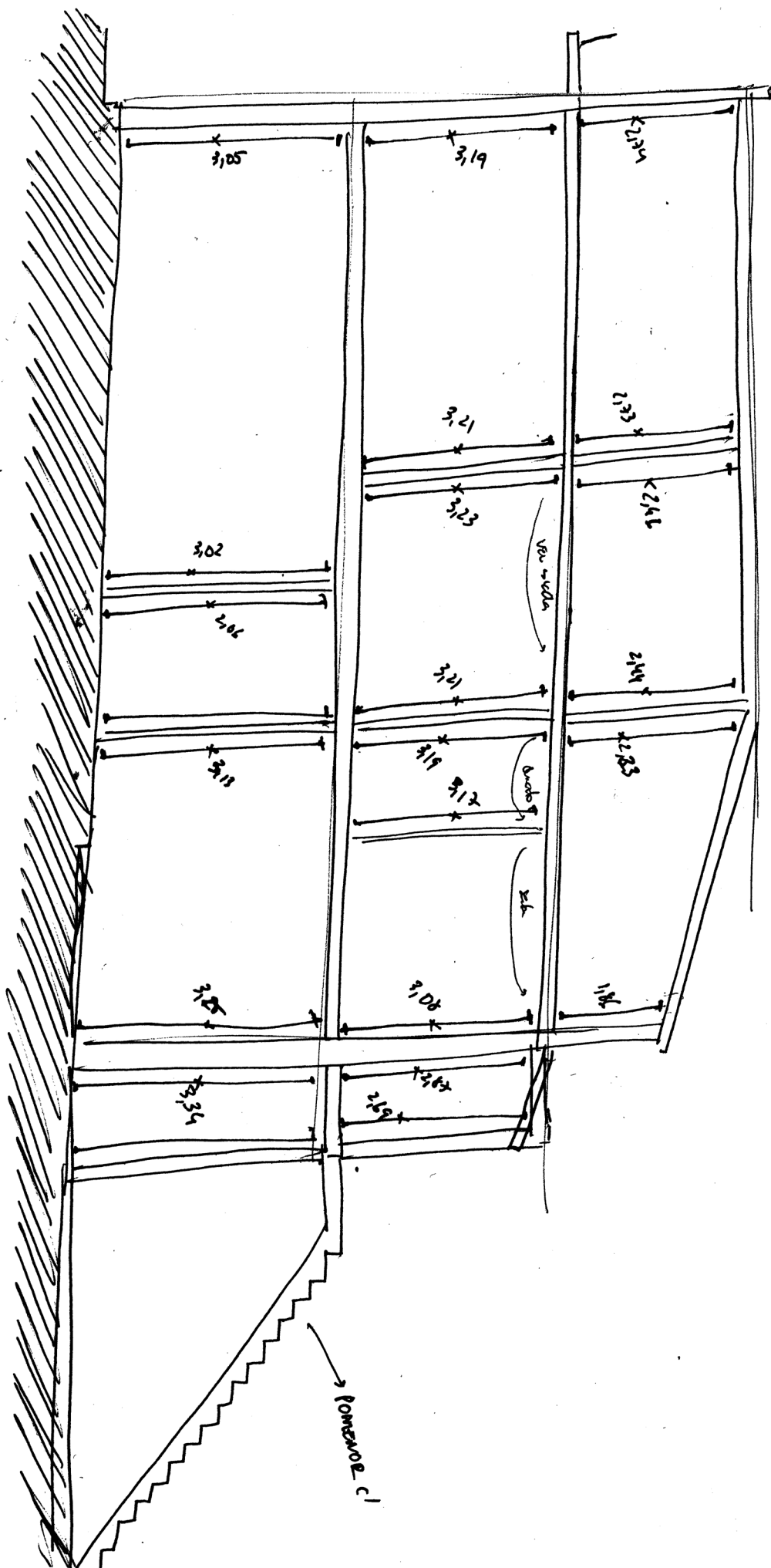










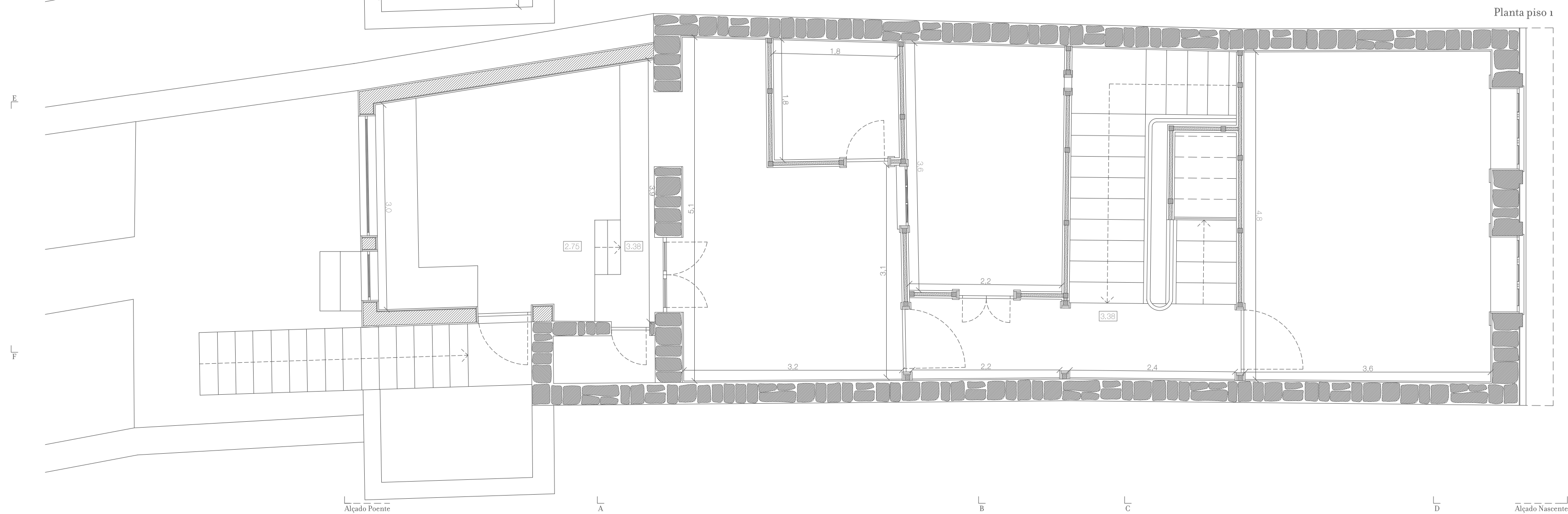
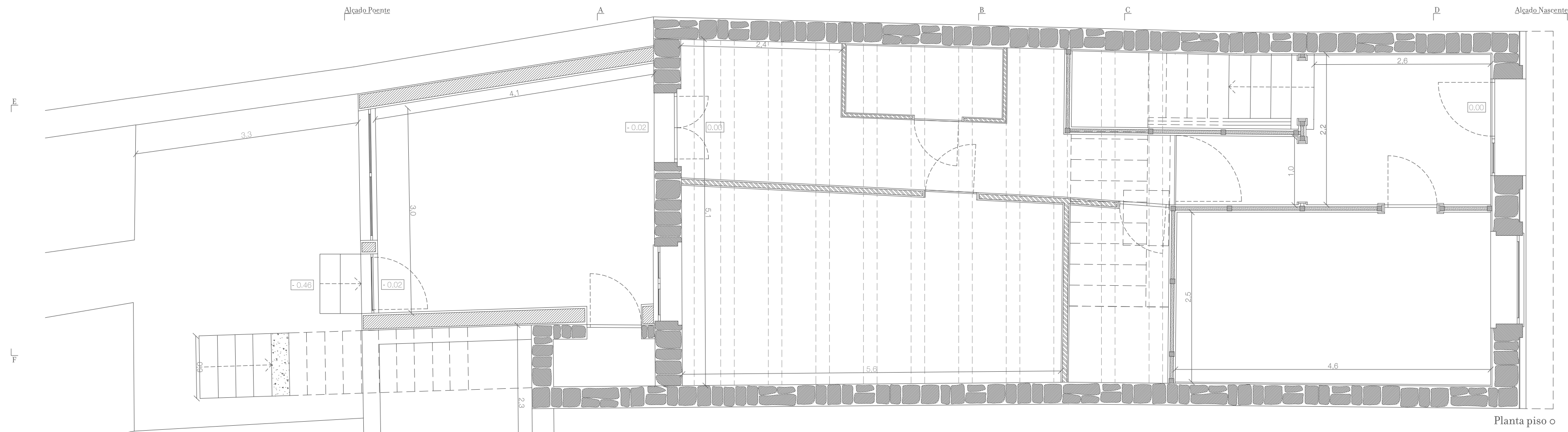




### **Anexo III**

Sobre o levantamento rigoroso

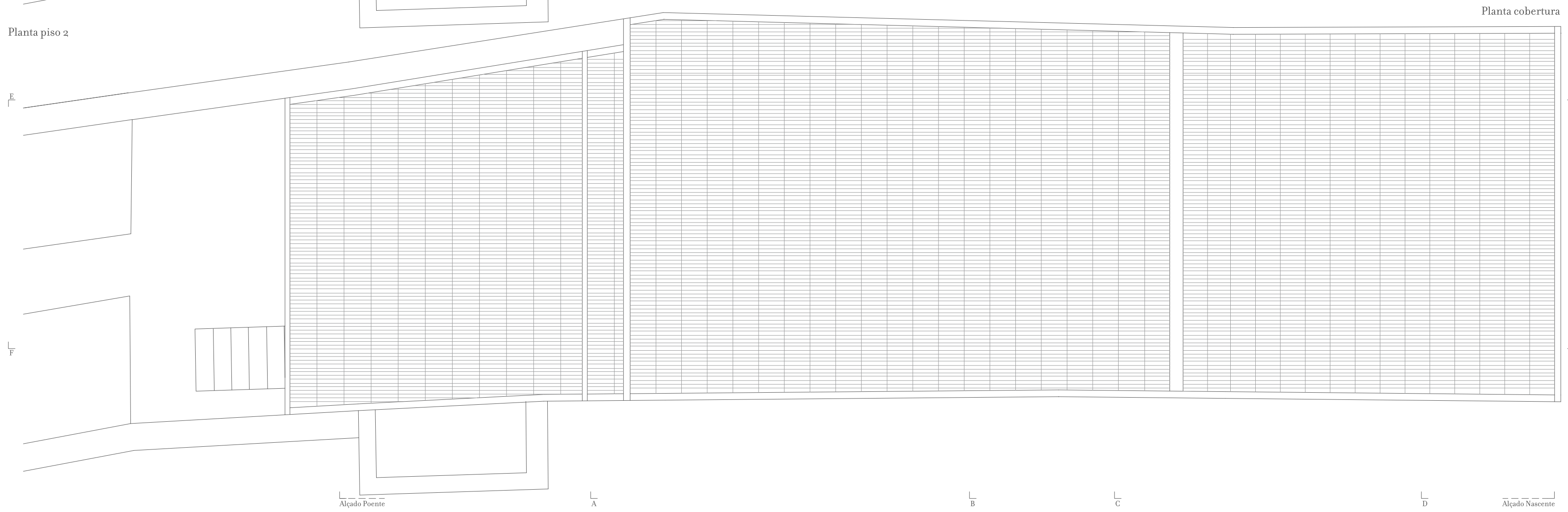
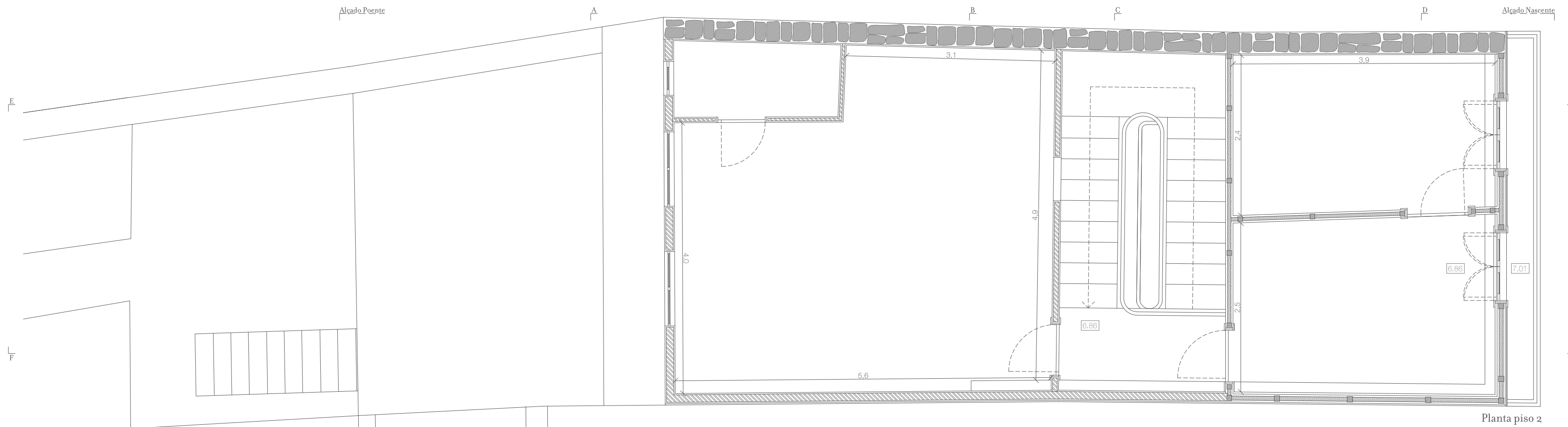




## Levantamento

Planta Piso 0 | Planta Piso 1

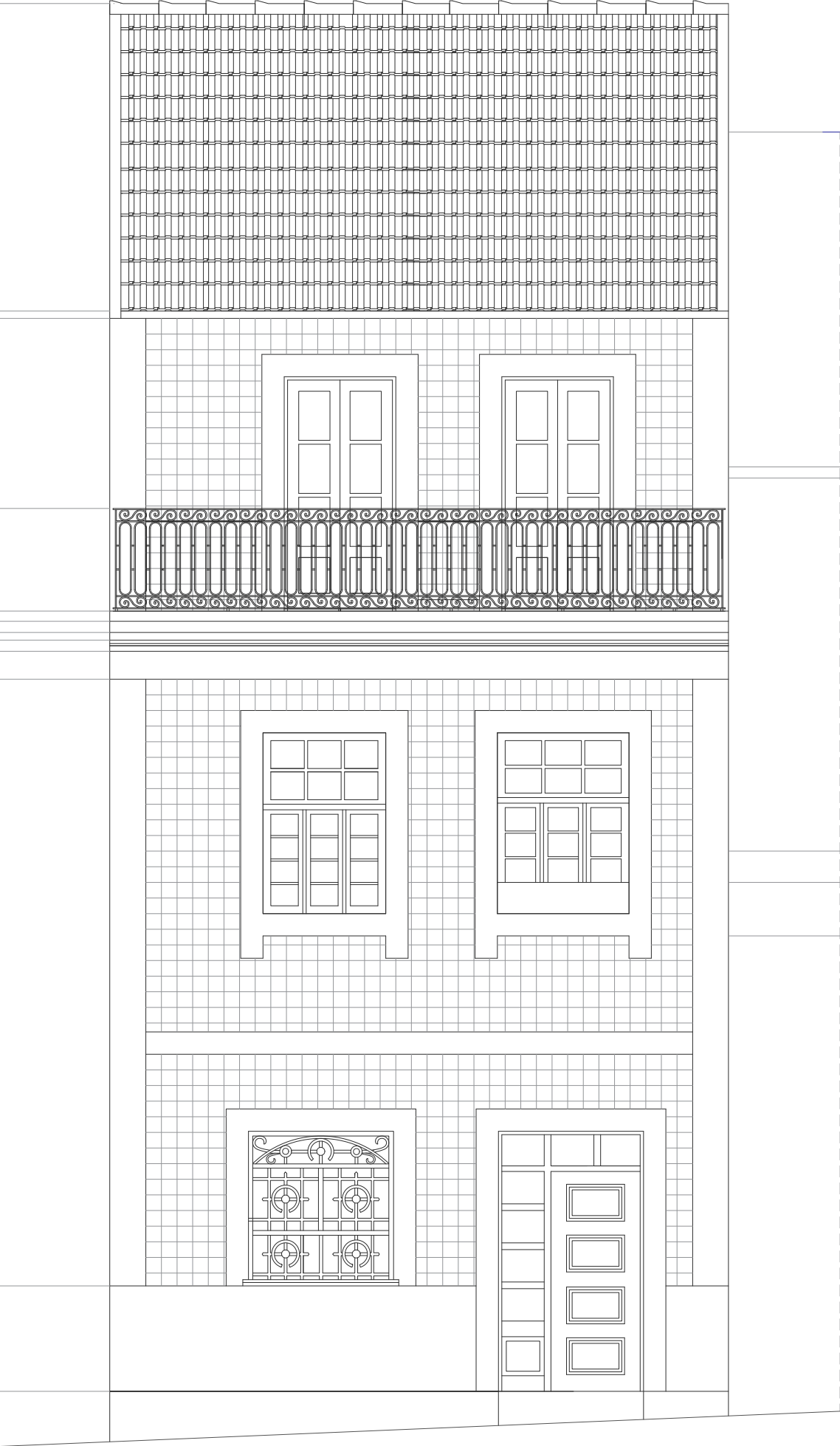
Escala 1:50



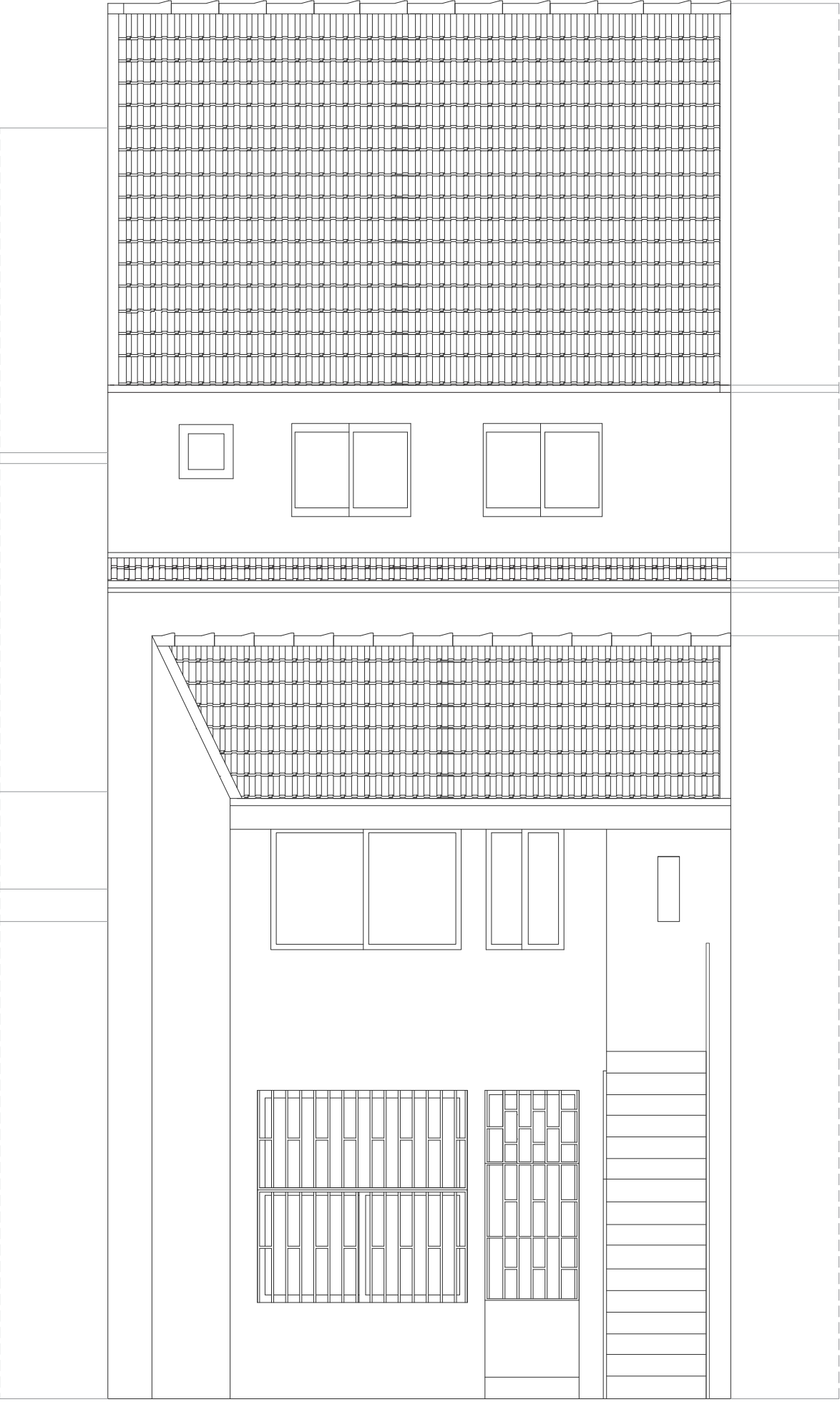
Levantamento

Planta Piso 2 | Planta Cobertura

Escala 1:50



Alçado Sul



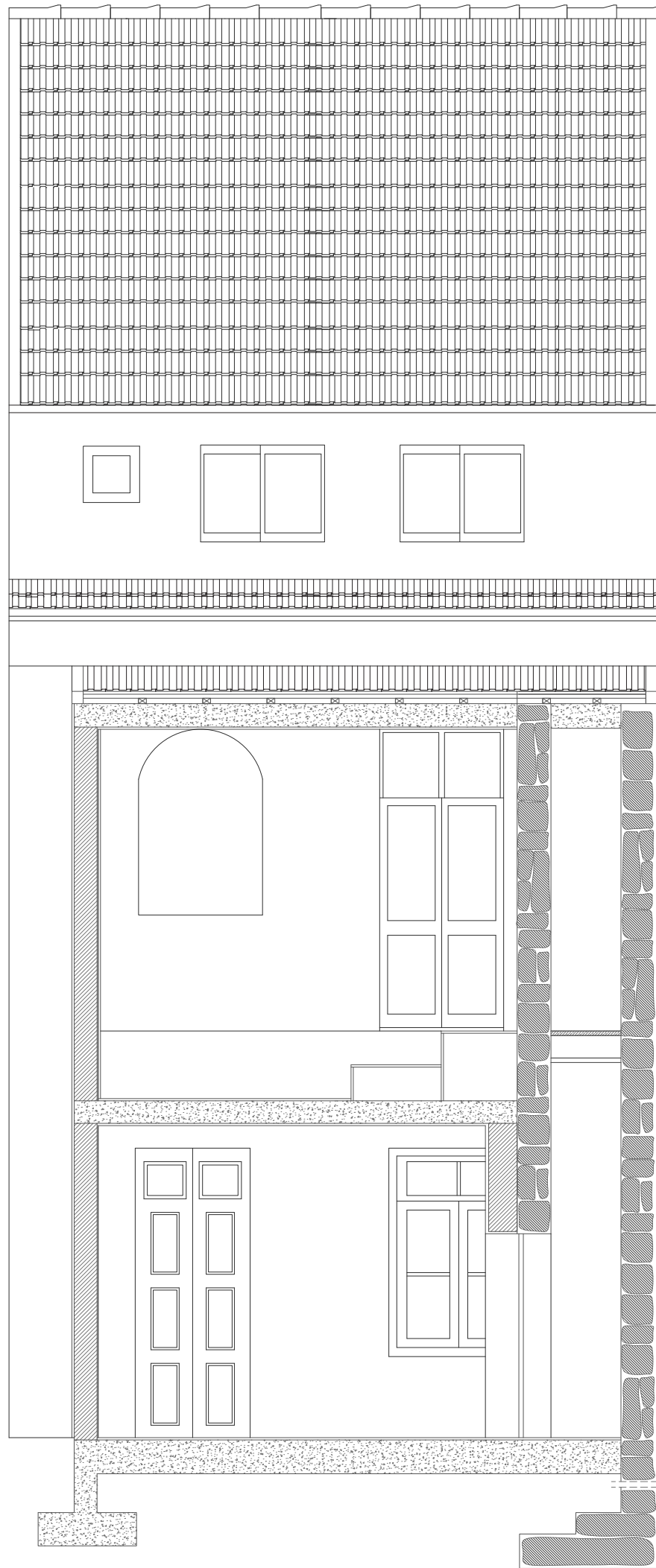
Alçado Norte

Levantamento

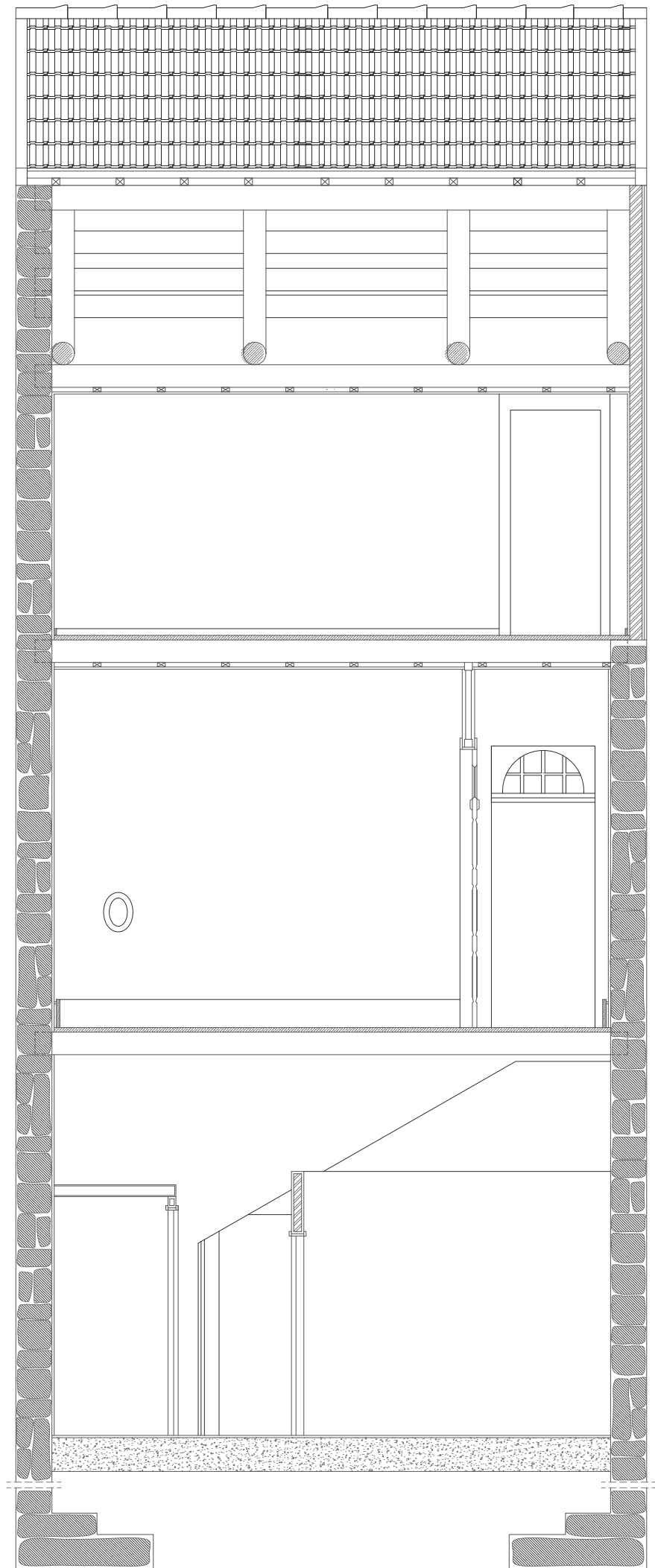
Alçados

Escala 1:50





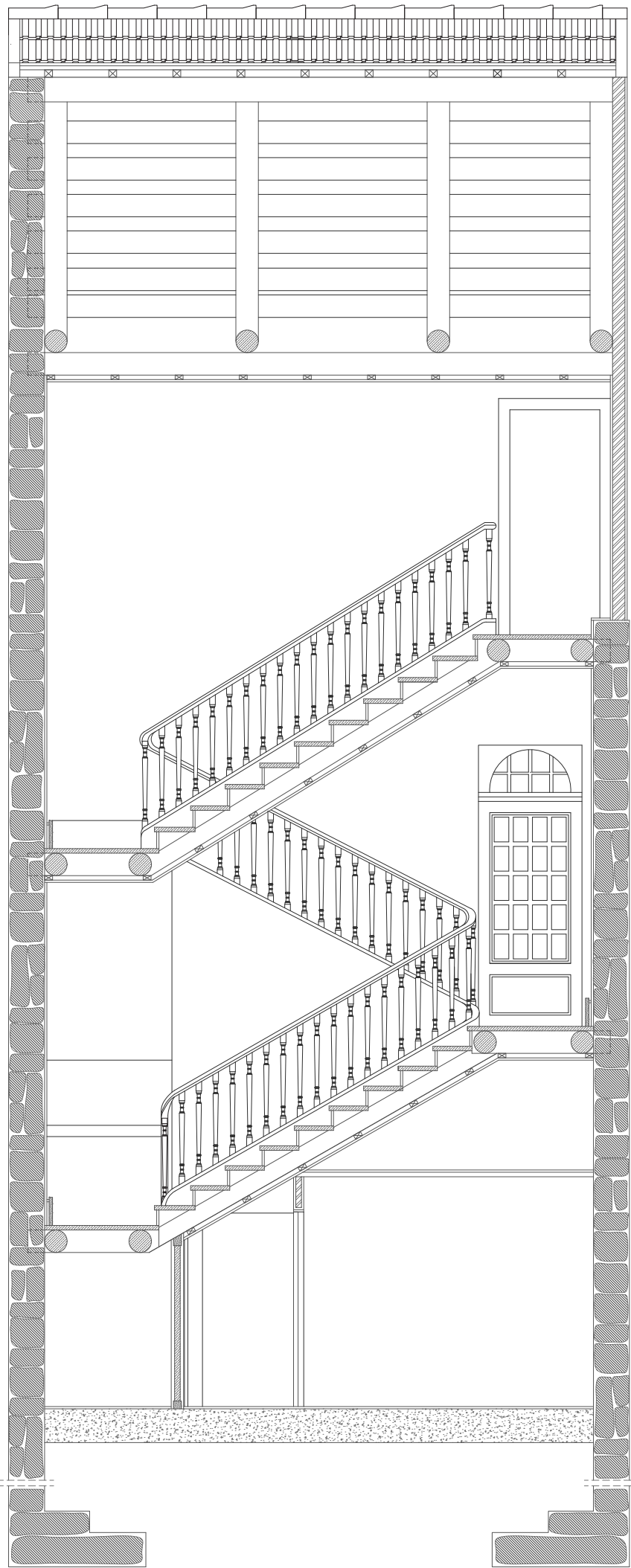
Perfil A



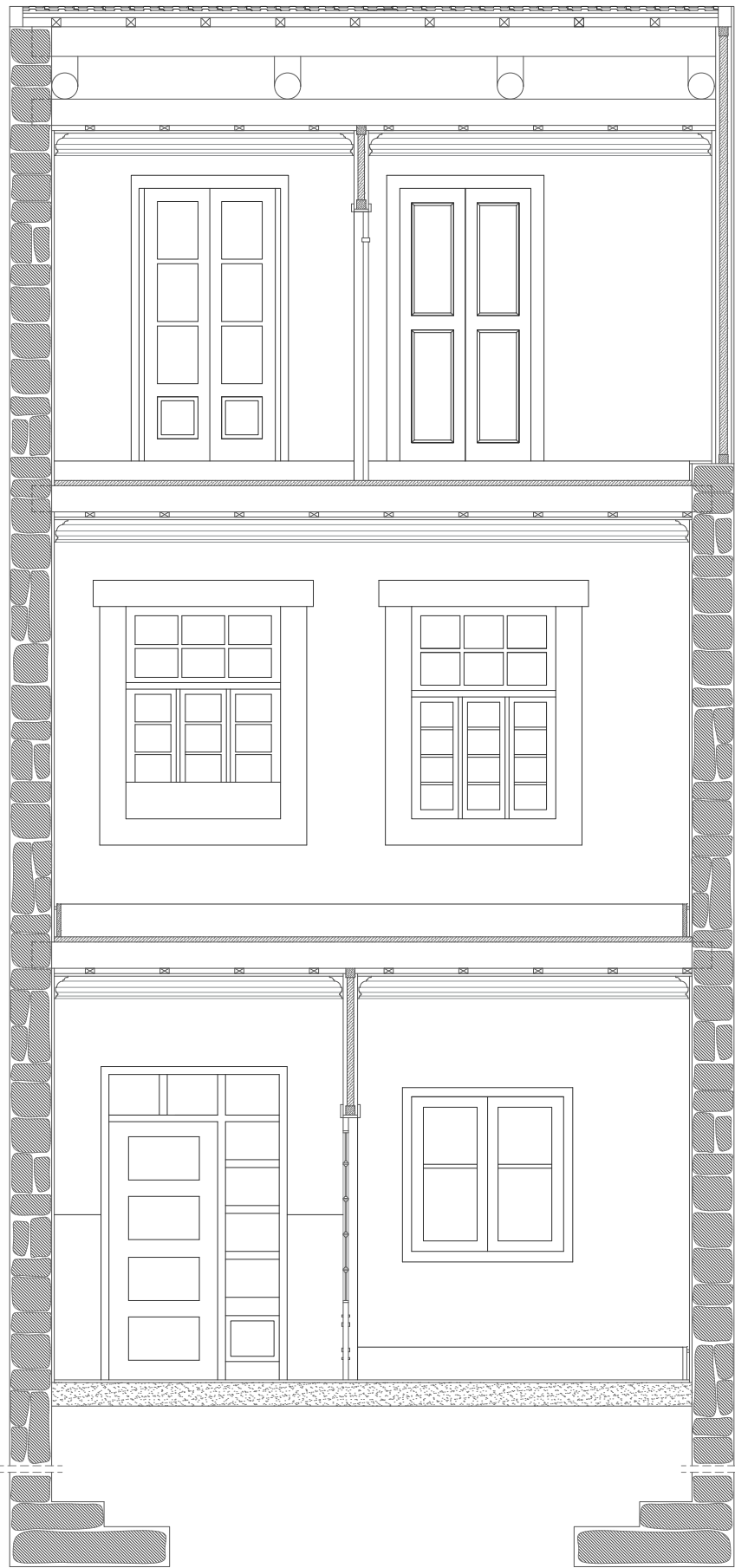
Perfil B

Levantamento  
Perfil A | Perfil B

Escala 1:50



Perfil C



Perfil D

Levantamento  
Perfil C | Perfil D

Escala 1:50

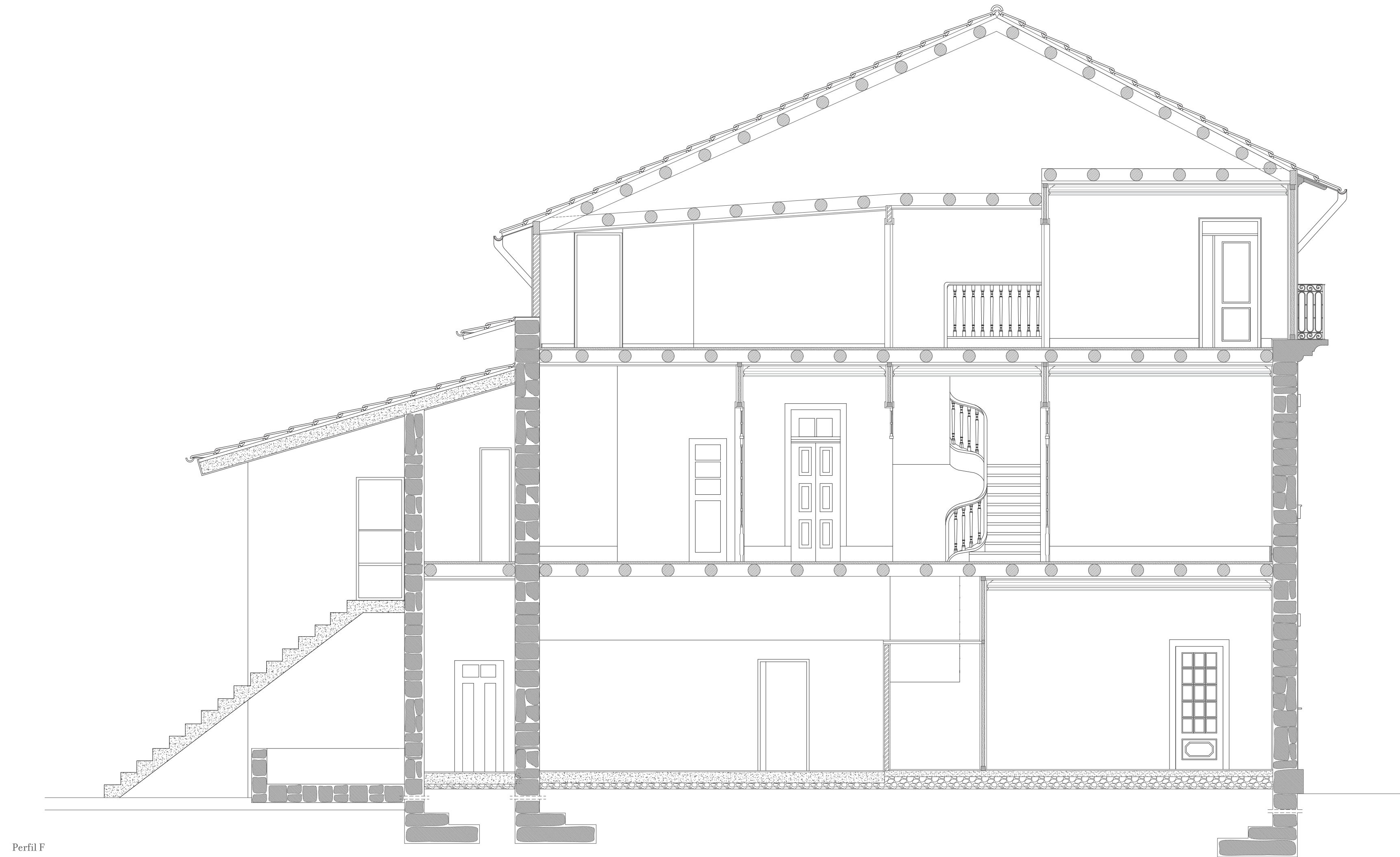


Perfil E

Levantamento  
Perfil E

Escala 1:50





Perfil F

Levantamento

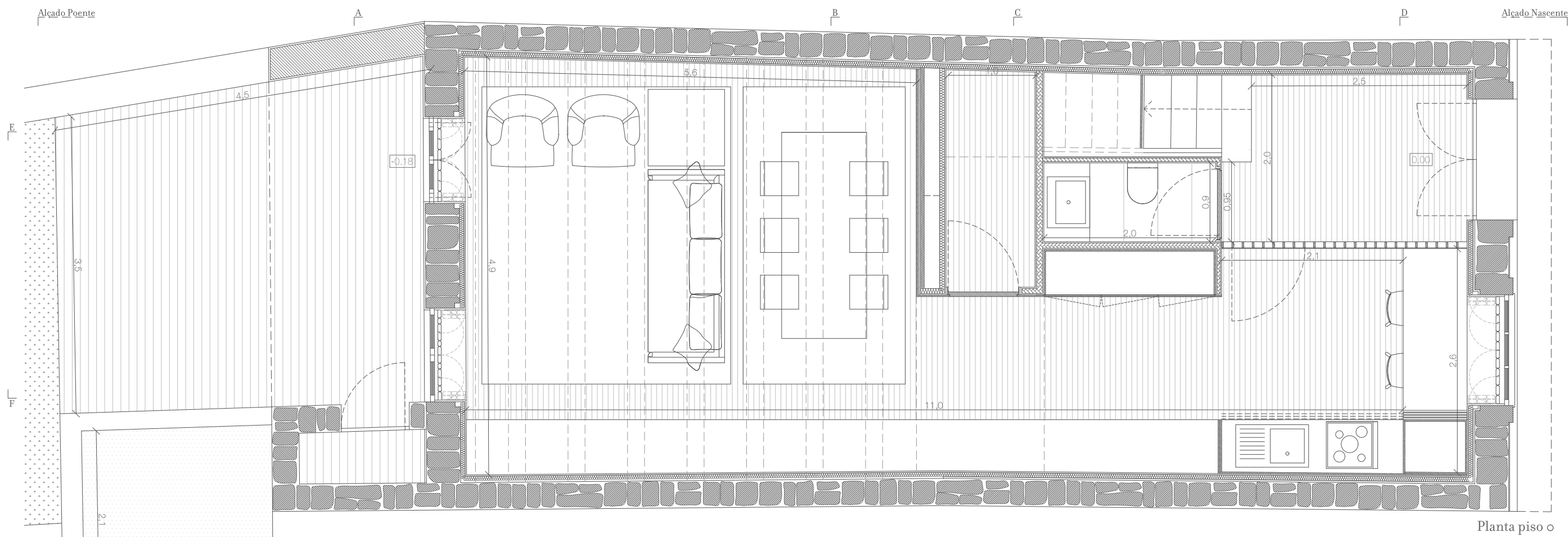
Perfil F

Escala 1:50

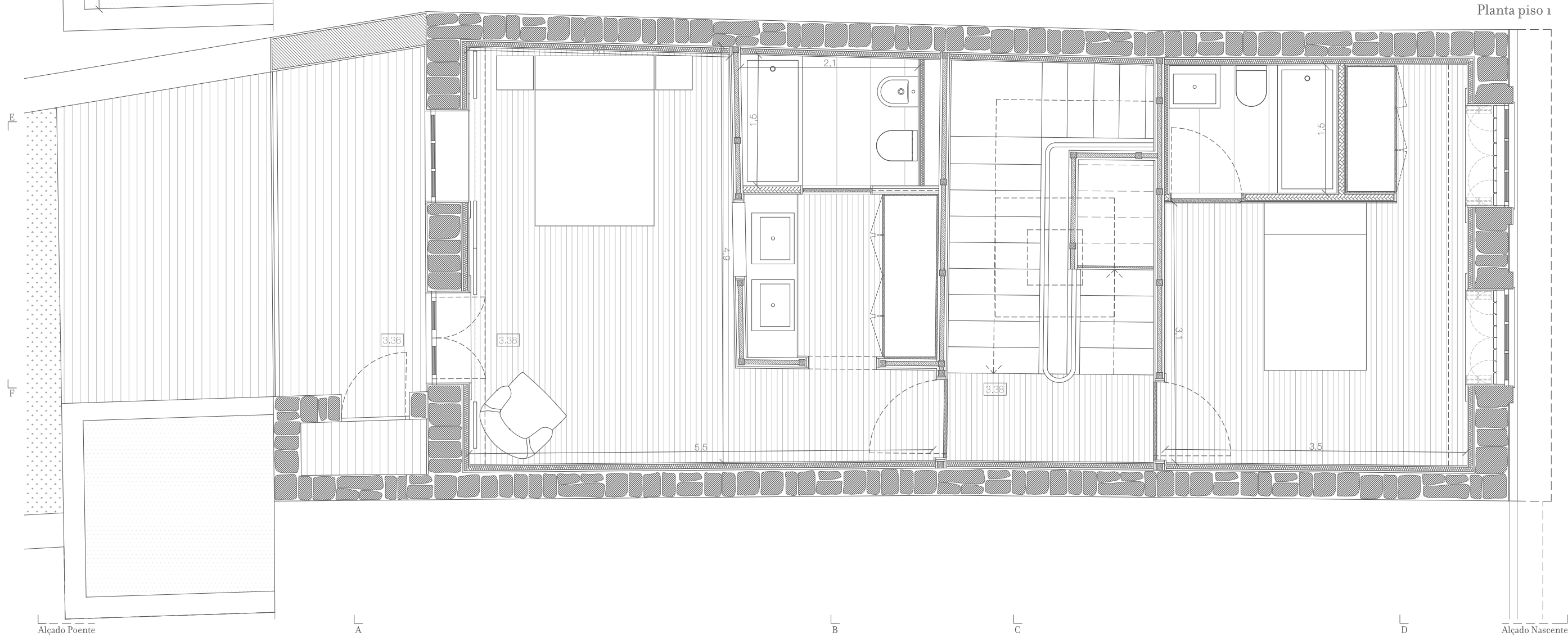
## **Anexo IV**

Sobre a proposta de intervenção





Planta piso 0

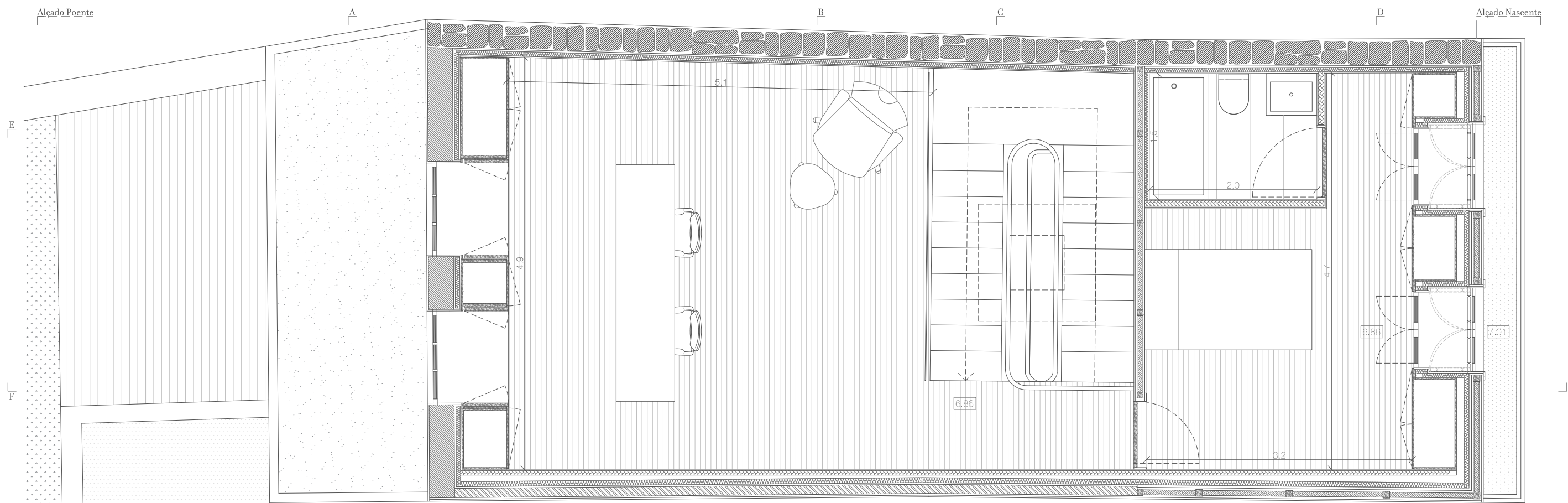


Planta piso 1

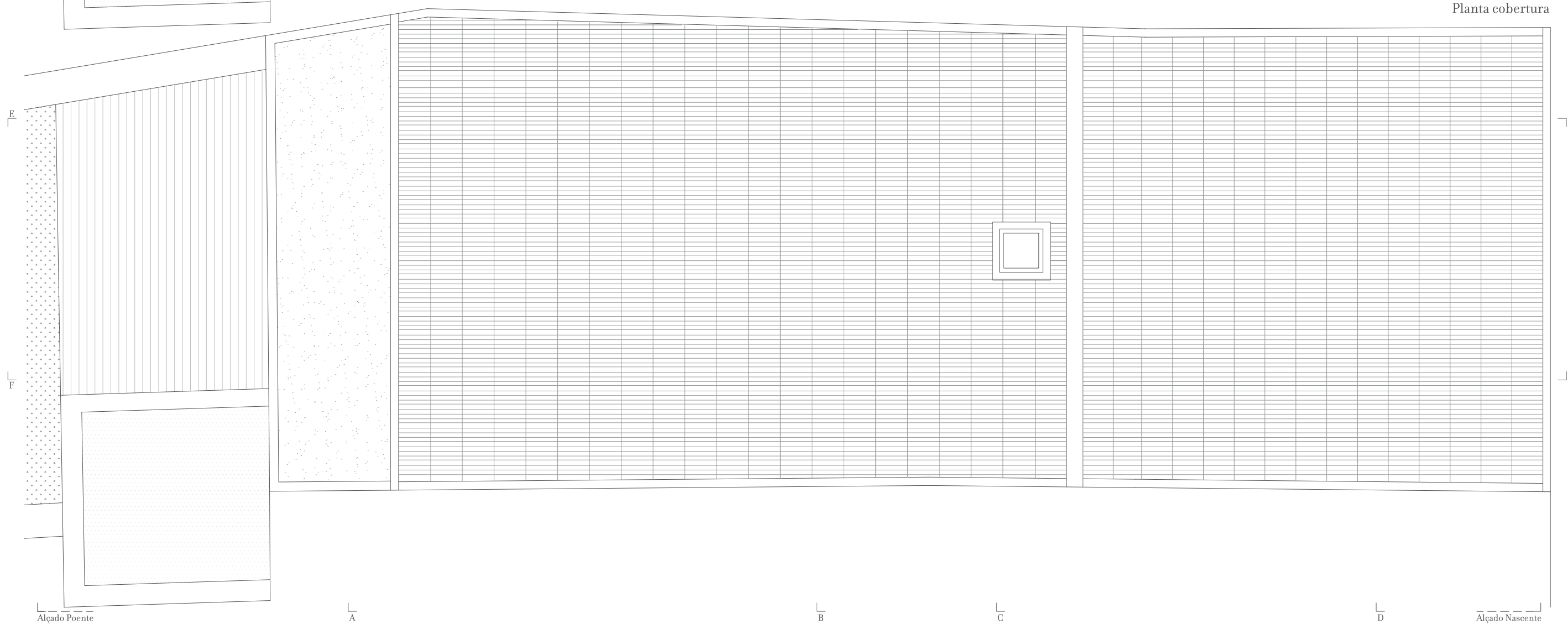
Proposta de Intervenção

Planta Piso 0 | Planta Piso 1

Escala 1:50



Planta piso 2



Planta cobertura

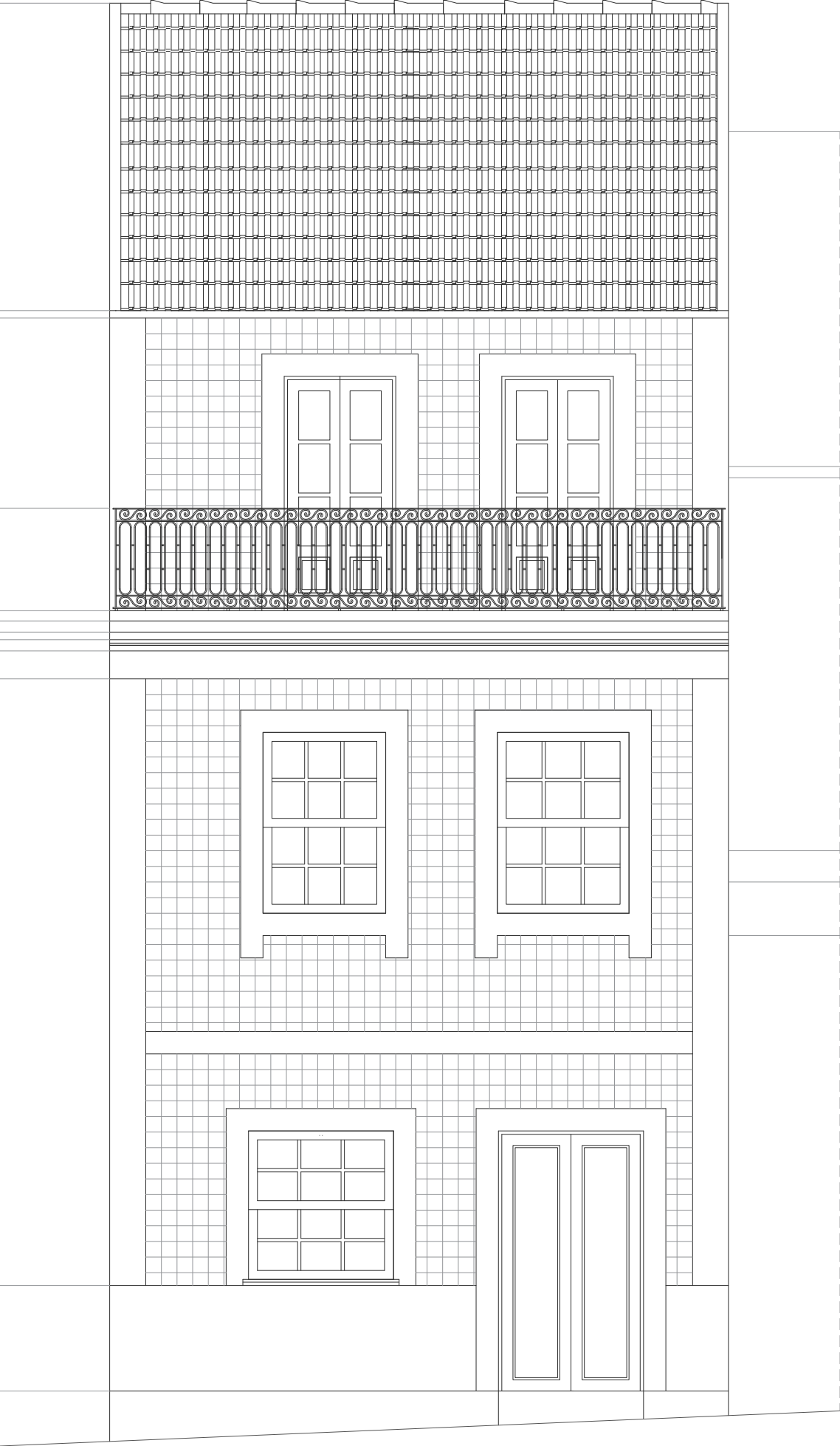
## Proposta de Intervenção

Planta Piso 2 | Planta Cobertura



Escala 1:50





Alçado Sul

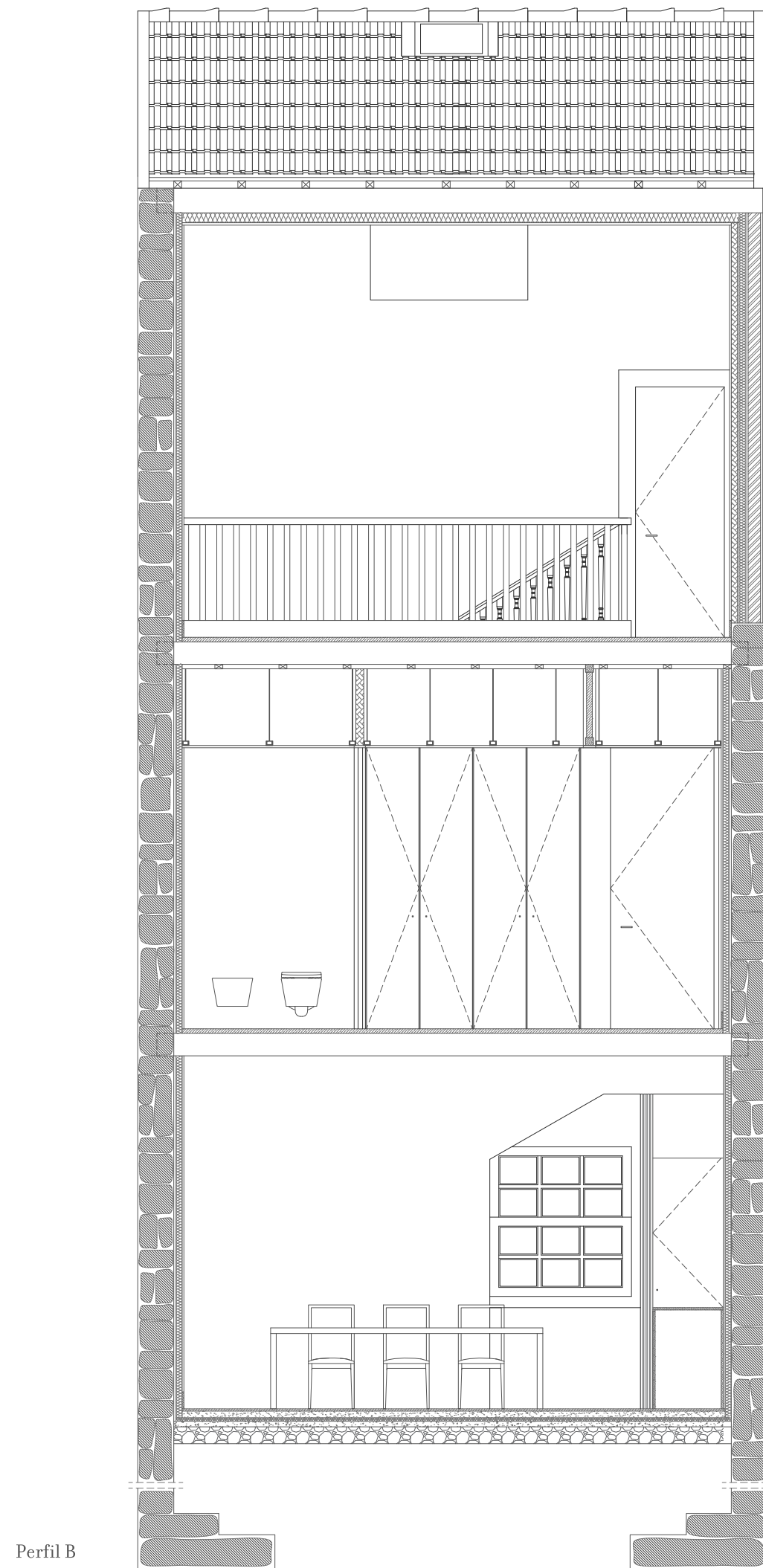
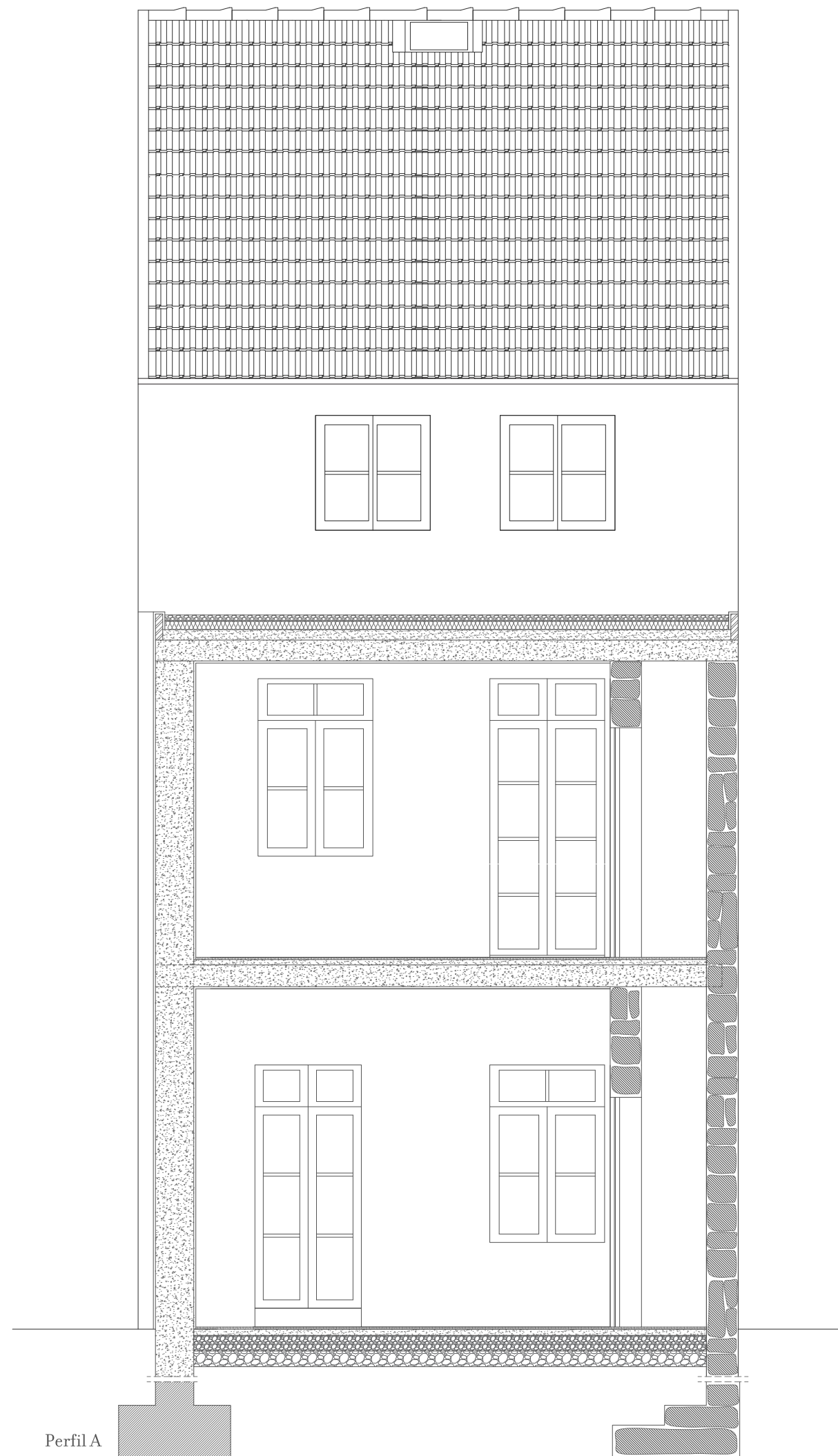


Alçado Norte

Proposta de Intervenção

Alçados

Escala 1:50

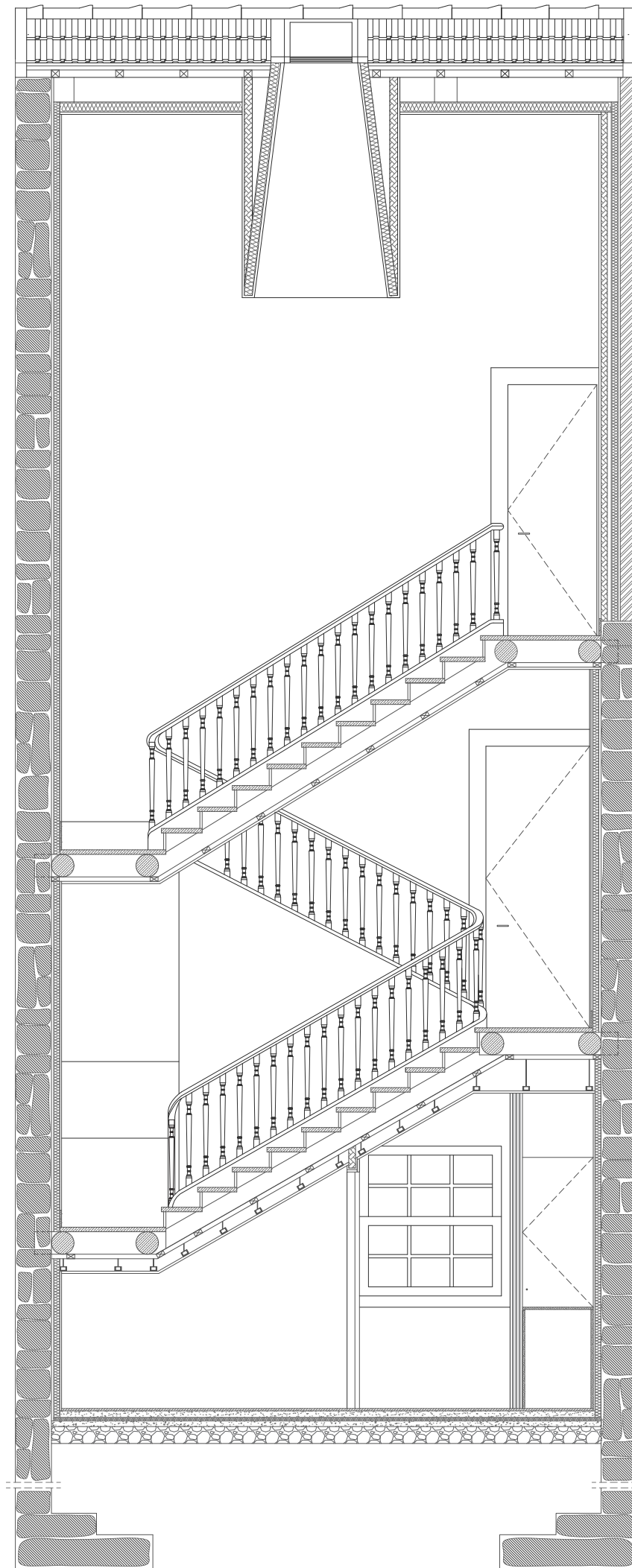


Proposta de Intervenção

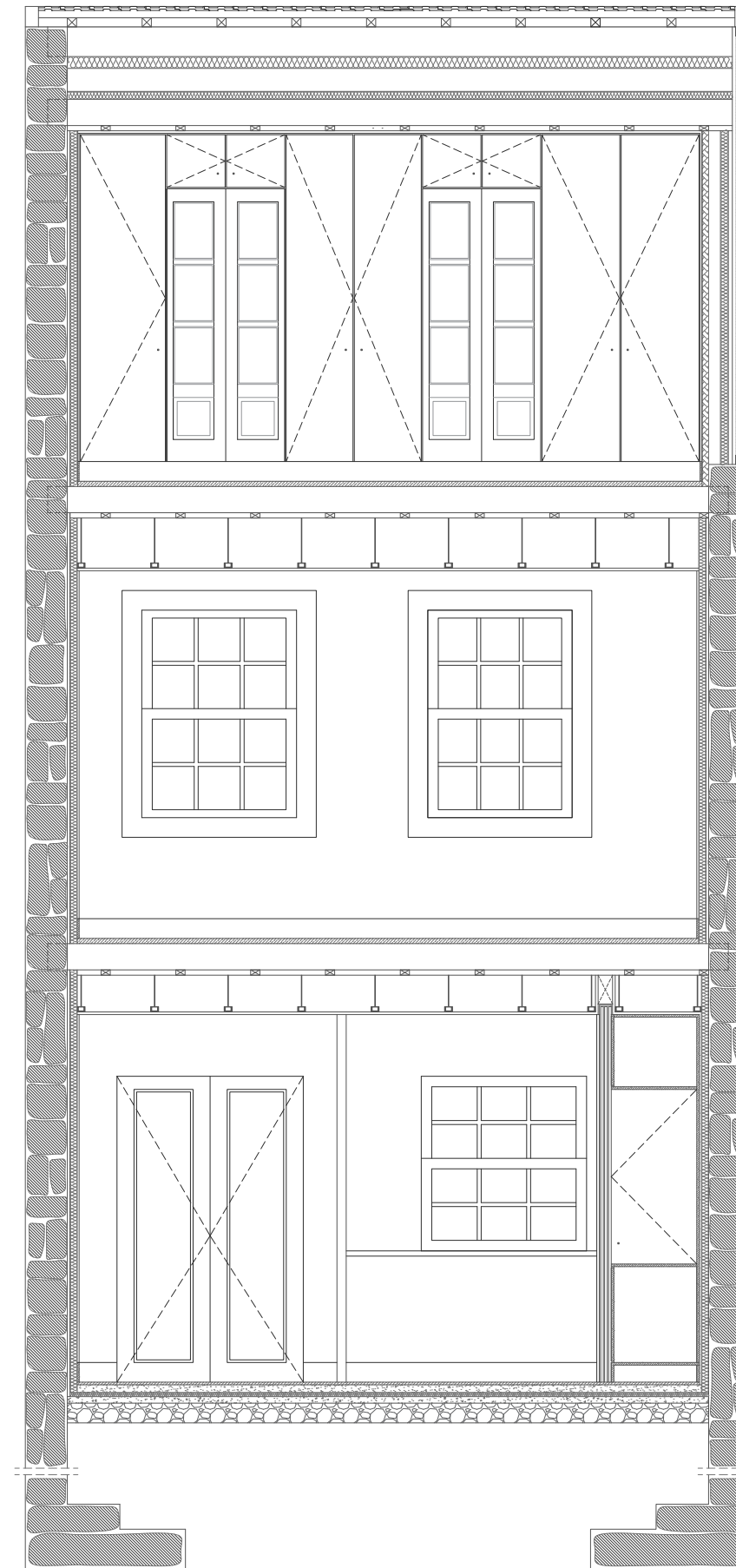
Perfil A | Perfil B

Escala 1:50

Perfil C



Perfil D

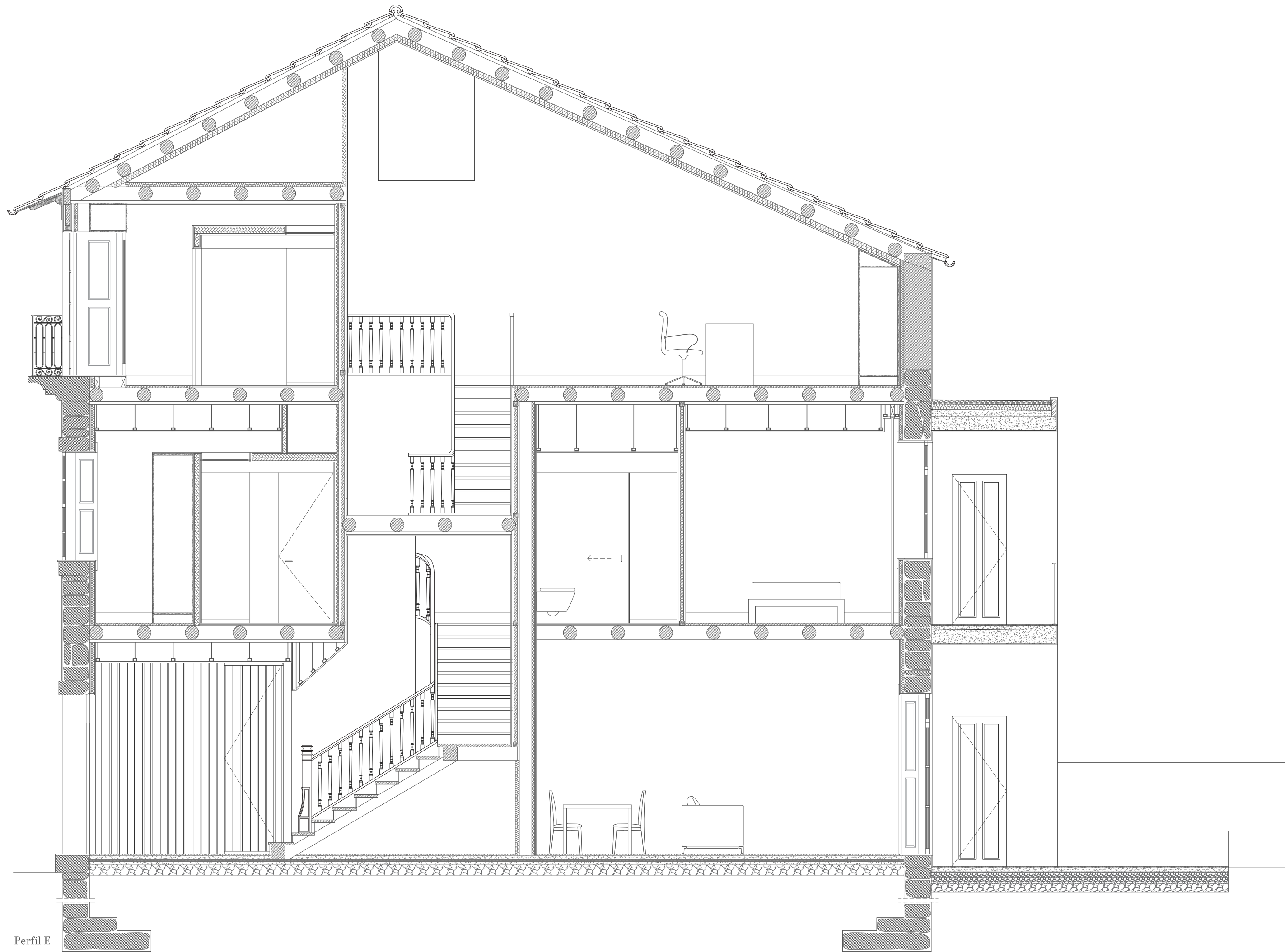


Proposta de Intervenção

Perfil C | Perfil D

Escala 1.50

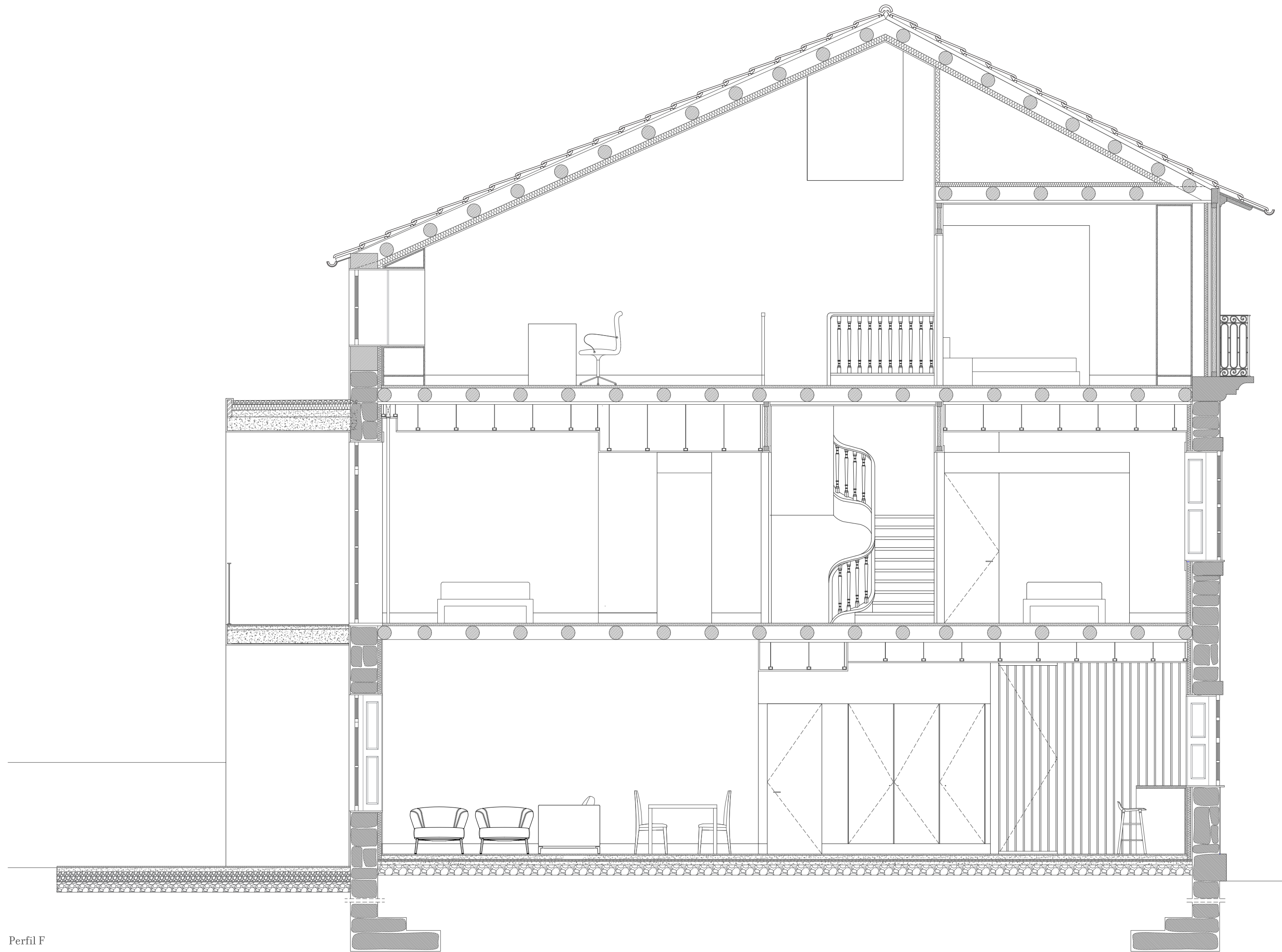




Proposta de Intervenção

Perfil E

Escala 1:50



Proposta de Intervenção

Perfil F

Escala 1:50

## **Anexo V**

Sobre a entrevista ao Arquitecto Miguel Frazão



**Em que enquadramento surgiu a sua relação com Guimarães e com a criação do G.T.L?**

Vim para Guimarães em 1979 quando o arquitecto Fernando Távora começou a fazer o Plano Geral de Urbanização. Por acaso não vim por causa dele, embora fosse amigo do meu pai de infância, já o meu avô era amigo do pai dele. Fizeram o liceu todos juntos, depois o meu pai foi para engenharia e o Távora para arquitectura, mais tarde encontraram-se outra vez no gabinete de urbanismo do Porto.

Eu estava em Lisboa, tinha acabado o curso, e não encontrava emprego lá porque na altura também era difícil e fui dar aulas para o liceu Pedro Nunes, mas não era aquilo que eu queria. Então depois falei com a Maria João Vasconcelos que era a directora do museu em Guimarães, e é minha amiga de infância, a perguntar se não havia aqui nenhum emprego. Ela disse que de certeza que havia na câmara, porque tinha havido um concurso e um lugar ficou vago. Entretanto vim cá falar com o presidente da câmara, e ele disse 'pode entrar já ontem'. E assim foi, no dia 31 de Julho estava aqui a trabalhar.

Depois como era o arquitecto Távora, comecei logo a dar apoio. Vim para o planeamento, porque na altura não havia centro histórico, quer dizer, havia mas abandonado, e isso também foi uma das razões porque eu vim. Porque eu tinha vindo cá fazer um trabalho para a escola, no terceiro ano, que tinha pedido à Maria João para me ajudar, porque era sobre um centro histórico. Portanto, conheci o centro histórico que pouca gente conhecia, era o castelo e paço dos duques e já não havia mais nada. Era a parte mais degradada da cidade, ninguém vinha aqui. Mas eu adorei o centro histórico na altura, fiz o estudo e percebi que era uma coisa belíssima. Portanto também foi uma das razões para eu querer vir para cá.

Comecei no planeamento, a apoiar o plano geral de urbanização. Eu fazia a ponte entre o gabinete recém-criado de planeamento e gestão, e o plano do Távora. Foi uma altura em que aprendi imenso, porque trabalhei com arquitectos muito bons. Depois foi criado, por sugestão do Távora, o Gabinete do Centro Histórico.





### **Acompanhou o processo desde o início?**

Sim, desde o início, embora depois tenha saído passado 3 anos, começou em 1983 e eu sai em 1986, porque se chegou à conclusão que não se conseguia fazer nada se não se mudasse o trânsito, sobretudo o estacionamento, porque era feito nestas praças. Portanto, a câmara convidou um arquitecto especialista e fizemos o primeiro plano geral de trânsito do país, exceptuando Lisboa e Porto que já tinham algumas ideias. Ainda hoje funciona em parte. Fui então coordenar esse estudo, esse plano. Depois começaram a surgir os departamentos e as divisões, e o presidente da câmara, que, entretanto, tinha mudado, pediu-me para montar o Departamento de Serviços e Ambiente. Mas estive sempre muito ligado ao próprio centro histórico, nunca larguei verdadeiramente. Primeiro porque a ideia do trânsito surgiu exactamente para poder resolver estes problemas dentro da muralha. A ideia era não tirar o trânsito completamente porque sabia-se que era um erro pelas experiências nas outras cidades; os centros históricos morriam quando se fazia isso, deixavam de ter comércio, deixavam de ter pessoas a viver os espaços e morriam um bocadinho asfixiados por falta de vida própria. Depois, à medida que fizemos os arranjos urbanísticos das praças, fomos tirando o estacionamento.

O Gabinete Técnico Local começou por se chamar Gabinete do Centro Histórico, depois surgiu esse programa do G.T.L. pelo país fora e, Guimarães propôs ter um G.T.L. para o centro histórico. E assim foi criado. Durante dois anos foi pago pelo governo, depois, como o programa resultou, a câmara assumiu os custos.

### **Quais eram os seus princípios?**

Nós não sabíamos nada disto, era a primeira vez que pegávamos num centro histórico. É depois do 25 de Abril que surgem estas questões de reabilitação dos centros históricos, porque tudo o que se fazia era lá fora. Íamos lendo os jornais, as revistas da especialidade, e tínhamos o Távora, que tinha estado nos CIAM, e era uma pessoa muito actualizada. Em Itália, a seguir à guerra, foi feito em todas as cidades, mas aqui não se pensava nisso, o Salazar mandava destruir metade das cidades.

O conceito que encontramos cá era que os monumentos é que deviam ser preservados, o que estivesse à volta era para demolir. No Castelo, a propósito das comemorações dos centenários, destruíram-se os quarteirões e a vila, e fizeram



a Colina Sagrada como se chama agora.

Para nós a ideia era preservar. Chegamos, na altura certa, com umas ideias frescas e ajudados pelo Távora, que foi fundamental nisto tudo. O que nós encontramos eram ideias - dos engenheiros, porque quase não havia arquitectos - de deitar abaixo e fazer as coisas a fingir. Realmente chegamos na altura certa, de preservar o mais possível, dentro e fora, não era só fachada, acho que isso foi uma das coisas em que nós inovamos. Porque fazia-se a política de fachada, e nós aqui não, tudo o que sejam elementos notáveis da casa procuramos preservar. Temos que ter atenção que as pessoas não vivem sem casas de banho e precisam de ter as condições mínimas, mas se tem uma belíssima escada com claraboia deve ser preservada. A filosofia é essa.

Depois criamos três vertentes de trabalho. A primeira era arranjar os espaços públicos, da responsabilidade da câmara para dar o exemplo, a segunda era criar alguns equipamentos que trouxessem pessoas para o centro histórico e a terceira era dar apoio aos particulares. Como queríamos que se fizessem obras de manutenção e beneficiação das habitações, não pretendíamos que houvesse uma relação entre casas para impedir que se deitassem quarteirões a baixo, e com isso também se preservavam os interiores.

Fez-se o restauro da casa da rua nova, que foi comprada pela câmara por sugestão da Maria João Vasconcelos, mas que esteve anos a apodrecer enquanto se pensava o que se ia fazer. Entregou-se o projecto a um arquitecto, ele viu, mas estava a cair de podre, aliás, já tinha caído a fachada de trás. O arquitecto teve uma boa ideia, que foi fazer uma espécie de andaimes de suporte da casa, que atravessam a casa inteira e com telhado em cima, mantendo-a mais uns anos para que não caísse. Mas a verdade é que talvez por medo, ele ia adiando e a casa cada vez apodrecia mais. Entretanto falei com o Távora e ele disse que adorava fazer o trabalho, ficando assim encarregue dele. O projecto foi feito aqui, ele fez a fachada de trás, que realmente não existia, mas parece que é da casa e ao mesmo tempo é moderna.

**Em relação ao arquitecto Távora, acha que sempre teve os seus ideais muito definidos?**

Ele também evoluiu, só que evoluiu primeiro que nós. Fez obras no Porto em que deitou a casa a baixo e fez coisas de betão a fingir, isso não era erro, era o que



havia na altura, as coisas também não se podem tirar do contexto. Mas também foi dos primeiros a perceber que isso não estava bem, e a ter um conceito quase inverso. E, portanto, foi com ele que nós aprendemos estas noções primárias sobre a conservação do património.

Fez então este projecto da casa da rua nova, desenhado por mim à mão levantada, que é praticamente um restauro. Só se acrescentaram duas casas de banho, mas em dois compartimentos que existiam, e tirou-se uma parede intermédia que era um acrescento do século XIX, mas deixamos ficar as caixilharias, e o Távora teve aquela ideia brilhante das bolas para mostrar os materiais. Com isto ganhou-se o prémio Europa Nostra e a câmara percebeu que afinal o centro histórico não era assim uma questão tão fora de sentido para os políticos como diziam. Começaram então a apoiar-nos.

### **Em relação aos particulares, como era o processo para a reabilitação de uma habitação?**

As pessoas que queriam fazer obras iam falar connosco ao G.T.L., que era de porta aberta, e discutiam os assuntos. E nós também o fazíamos com a câmara, não tem nada a ver com os dias de hoje. Antes de haver o G.T.L., nós arquitectos, através da Associação Muralha, íamos às reuniões de câmara discutir o porquê de deixarem fazer determinadas obras, e a câmara discutia connosco, era uma coisa espantosa. Isso é que dava graça a isto, exactamente esta polémica permanente.

### **Todos os projectos precisavam de passar pela aprovação do G.T.L.?**

Os do centro histórico, sim. Quando os chumbávamos, propúnhamos o que nós achávamos que devia ser, mas eles não queriam. Até porque não sabiam, fazer a reabilitação com madeiras e tabiques não tem nada a ver com fazer em betão e tijolo. Em relação à mão de obra, felizmente havia cá. Era uma grande vantagem que nós tínhamos, por exemplo em relação aos italianos que tiveram que aprender. Até publicamos um livro sobre as cores tradicionais - agora já permitimos usar as outras - mas ensinamos a fazer as tintas tradicionais, com os pigmentos, a cola, o óleo, tudo o que se usava.

Foi um processo quase amador, mas ao mesmo tempo muito ligado às pessoas. Eu acho que os moradores, que eram pessoas com poucos recursos, nos apoiavam desde que não os obrigássemos a fazer coisas muito sumptuosas. Mas essa



também não era a nossa intenção, queríamos era que não fizessem. Então fazíamos os projectos ali, com as pessoas. Os grandes gabinetes também não queriam fazer isso, não compensava estar a fazer apenas uma casa de banho para corresponder às novas necessidades.

**Qual o papel do arquitecto enquanto criador, num projecto onde o essencial é reabilitar a casa numa perspectiva de restauro?**

O arquitecto tem que ser humilde a projectar. Tem que se anular e respeitar a casa. Realmente, nós arquitectos, temos a tentação de deixar a nossa marca. Portanto, os arquitectos eram os intervenientes mais difíceis, sempre cheios de argumentos que queriam fazer de determinada maneira, e depois falar de igual para igual é mais difícil.

**Hoje em dia, qual o papel do G.T.L na nossa cidade? E quais os seus limites?**

Funciona da mesma maneira, no sentido de ter conhecimento das obras que são intervencionadas. Quando em 2001, se deu a classificação da UNESCO, a própria disse que classificava Guimarães como Património da Humanidade, mas obrigou o G.T.L a existir e a controlar o centro histórico. Centro histórico que é a zona classificada e a zona de protecção, ou seja, quase toda a cidade, a cidade consolidada. Entretanto fez-se uns regulamentos, mas a gestão é o dia a dia, cada caso é um caso.

**Para si, qual dos projectos que acompanhou foi o mais marcante?**

Foi a casa da rua nova e a plantação da oliveira no largo da oliveira. Acho que simbolicamente é uma peça fundamental. Os pequenos pormenores que o Távora falava muito, são fundamentais para criar o espírito e o ambiente.

**E qual o que deu mais luta?**

Não tenho nada a apontar. Na altura, em tudo era uma luta permanente, perdiam-se algumas coisas, claro. Mas de uma forma geral, levamos a nossa filosofia para a frente. Acho que foi uma luta muito interessante e que valeu a pena, em todos os aspectos.





## Declaração

Eu, Mariana Carvalho de Melo Teixeira Rodrigues, autorizo a publicação no sistema de Informação da Universidade do Porto, de forma pública, do texto integral da minha Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, intitulada: Identidade e arquitectura de memória – um projecto de reabilitação

Assinatura

---